



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO
CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA LATINA (PPGICAL)**

**GEOPOLÍTICA DA COOPERAÇÃO SUL-SUL ENTRE BRASIL E ORIENTE MÉDIO:
VARIÁVEIS CONJUNTURAIS E ESTRUTURAIS PARA A ANÁLISE DAS
PERSPECTIVAS DE CONTRIBUIÇÃO DO BRASIL PARA A RESOLUÇÃO DA CRISE
NA SÍRIA**

ISSAM RABIH MENEM

Foz do Iguaçu
2020



INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO
CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA LATINA (PPGICAL)

**GEOPOLÍTICA DA COOPERAÇÃO SUL-SUL ENTRE BRASIL E ORIENTE MÉDIO:
VARIÁVEIS CONJUNTURAIS E ESTRUTURAIS PARA A ANÁLISE DAS
PERSPECTIVAS DE CONTRIBUIÇÃO DO BRASIL PARA A RESOLUÇÃO DA CRISE NA
SÍRIA**

ISSAM RABIH MENEM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Integração Latino-Americana.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Kerr de Oliveira

Foz do Iguaçu
2020

ISSAM RABIH MENEM

**GEOPOLÍTICA DA COOPERAÇÃO SUL-SUL ENTRE BRASIL E ORIENTE MÉDIO:
VARIÁVEIS CONJUNTURAIS E ESTRUTURAIS PARA A ANÁLISE DAS
PERSPECTIVAS DE CONTRIBUIÇÃO DO BRASIL PARA A RESOLUÇÃO DA CRISE NA
SÍRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Integração Latino-Americana.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Lucas Kerr de Oliveira
UNILA

Prof. Dr. Roberto França Da Silva Junior
UNILA

Prof. Dr. Marcelino Teixeira Lisboa
UNILA

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins
UFRGS

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

Catálogo elaborado pela Biblioteca Latino-Americana

M541g

Menem, Issam Rabih.

Geopolítica da cooperação Sul-Sul entre Brasil e Oriente Médio: variáveis conjunturais e estruturais para a análise das perspectivas de contribuição do Brasil para a resolução da crise na Síria / Issam Rabih Menem. - Foz do Iguaçu, 2020.

111 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina. Orientador: Dr. Lucas Kerr de Oliveira.

1. Geopolítica - Brasil - Síria. 2. Guerra na Síria. 3. Cooperação Sul-Sul. 4. Relações internacionais. I. Oliveira, Lucas Kerr de, Orient. II. Título.

CDU 911.3:32(81+569.1)

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Issam Rabih Menem

Curso: Programa de Pós-graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL)

	Tipo de Documento
(.....) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(.....) trabalho de conclusão de curso
(..X..) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(..X..) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: GEOPOLÍTICA DA COOPERAÇÃO SUL-SUL ENTRE AMÉRICA DO SUL E ORIENTE MÉDIO: VARIÁVEIS CONJUNTURAIS E ESTRUTURAIS PARA A ANÁLISE DAS PERSPECTIVAS DE CONTRIBUIÇÃO DO BRASIL PARA A RESOLUÇÃO DA CRISE NA SÍRIA

Nome do orientador(a): Prof. Dr. Lucas Kerr de Oliveira

Data da Defesa: __ 13 __ / __ 02 __ / __ 2020 __

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons* **Licença 3.0 Unported**.

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

AGRADECIMENTO

Primeiramente, agradeço a minha família por proporcionar a oportunidade de dedicar-me exclusivamente aos estudos. Por todo o esforço financeiro, psicológico e moral relativo a realização e conclusão desta importante etapa.

A UNILA por proporcionar uma educação pública gratuita, um corpo docente altamente qualificado e uma estrutura apropriada.

Ao Programa em Integração Contemporânea da América Latina (ICAL) por oportunizar a experiência de realizar um mestrado e viabilizar a pesquisa de campo como a participação em eventos acadêmicos de referência.

Ao meu professor orientador Prof. Dr. Lucas Kerr de Oliveira não só pela orientação, mas sobretudo pela sabedoria que o professor me brindou desde a graduação.

Ao professor coorientador Dr. Mamadou Alpha Diallo e ao Prof. Dr. Marcelino Teixeira Lisboa pela amizade, companheirismo e conselhos.

Aos professores do Programa em Integração Contemporânea da América Latina (ICAL).

Aos professores examinadores da banca pelas sugestões e conselhos dados durante a qualificação.

“O Brasil tem sido convidado para foros onde antes não participava, por exemplo, houve uma Conferência sobre a reconstrução do Iraque e o Brasil foi o único país da América Latina a ser convidado. Nós não tínhamos contribuído com tropas, condenamos a guerra, todos sabem, e fomos chamados para uma conferência organizada pelo Secretário-Geral da ONU junto com EUA e outros países, e a mesma coisa ocorreu em relação ao Afeganistão. Então, quer dizer, há também uma crescente solicitação em relação ao Brasil, e o Brasil não pode se furtar dessa atuação internacional”

Celso Amorim

MENEM, Issam Rabi. **Geopolítica Da Cooperação Sul-Sul Entre Brasil E Oriente Médio: Conjuntura E Cenários Para A Análise Das Perspectivas De Contribuição Do Brasil Para A Resolução Da Crise Na Síria.** 2020. 110. Dissertação (Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2020.

RESUMO

O Brasil como Potência Média, tem à sua disposição importantes recursos de poder, vasto território, população numerosa, um parque industrial considerável, uma economia relativamente dinâmica e diversificada e uma estratégia de inserção internacional que busca assegurar maior protagonismo nas Relações Internacionais. Historicamente, tem adotado uma diplomacia proativa na busca de soluções multilaterais para muitos dos problemas internacionais, defendendo uma postura cooperativa, em que muitas vezes, inclui participar da resolução de conflitos. Embasado nas experiências de cooperação Sul-Sul brasileiras com países africanos, asiáticos e latino-americanos, pode-se atestar um grau de eficiência e credibilidade do potencial brasileiro em promover projetos de cooperação em áreas da agricultura, saúde, infraestrutura e energia, como também em projetos na área securitária. O Brasil esteve na vanguarda do diálogo Sul-Sul, do comércio e da cooperação técnica com os árabes desde o período da Guerra Fria e foi primordial para a criação de um organismo de integração inter-regional entre os países sul-americanos e árabes, a Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA). A atual guerra na Síria mostra-se um conflito bastante complexo, envolvendo variáveis políticas, econômicas, étnicas e religiosas que fazem da República Árabe da Síria um país chave no Oriente Médio, envolvendo ainda, uma grande diversidade de atores estatais e não-estatais, potências regionais (Irã, Turquia, Arábia Saudita e Israel) e grandes potências extra regionais (Estados Unidos, Rússia e França). Apesar disso, alguns indicadores parecem demonstrar que o principal confronto armado se encaminha para a sua fase final, e torna-se crítico analisar as perspectivas de reconstrução pós-conflito. Visto isso, a problemática desta dissertação é: De que formas e em que áreas o Brasil pode cooperar para a estabilização da crise socioeconômica síria? Este trabalho demonstra, baseando-se na revisão bibliográfica realizada, na experiência histórica e recente de cooperação internacional da República Federativa do Brasil e na opinião de diplomatas entrevistados, que existe um importante potencial para desenvolver projetos na reconstrução da Síria. Neste contexto, este trabalho desenvolve uma análise das causas e dos atores envolvidos no conflito sírio e no histórico de cooperação Sul-Sul do Brasil, para prospectar um cenário em que este país possa colaborar para a reconstrução da República Árabe da Síria.

Palavras-chave: Brasil. Síria. Cooperação Sul-Sul. Oriente Médio.

MENEM, Issam Rabih. **Geopolitics Of South-South Cooperation Between Brasil And The Middle East: Conjunctural And Structural Variables For The Analysis Of Brazilian Contribution Perspectives To Solve The Syria Crisis**. 2020. 110. Dissertation (Master in Contemporary Latin American Integration) - Federal University of Latin American Integration, Foz do Iguaçu, 2020.

ABSTRACT

Brazil as a Medium Power, has at its disposal important resources of power, vast territory, large population, a considerable industrial park, a relatively dynamic and diversified economy and a strategy of international insertion that seeks to ensure greater prominence in International Relations. Historically, it has adopted proactive diplomacy in the search for multilateral solutions to many of the international problems, advocating a cooperative stance, which often includes engaging in conflict resolution. Based on Brazilian South-South cooperation with African, Asian and Latin American countries, a degree of efficiency and credibility of the Brazilian potential can be demonstrated in promoting cooperation projects in the areas of agriculture, health, infrastructure and energy, as well as in projects in the security area. Brazil has been at the forefront of South-South dialogue, trade and technical cooperation with the Arabs since the Cold War, and was instrumental in establishing an interregional integration body between the South American and Arab countries, South America-Arab Countries Summit (ASPA). The current war in Syria shows a very complex conflict involving political, economic, ethnic and religious variables that make the Syrian Arab Republic a key country in the Middle East, involving a great diversity of state and non-state actors, regional powers (Iran, Turkey, Saudi Arabia and Israel) and large extra-regional powers (United States, Russia and France). Despite this, some indicators seem to show that the main armed confrontation is headed towards its final phase, and it becomes critical to analyze the prospects for post-conflict reconstruction. Given this, the problem of this dissertation is: In what ways and in what areas can Brazil cooperate to resolve the conflict and stabilize the Syrian socioeconomic crisis? Based on the bibliographical review carried out, in the historical and recent experience of international cooperation of the Federative Republic of Brazil and in the opinion of diplomats interviewed, this work demonstrates that there is an important potential to develop projects in the reconstruction of Syria. In this context, this work analyzes the causes and actors involved in the Syrian conflict and in the history of South-South cooperation in Brazil, in order to explore scenarios in which this country can collaborate for the reconstruction of the Syrian Arab Republic.

Key words: Brazil. Syria. South-South cooperation. Middle East.

MENEM, Issam Rabih. **Geopolítica De la Cooperación Sur-Sur Entre Brasil Y Oriente Medio: Variables Conjuncionales Y Estructurales Para El Análisis De Perspectivas De Contribución Brasileñas Para La Resolución De la Crisis En Siria**. 2020. 110. Disertación (Maestría en Integración Contemporánea de América Latina) - Universidad Federal de Integración Latinoamericana, Foz do Iguaçu, 2020.

RESUMEN

El Brasil como Potencia Media, tiene a su disposición importantes recursos de poder, vasto territorio, población numerosa, un parque industrial considerable, una economía relativamente dinámica y diversificada y una estrategia de inserción internacional que busca asegurar mayor protagonismo en las Relaciones Internacionales. Históricamente, ha adoptado una diplomacia proactiva en la búsqueda de soluciones multilaterales para muchos de los problemas internacionales, defendiendo una postura cooperativa, en la que muchas veces incluye participar en la resolución de conflictos. En las experiencias de cooperación Sur-Sur brasileñas con países africanos, asiáticos y latinoamericanos, se puede atestar un grado de eficiencia y credibilidad del potencial brasileño en promover proyectos de cooperación en áreas de la agricultura, salud, infraestructura y energía, así como en proyectos en el área securitaria. Brasil estuvo a la vanguardia del diálogo Sur-Sur, del comercio y de la cooperación técnica con los árabes desde el período de la Guerra Fría y fue primordial para la creación de un organismo de integración interregional entre los países sudamericanos y árabes, Cumbre América del Sur-Países Árabes (ASPA). La actual guerra en Siria se muestra un conflicto bastante complejo, involucrando variables políticas, económicas, étnicas y religiosas que hacen de la República Árabe de Siria un país clave en Oriente Medio, involucrando además una gran diversidad de actores estatales y no estatales, potencias regionales (Irán, Turquía, Arabia Saudita e Israel) y grandes potencias extra-regionales (Estados Unidos, Rusia y Francia). A pesar de ello, algunos indicadores parecen demostrar que el principal enfrentamiento armado se encamina hacia su fase final, y resulta crítico analizar las perspectivas de reconstrucción posterior al conflicto. En este sentido, la problemática de esta disertación es: ¿De qué formas y en qué áreas puede Brasil cooperar para resolver el conflicto y estabilizar la crisis socioeconómica siria? Este trabajo demuestra, basándose en la revisión bibliográfica realizada, en la experiencia histórica y reciente de cooperación internacional de la República Federativa del Brasil y en la opinión de diplomáticos entrevistados, que existe un importante potencial para desarrollar proyectos en la reconstrucción de Siria. En este contexto, este trabajo desarrolla un análisis de las causas y de los actores involucrados en el conflicto sirio y en el histórico de cooperación Sur-Sur de Brasil, para prospectar escenarios en que este país pueda colaborar para la reconstrucción de la República Árabe de Siria.

Palabras clave: Brasil. Siria. Cooperación Sur-Sur. Oriente Medio.

عصام ربيع منعم. الجغرافيا السياسية للتعاون فيما بين بلدان الجنوب بين أمريكا الجنوبية والشرق الأوسط: سيناريوهات لتحليل آفاق البرازيل لحل الأزمة في سوريا. ٢٠٢٠. ١٠٦. أطروحة (ماجستير في التكامل في أمريكا اللاتينية المعاصرة) - الجامعة الفيدرالية لتكامل أمريكا اللاتينية، فوز دو إيغواسو، ٢٠٢٠.

ملخص

تمتلك البرازيل كفاءة متوسطة، موارد مهمة من الطاقة، ومساحة شاسعة، وعدد كبير من السكان، ومنطقة صناعية كبيرة، واقتصاد ديناميكي ومتنوع نسبياً، واستراتيجية للإدراج الدولي تسعى إلى ضمان المزيد من الصدارة في العلاقات الدولية. من الناحية التاريخية، تبنت دبلوماسية استباقية في البحث عن حلول متعددة الأطراف للعديد من المشكلات الدولية، داعية إلى موقف تعاوني، غالباً ما يتضمن المشاركة في حل النزاعات. استناداً إلى التعاون البرازيلي مع بلدان إفريقيا وآسيا وأمريكا اللاتينية، يمكن إظهار درجة من الكفاءة ومصداقية الإمكانيات البرازيلية في تعزيز مشاريع التعاون في مجالات الزراعة والصحة والبنية التحتية والطاقة، وكذلك في المشاريع في مجال الأمن. كانت البرازيل في طليعة الحوار والتعاون التجاري والتقني مع العرب منذ الحرب الباردة، وكانت لها دور أساسي في إنشاء هيئة تكامل إقليمية بين دول أمريكا الجنوبية والدول العربية، قمة أمريكا الجنوبية والدول العربية. تُظهر الحرب الحالية في سوريا نزاعاً شديداً التعقيد يشتمل على متغيرات سياسية واقتصادية وإثنية ودينية تجعل الجمهورية العربية السورية بلداً رئيسياً في الشرق الأوسط، وتتضمن مجموعة كبيرة ومتنوعة من الجهات الفاعلة الحكومية وغير الحكومية، القوى الإقليمية (إيران وتركيا والمملكة العربية السعودية وإسرائيل) وقوى كبيرة خارج المنطقة (الولايات المتحدة وروسيا وفرنسا). على الرغم من ذلك، يبدو أن بعض المؤشرات تظهر أن المواجهة المسلحة الرئيسية تتجه نحو مرحلتها النهائية، ويصبح من الضروري تحليل احتمالات إعادة الإعمار بعد انتهاء الصراع. بالنظر إلى هذا، فإن مشكلة هذه الرسالة هي: ما هي الطرق وفي أي المجالات يمكن أن تتعاون البرازيل لحل النزاع وتحقيق الاستقرار في الأزمة الاجتماعية والاقتصادية السورية؟ استناداً إلى المراجعة الجغرافية التي أجريت، في التجربة التاريخية والحديثة للتعاون الدولي في جمهورية البرازيل الاتحادية وفي رأي الدبلوماسيين الذين تمت مقابلتهم، يوضح هذا العمل أن هناك إمكانيات مهمة لتطوير مشاريع في إعادة إعمار سوريا. في هذا السياق، يحل هذا العمل الأسباب والجهات الفاعلة المشاركة في النزاع السوري وفي تاريخ التعاون البرازيل، من أجل استكشاف السيناريوهات التي يمكن لهذا البلد أن يتعاون من أجل إعادة إعمار الجمهورية العربية السورية.

كلمات مفتاحية:

سوريا. التعاون. الشرق الأوسط. برازيل

LISTA DE FIGURAS, MAPAS E ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - A Centralidade Do Território Russo Como Área Pivô Do Mundo.....	23
Figura 2 - Localização Do Midland Ocean	24
Figura 3 - A Localização Do Rimland (Rosa/Vermelho) Em Relação Ao Heartland.....	25
Figura 4 - Mapa Das Três Frentes Estratégicas Basilares	29
Figura 5- Mapa do Interesse Soviético no Golfo Pérsico	30
Figura 6 - Mapa Das Perspectivas Estratégicas de Moscou Face aos Estados-pino da Terceira Frente	31
Figura 7 - Mapa Do Complexo Regional de Segurança do Oriente Médio	34
Figura 8 - Abdel Nasser E Shukri Al-Kuwatli Assinam A Proclamação Oficial Que Une Suas Nações Na República Árabe Unida.....	41
Figura 9 - Nível De Dependência Dos Países Europeus Em Relação Ao Gás Natural Russo	45
Figura 10 - Centralidade Da Síria Para A Logística Do Gasoduto Árabe E Persa	46
Figura 11 - Corredor Bélico Entre Irã E Líbano	48
Figura 12 - Principais Atores Do Conflito Sírio	51
Figura 13 - Atores De Diferentes Níveis No Conflito Sírios	53
Figura 14 - Interação Dos Conflitos Em Diferentes Camadas.....	54
Figura 15 - Análise Da Guerra Da Síria Em Diferentes Níveis.....	55
Figura 16 - Representação Do Conceito De Guerra Híbrida.....	58
Figura 17- Métodos Convencionais e Não-Convencionais Utilizados contra o Governo de Bashar Al Assad.....	59
Figura 18 - Situação do Território Sírio atualmente	62
Figura 19 - Legenda da Figura 17	62
Figura 20 - Número de Mortes por ano na Síria.....	63
Figura 21 - Identidade Visual Da Agência Brasileira De Cooperação	79
Figura 22 - Centro Conjunto De Operações De Paz Do Brasil.....	91
Figura 23 - Agradecimento Das Nações Unidas Ao Brasil	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Elementos Essenciais De Uma Potência	20
Quadro 2 - Principais Características Das Quatro Gerações Da Guerra	56
Quadro 3- Ações Realizadas pela ABC em 2017 Por País	80
Quadro 4 - Principais Projetos De Cooperação Entre Brasil e o Levante Árabe+Egito.....	85
Quadro 5 - Ações Da CGCH Com Países Árabes	88
Quadro 6 - Efetivo Militar Brasileiro Em Missões da ONU (2004-2017).....	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Principais Exportações do Brasil para a República Árabe da Síria	69
--	----

APÊNDICE

Entrevista 1 - Embaixador Mohamad Khafif (República Árabe da Síria).....	107
Entrevista 2 - Embaixador Qais Marouf Kheiro Shqair (Liga dos Estados Árabes)	110

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 GEOPOLÍTICA NA GUERRA SÍRIA NO CONTEXTO DO ORIENTE MEDIO	19
1.1. A GEOPOLÍTICA DO ORIENTE MÉDIO: O ORIENTE MÉDIO NAS TEORIAS GEOPOLÍTICAS	20
1.2. CONSTRUÇÃO DO ESTADO SÍRIO	38
1.3. A RELEVÂNCIA DA SÍRIA PARA A GEOPOLÍTICA DO ORIENTE MÉDIO	42
1.4. A GUERRA NA SÍRIA	49
1.5. A EVOLUÇÃO RECENTE DO CONFLITO: UMA ANÁLISE DE CONJUNTURA	60
1.6. RECONSTRUÇÃO DA SÍRIA	64
2 GEOPOLÍTICA DAS RELAÇÕES BRASIL-ORIENTE MÉDIO NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES SUL-SUL	67
2.1 HISTÓRICO BRASIL - ORIENTE MÉDIO	67
2.2 O ESPÍRITO DE BANDUNG: COOPERAÇÃO SUL-SUL ENTRE OS PAÍSES NÃO-ALINHADOS, TERCEIRO-MUNDISMO, NACIONALISMO DO TERCEIRO MUNDO E SOLIDARIEDADE SUL-SUL	70
2.3 A COOPERAÇÃO AMÉRICA DO SUL-ORIENTE MÉDIO: O CASO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL ENTRE BRASIL E IRAQUE NOS ANOS 1980.....	71
2.4 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA O ORIENTE MÉDIO	73
2.5 RELAÇÕES AMÉRICA DO SUL – ORIENTE MÉDIO NOS ANOS 2000-2010: ASPA	73
3. POTENCIALIDADES E DIFICULDADES PARA CONTRIBUIÇÃO BRASILEIRA	77
3.1. POTENCIALIDADES E PERSPECTIVAS.....	77
3.1.1 <i>A Estratégia Brasileira Para A Cooperação Sul-Sul E A Promoção Da Paz: Discurso E Prática Na Política Externa Brasileira</i>	78
3.1.2 <i>Agência Brasileira de Cooperação (ABC)</i>	79
3.1.3 <i>Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária (CGCH)</i>	87
3.1.4 <i>O Brasil e as operações de manutenção da paz da ONU</i>	88
3.4 DIFICULDADES E DESAFIOS	94
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	98

INTRODUÇÃO

O Oriente Médio também conhecido como Sudoeste Asiático é considerado um dos pontos mais fracos da Organização das Nações Unidas (ONU). O Conselho de Segurança, em especial, fracassa sucessivamente há mais de sessenta anos em findar ou amenizar conflitos armados na região. Visto isso, o Brasil encontra um grande vácuo para lançar-se como um importante jogador no atual cenário multipolar. Visando grandes interesses particulares, dentre eles, um assento permanente no Conselho de Segurança, o Brasil, utiliza de sua histórica conduta de disposição para a mediação de conflitos internacionais em esferas multilaterais para projetar sua influência do cenário internacional (SILVA, KUNRATH, 2010, p. 18).

Esquecido, o Oriente Médio voltou com força ao radar de interesses da política externa brasileira na virada do milênio, norteadas por um novo modelo de inserção internacional. Fora no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) que se observou uma reaproximação política entre as duas regiões. Neste governo, como visto, delineou-se diretrizes de: expandir a atuação diplomáticas por todos os continentes, buscar novos parceiros e formas de cooperação em diferentes áreas reduzindo sua vulnerabilidade em relação ao exterior e aumentar sua influência política no cenário internacional (SILVA, KUNRATH, 2010, p. 19).

Atualmente, o sistema internacional assiste a uma das maiores crises humanitárias desde a segunda grande guerra. Inspirados na Primavera Árabe, manifestantes saíram às ruas para protestar contra o governo de Bashar Al-Assad, presidente que se recusou a renunciar do cargo. Alguns dos motivos por trás deste conflito são disputas políticas, econômicas, étnicas e religiosas. A República Árabe da Síria vive, desde 2011, uma guerra catastrófica, que provocou centenas de milhares de mortes; a destruição de sua infraestrutura e uma colossal crise humanitária (FURTADO, RODER, AGUILAR, 2014, p. 1-2).

Posto isso, este trabalho tem como pergunta geral: De que formas e em que áreas o Brasil pode contribuir para amenizar ou estabilizar a crise socioeconômica Síria? Para responder à pergunta geral, será necessário responder algumas perguntas específicas. São elas:

1. Quais conceitos, modelos explicativos ou teorias geopolíticas melhor contribuem para explicar as causas, os processos e as consequências da guerra civil na Síria?
2. Quais são as perspectivas e limitadores que condicionam ou abrem novas possibilidades para a continuidade ou a resolução para o conflito na Síria?
3. Quais são as principais considerações que se pode depreender a partir da história e da

geopolítica das relações do Brasil com o Oriente Médio?

4. Quais as experiências brasileiras mais relevantes no campo da cooperação internacional?

Para desvendar as circunstâncias que promovem o caos geopolítico que transcorre no Oriente Médio há pelo menos 80 anos fazendo com que esta região seja protagonista nos debates geopolíticos contemporâneos, desenvolveu-se um debate com autores centrais, entre eles: Halford Mackinder, Nicholas Spykman, Zbigniew Brzezinski, Barry Buzan, Aleksander Dugin.

Em seguida, para analisar a conjuntura do conflito sírio, houve a necessidade de explorar o moderno conceito de Guerra Híbrida, uma combinação de métodos e táticas convencionais e não convencionais, isso inclui: capacidades convencionais, táticas irregulares, atos terroristas, atividades criminosas e indiscriminadas usadas simultaneamente no espectro do conflito de maneira homogenia (MAAZ, 2018, p. 19).

O Brasil como Potência Média, dispõe de importantes recursos naturais, amplo território, uma numerosa população e uma economia dinâmica. Historicamente, mostra-se proativo na procura de soluções multilaterais para os problemas internacionais, defende uma postura cooperativa e de compromisso que não exclui ser, também, parte da resolução do problema.

Costumeiramente, estas Potências Médias acabam se envolvendo em problemas de interesse global e que não lhes dizem respeito nem em proximidade temporal nem geográfica. A sua interferência se estende também a conflitos e litígios, os quais tentam solucionar. Este tipo de intervenção é outro elemento de destaque para as distinguir de outras unidades de poder com características semelhantes.

Neste sentido, a hipótese inicial é de que o Brasil, com seu histórico e experiência em cooperações internacionais, pode contribuir para a amenização da crise socioeconômica síria de diferentes formas em várias áreas:

- Na mediação do diálogo entre as diferentes partes;
- Cooperação técnica em áreas estratégicas tal como: agrícola; energética; ambiental; cultural e educacional, como de assuntos sociais;
- Militar-securitário.

Posteriormente, na sessão do apêndice, se constatará que o embaixador da República Árabe da Síria para o Brasil aprova e estimula não só projetos cooperação junto ao Brasil como a participação do mesmo em rodas de negociação. Em seguida, o embaixador descarta totalmente qualquer tipo de intervenção securitária liderada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Por este motivo, se apresentou o histórico brasileiro em missões de manutenção da paz da ONU, mas não

se prospectou nenhum cenário do tipo para a Síria.

VARIÁVEL ANTECEDENTE:

Diversos casos concretos onde a atuação brasileira na mediação do conflito fora essencial, antigos e contemporâneos, como nos episódios de desconcerto entre Equador e Peru em relação a demarcação de suas fronteiras, e no da Declaração de Teerã, referente ao programa iraniano de enriquecimento de urânio.

No âmbito da cooperação internacional, o Brasil trabalha há décadas em parceria com organizações internacionais e países (desenvolvidos ou em desenvolvimento). Os projetos de cooperação desenvolvidos entre o Brasil e as partes geram benefícios em setores de importante impacto social como gestão pública, desenvolvimento social, agricultura, meio ambiente, energia, educação e saúde (ABC, 2019).

No que diz respeito às missões de paz da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil participou de mais de meia centena de missões do tipo, algumas com mais e outras com menos intensidade. Neste sentido, destaca-se a atuação na Missão das Nações Unidas no Timor Leste (UNAMET); na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (FINUL) e na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH).

MÉTODO:

Revisão bibliográfica; leitura de conjuntura e entrevistas.

ESTRUTURAÇÃO DOS CAPÍTULOS

O trabalho está organizado em três capítulos, da seguinte forma: o primeiro capítulo tem como objetivo introduzir a região do Oriente Médio sob a ótica de teorias geopolíticas consolidadas que colaboram na compreensão do caos geopolítico que a região vive há anos. Feito isso, realizou-se uma breve introdução histórica sobre a formação do Estado sírio e do governo da família Al-Assad. Em seguida, foram apresentadas variáveis domésticas, regionais e globais que amparam na difícil missão de analisar a conjuntura do conflito que ocorre naquele país. Posteriormente, houve a necessidade de explorar conceitos contemporâneos de guerra, como o de Guerra Híbrida e o de Guerra não convencional para compreender o campo de batalha.

O segundo capítulo trata de ligar historicamente o Brasil com o Oriente Médio em diferentes âmbitos: politicamente, culturalmente, comercialmente e como essa relação desenvolveu-se durante

os últimos anos e como encontra-se atualmente.

O terceiro e último capítulo trata de analisar a estratégia da Política Externa Brasileira para a Cooperação Sul-Sul e a promoção da paz, no discurso e na prática. Em seguida, se destacam algumas instituições governamentais brasileiras utilizadas nesta estratégia como a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) como também são apresentadas importantes experiências brasileiras no âmbito de operações de manutenção da paz da Organização das Nações Unidas (ONU). Por último, apresentou-se variáveis conjunturais e estruturais para análise das perspectivas de contribuição do Brasil para a resolução da crise na síria

1 GEOPOLÍTICA NA GUERRA SÍRIA NO CONTEXTO DO ORIENTE MEDIO

As últimas décadas (1990-2000-2010) marcaram importantes e complexas mudanças no sistema político internacional. Crises financeiras, instabilidade política e movimentos populares evidenciam um reordenamento global. O Grande Oriente Médio sempre se revelou como uma das regiões mais complexas do sistema internacional, mas ultimamente, com o desenvolvimento de alguns episódios, como a inserção do Irã na região, mudanças geopolíticas na Ásia Central e movimentos populares, deixaram o cenário árabe mais incerto desafiando a estabilidade local (PECEQUILO, 2012, p. 170).

A região caracterizada como “Grande Oriente Médio” engloba cerca de 600 milhões de pessoas em 31 países, árabes e não árabes, do Marrocos ao Paquistão. Nenhum destes Estados compartilha características de uma potência hegemônica, apresentando, assim, uma região com diferentes polos de poder, tanto na África como na Ásia. Por sua grandeza, o território¹ apresenta importantes diferenças regionais, em diferentes âmbitos, que são de extrema relevância para compreender as diferentes respostas da região às investidas externas (VISENTINI, 2014, p. 6).

De modo geral, as fronteiras do Oriente Médio eram determinadas por fatores geográficos até a primeira grande guerra. Com a chegada dos europeus, os árabes foram agrupados em Estados-Nação dentro de linhas artificiais traçadas e governados por líderes que tendiam a favorecer seus iguais de credo. Em grande parte dos casos, o legado colonialista deixou no trono, seja por má fé ou por ignorância, governantes incompatíveis com a demografia de seus respectivos Estados (MARSHALL, 2015, p. 125).

A partir do período da descolonização do Oriente Médio (por volta dos anos 1950) em grande parte pelo Reino Unido e França, concretizou-se a posição norte-americana como principal potência influente na região. A partir do fim da Guerra Fria, houve um descongelamento de conflitos regionais que demonstraram a fragilidade das monarquias árabes, entre eles: o avanço do xiismo iraniano, as pretensões regionais de Saddam Hussein e os custos da instabilidade regional para os Estados Unidos (apoio a Israel, ao vácuo deixado pelos soviéticos, a grande dependência petrolífera do Golfo e pretensões em relação a Ásia Central via Oriente médio) (PECEQUILO, 2012, p. 171). Desde então, a região é um território minado, onde qualquer passo errado poderia resultar em conflitos de diferentes níveis

¹ Friedrich Ratzel (1844-1904) compreende território como espaço sobre o qual se exerce a soberania do Estado (DE OLIVEIRA GOMES & SILVA, 2016, p. 49).

1.1. A GEOPOLÍTICA DO ORIENTE MÉDIO: O ORIENTE MÉDIO NAS TEORIAS GEOPOLÍTICAS

Historicamente, a ordem internacional tem sido territorial. A anexação de territórios e a ocupação do solo, têm sido o objetivo principal dos exércitos que se defrontam. A forma de utilização dos territórios é considerada uma temática essencial para o desenvolvimento de táticas e estratégias. Para Raymond Aron, o estudo geográfico da política externa se denomina de geografia política, o estudo das relações entre o meio e as coletividades humanas. A situação física de um Estado é imutável, mas sugere ações estratégicas, desenha possibilidades e encontra-se em todas as épocas, em todos os aspectos (ARON, 1962, p. 254-261).

Quadro 1 - Elementos Essenciais De Uma Potência

Autores	Elementos
Nicholas Spykman	I) superfície; 2) natureza das fronteiras; 3) população; 4) existência ou inexistência de matérias-primas 5) desenvolvimento econômico e tecnológico; .6) força financeira; 7) homogeneidade étnica; H) grau de integração social; 9) estabilidade política; 10) espírito nacional.
Hans Morgenthau	I) geografia; 2) recursos naturais; 3) capacidade industrial; 4) estado de preparação militar; 5) população; 6) caráter nacional; 7) moral nacional; H) qualidade da diplomacia.
Rudolf Steinmetz	I) população; 2) dimensões do território; 3) riquezas; 4) instituições políticas; 5) qualidade do comando; 6) unidade e coesão nacionais; 7) prestígio e alianças no exterior; 8) qualidades morais.

Fonte: Tabela adaptada a partir de Aron (1962, p. 105).

Como pode-se perceber no quadro 1, percebe-se que os autores compartilham três fatores cruciais para uma potência mundial, são eles: território, recursos naturais e populacionais.

Embora a relevância do controle territorial tenha diminuído no mundo moderno, continua sendo o mecanismo principal da ordenação internacional, por este motivo, após a segunda grande guerra, a redistribuição de território tem sido pivô de litígios entre Estados e atores não estatais na política internacional (GILPIN, 1981, p. 37). O território sírio por exemplo, como será explorado posteriormente, combate ambições territoriais externas em diferentes frentes de seu território: ao norte, enfrenta uma ocupação turca; ao sul, lida com a ocupação das Colinas de Golã pelos israelenses e; ao nordeste de seu território, o governo de Bashar encara um delicado problema interno junto ao povo curdo e suas milícias armadas que ocupam a região e buscam autonomia.

Quer se trate de substituir o trabalho pela energia produzida pelo carvão, pelo petróleo ou o átomo, quer se trate de fabricar objetos, para os quais a natureza fornece materiais, mas não o modelo (transformadores, automóveis, geladeiras); ou ainda de melhorar e multiplicar as plantas de que se nutre a humanidade, a conduta a seguir é essencialmente técnica; ela se reduz ao esquema da combinação de certos meios para alcançar determinados fins. A imprecisão do nosso conhecimento e as incertezas que há na aplicação a situações reais de leis formuladas mediante experimentos em laboratório obrigam à adoção de margens de segurança, mas não modificam a essência do comportamento técnico, a potência que o homem tem sobre a natureza.

A conveniência do petróleo em exigir uma mão de obra mínima; ter um grande número de aplicações; ser uma fonte energética barata; aumentar a capacidade de produção; além das descobertas de imensas jazidas com potencial de fornecer óleo por centenas de anos; fizeram do petróleo a mais desejável e importante fonte energética. Antes mesmo da Primeira Guerra Mundial, a Grã-Bretanha decidiu por converter a fonte energética de sua esquadra de guerra para o óleo, a decisão foi rapidamente copiada por diversas marinhas do mundo. Esta medida ocasionou uma série de mudanças geopolíticas: a pauta do acesso ao petróleo se tornou crucial na agenda de política externa e defesa das grandes potências. Visto este cenário, o Oriente Médio, passou de uma simples ponte para o extremo oriente e Índia para uma região estratégica, dando acesso aos campos petrolíferos do Golfo Pérsico e do Irã (CONANT & GOLD, 1981, p. 22).

Samir Amin, renomado economista árabe, evidencia diretrizes de cunho econômico-energético na atuação diplomática das grandes potências. A exploração rentável do petróleo é vital para a economia das grandes potências, assim, faz-se necessário administrar politicamente tais regiões rentáveis para assegurar o acesso lucrativo ao óleo (AMIN, 2004).

Na medida em que os Estados buscam influência na economia política internacional, tendem a estender o seu controle territorial para a busca de recursos estratégicos e economias de escala. A

expansão territorial, política e econômica de um Estado aumenta as possibilidades de um superávit para o mesmo, variável crucial para exercer qualquer tipo de domínio ou influência sobre o Sistema Internacional (GILPIN, 1981, p. 94-95).

Não se deve considerar apenas a Síria, ou o Iraque ou qualquer outro país da região de forma isolada, mas raciocinar a significância geopolítica do Oriente Médio, como um bloco, em relação ao capitalismo global. Neste sentido, é percebido na retórica oficial que a finlandização de países árabes e a mudança de seus regimes para governos favoráveis aos Estados Unidos beneficiaria toda a região, e talvez até influenciasse mudanças de regime semelhantes em outros países (HARVEY, 2003, p. 25).

Para Harvey (2004), os Estados Unidos bem como a economia global, têm o acesso ao petróleo árabe como uma questão de segurança crucial, este fato acaba motivando os estadunidenses a buscarem um controle militar mais rígido da região, de forma unilateral, se necessário. Thomas Friedman, por sua vez, não observa nada de ilegítimo ou imoral sobre a preocupação dos Estados Unidos em relação a um líder “malévolo” assumir um posto de influência sobre um recurso estratégico como é o petróleo, óleo que representa segundo o mesmo, a “mola mestra” da base industrial do mundo. Porém, segundo Harvey, há de se tomar um certo cuidado com este tipo de declaração tradicional, especialmente por parte de potências imperialistas em que “trabalham agindo em benefício do planeta” e não para instalar algum autocrata mais simpático aos seus interesses (HARVEY, 2004, p. 29).

Em seguida, alguns autores centrais terão suas ideias e conceitos debatidos, dentre eles, se destacam: Halford Mackinder, Nicholas Spykman, Zbigniew Brzezinski, Barry Buzan, Aleksandr Dugin, Samir Amin, entre outros. O principal objetivo deste capítulo é, desvendar os fatores que promovem o caos geopolítico que transcorre o Oriente Médio há pelo menos 80 anos fazendo que esta região seja protagonista nos debates geopolíticos contemporâneos.

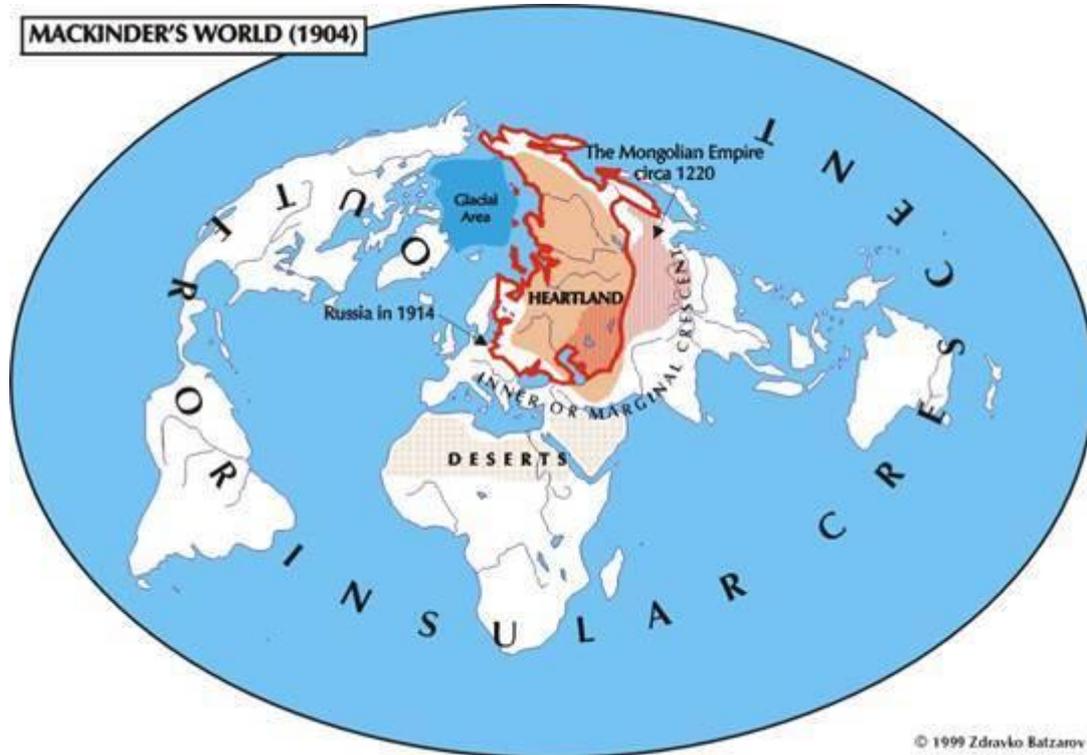
HALFORD MACKINDER

Mackinder é considerado um clássico nos campos da estratégia e da geopolítica. A “revolução” de Mackinder foi através da formulação de uma teoria do poder terrestre que está totalmente vinculada a uma “área pivô” que detêm um papel estratégico na política de poder no jogo de poder entre as grandes potências. Em sua obra, Mackinder refere-se a um grande núcleo do continente eurasiático correspondente ao território russo.

A escolha desta região se dá por diferentes fatores estratégicos, principalmente: os imensos recursos naturais que apoiariam uma economia autárquica e um inexpugnável poder terrestre; e sua localização, entrincheirada no meio de uma fortaleza continental eurasiática, criando assim, um raio

de ação limitado para marinhas rivais.

Figura 1 - A Centralidade Do Território Russo Como Área Pivô Do Mundo



FONTE: ZDRAVKO BATZAROV (1999).

Na imagem acima, percebe-se o protagonismo da Rússia em relação aos outros territórios na perspectiva de Mackinder. A noção de *Heartland* está relacionada aos termos de “área-pivô”, “região-eixo”, “terra central” ou “coração continental”. O autor desenvolve este conceito a partir de uma ideia estratégica testada após a segunda grande guerra:

A concepção da Eurásia, assim é, de que se consegue atingir uma terra contínua, cingida de gelo no norte, cingida de água em outros lugares, medindo 21 milhões de milhas quadradas; ou mais de três vezes a área da América do Norte, cujo centro e norte, medindo cerca de nove milhões de milhas quadradas; ou mais de duas vezes a área da Europa, não tem água disponível, caminhos para o oceano, mas, na terra, exceto na floresta subártica, geralmente é muito favorável a mobilidade de homens a cavalo e a camelo (MACKINDER, 1904, p. 12).

Para o autor, existe um único oceano no globo, em que as águas são intercomunicantes, que representa três quartos da totalidade do globo. Dois terços correspondem aos continentes da Europa, Ásia e África, que para o autor formam um único continente nomeado de “*World Island*” ou “Ilha

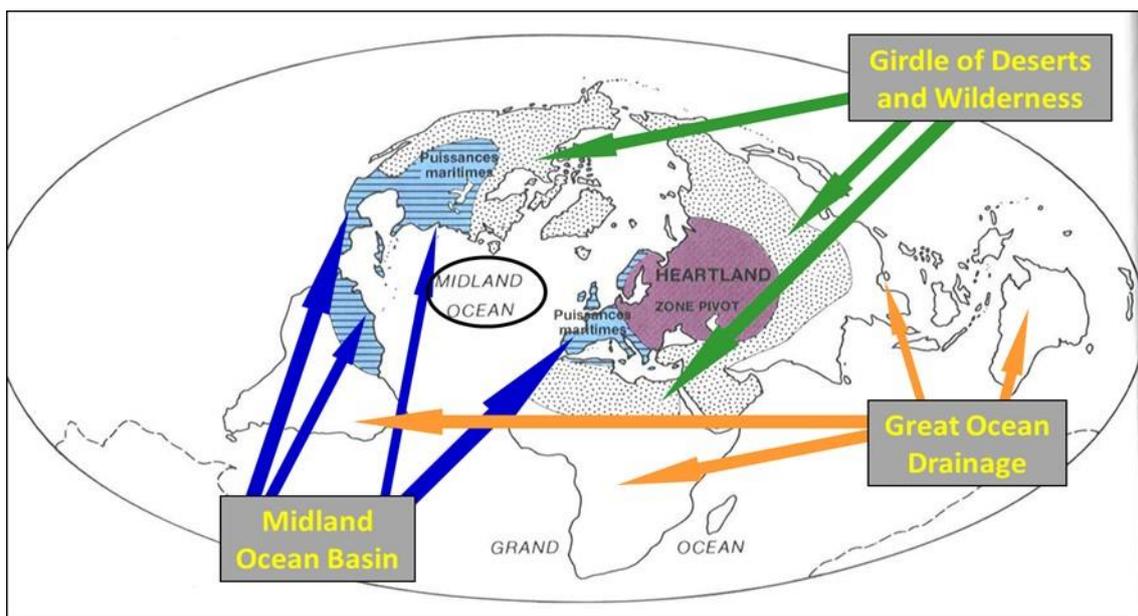
Mundial”. O resto dos territórios formavam três ilhas periféricas em relação à grande Ilha Mundial central.

Para Raymond Aron (1962, p. 266), a teoria desenvolvida por Mackinder foi elaborada sobre uma esquematização geográfica, considerando um elemento constante, a oposição terra-mar, e três elementos variáveis, a logística terra-mar, recursos naturais, população e a extensão do campo diplomático:

É certo que ele (Mackinder) parte de fatos geográficos: a distribuição desigual das terras e das águas na superfície do mundo, a distribuição das riquezas minerais e dos recursos agrícolas pelas diferentes partes do globo, a densidade desigual da população nos diversos continentes, de acordo com o clima, o relevo e a fertilidade do solo (ARON, 1962, p. 271).

Melo (1999) destaca que a teoria de Mackinder sofreu algumas adaptações com a substituição dos mapas de superfície plana pelo globo cilíndrico, o que permitiu a Mackinder desenvolver uma nova perspectiva das relações entre as massas continentais e a superfície líquida, introduzindo o conceito de *Midland Ocean*, o Oceano Central que seria equivalente marítimo da *Heartland* (Mello, 1994, p. 65).

Figura 2 - Localização Do *Midland Ocean*



Fonte: SEQUEIRA (2004, p. 10).

Em sua obra “Quem tem medo de Geopolítica?”(1999), Almeida Mello ressalta a relevância e a atualidade do conceito de *Midland Ocean* desenvolvido por Mackinder: “Nada parece indicar que o conceito de *Midland Ocean* tenha perdido sua atualidade...Caso o eixo econômico mundial venha a se deslocar do Atlântico para o Pacífico, o conceito poderá conservar sua atualidade” e finaliza: “Se o conceito mackinderiano for realmente aplicável à geopolítica do Pacífico, a talassocracia americana provavelmente estará em condições de manter sua hegemonia marítima no “novo oceano central” (MELLO, 1999, p. 216).

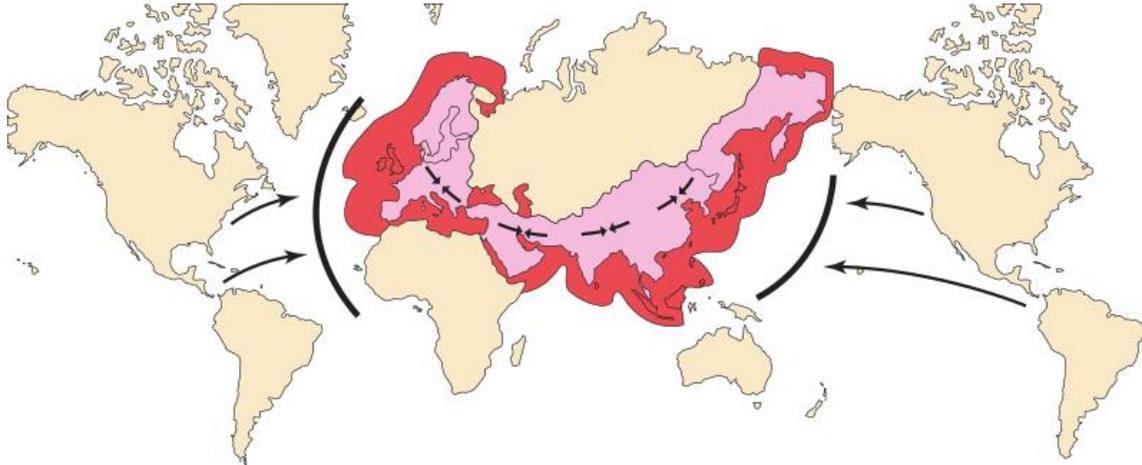
NICHOLAS SPYKMAN

A partir desta introdução, demonstrou-se a importância da região denominada de *Heartland* por Mackinder. Posteriormente, surge uma nova teoria que, de certa forma, questiona a relevância daquele território, a teoria do *Rimland*, desenvolvida pelo cientista político, Nicholas Spykman.

Sem tirar o mérito da teoria do *Heartland*, o professor Spykman desenvolve uma teoria de poder dualista, que se sobrepõem estrategicamente ao coração continental. Spykman denomina as regiões periféricas da *Heartland* de *Rimland*, que inclui as principais penínsulas eurásianas (Europa, Oriente Médio, Subcontinente Indiano, Sudeste Asiático, Ásia Oriental), onde historicamente se desenvolveram as principais civilizações da eurásia e na Era Contemporânea concentram as principais aglomerações urbano-industriais, incluindo a maior parte do PIB e da população do conjunto da Eurásia. Em suas palavras, Spykman enfatiza: “Quem controla o *rimland* governa a Eurásia; quem domina a Eurásia controla os destinos do mundo” (MELLO, 1999).

Com sua obra, Spykman auxiliou a política norte-americana na contenção à União Soviética, onde optou-se pela criação de um “cordão sanitário” que pressionava a potência que dominava o *Heartland*, a URSS, corporificada com pactos de segurança, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), Organização do Tratado do Sudeste Asiático (SEATO), Tratado de Segurança do Pacífico / Tratado de Segurança entre Austrália, Nova Zelândia e Estados Unidos (ANZUS) e com países periféricos como Taiwan, Japão e Coreia do Sul. Em seu livro *America's Strategy In World Politics* (1942), Spykman destaca a relevância estratégica da região do Oriente Médio e do Golfo Pérsico asiático por se caracterizarem como “as grandes regiões produtoras de petróleo do território eurasiático e fazer parte das rotas terrestres para o *Heartland*” (p. 184).

Figura 3 - A Localização Do *Rimland* (Rosa/Vermelho) Em Relação Ao *Heartland*



FONTE: UFRN, 2018.

Apesar de considerar a relevância do *Heartland*, Spykman acredita que este território é superestimado. A Região periférica que faz fronteira com a *Heartland*, se dominada, poderá influenciar de forma mais eficaz o sistema internacional. A região do *Rimland* inclui: os países da Europa Ocidental, Oriente Médio, Sudoeste Asiático, China e Extremo Oriente. Estes países citados, junto às ilhas *offshore* britânicas e do Japão, possuem mais recursos humanos e industriais que a *Heartland*, além de manejarem tanto a terra como o poder marítimo (SPYKMAN, 1942, p. 27).

A partir das considerações de Spykman, ascende um dos fatores que faz do território sírio ser disputado por grandes potências, sua geolocalização. Aleksander Dugin, ratifica tal: “Qual é o lugar do Islã na visão geopolítica clássica? Ele corresponde à chamada Zona Marginal (*Rimland*) ou, mais precisamente, à grande extensão da Marginal Crescente (*Rimland*) que vai do Magreb até o Oriente Médio” (DUGIN, 2012, n.p.).

Pode-se considerar que a Guerra Fria se iniciou no ano de 1947, com a publicação de um artigo do diplomata norte-americano, George Kennan, seguidor de Mackinder, pedindo a contenção da União Soviética. Kennan, junto com Spykman e Strausz-Hupé, desenvolveram um modelo de zonas globais que, controladas pelos Estados Unidos, conduziria Washington à dominação da Eurásia. O enfrentamento e a tentativa de estrangular a União Soviética em seu espaço continental faziam parte deste plano. A principal estratégia foi a cercar a zona costeira (*Rimland*) da Eurásia através do Oriente Médio e da Ásia Central até o Extremo Oriente, a Índia e a Indochina (DUGIN, 2015, n.p.).

ZBIGNIEW BRZEZINSKI

Por sua vez, Zbigniew Brzezinski, é um cientista político polonês radicado nos Estados

Unidos, estadunidense. É possível perceber que existe uma forte influência dos modelos teóricos de Mackinder e Spykman, respectivamente das teorias do *Heartland* e do *Rimland* nas formulações de Brzezinski.

Para Brzezinski, os Estados Unidos adquiriram o *status* de império de influência global, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, quando o PIB sendo responsável por mais da metade da economia mundial, desde aquele momento, não mais poderia deixar ser indiferente com os desenvolvimentos pelas regiões do globo. Devido à crescente ameaça soviética, uma definição constringente do perímetro de segurança no Extremo Oriente fora adotada após a Guerra da Coreia (1950-1953). Posteriormente, foi preciso rever estratégias no sul asiático com o colapso interno iraniano e a sucessiva influência soviética no Afeganistão (BRZEZINSKI, 1989, p. 31). Para o autor, os EUA deveriam usar de seu poder e influência tanto para manter a posição americana como para forçar mudanças internas em outro Estado. Esta conduta é entendida como um direito.

Aleksander Dugin aponta Brzezinski como um dos responsáveis pelo renascimento do islamismo radical na década de 1970, quando as agências de inteligência estadunidenses e britânicas treinaram radicais islâmicos, em especial os representantes da Al-Qaeda para usa-los para antagonizar movimentos socialistas e pró soviéticos no mundo islâmico, em particular no Afeganistão (DUGIN, 2015, n.p.). De certa forma, a estratégia norte-americana teve certo êxito, mas, por outro lado, minou qualquer tipo de estabilidade política e securitária na região até os dias atuais.

Brzezinski expressa grande preocupação com as intervenções soviéticas nas regiões periféricas da Eurásia, considerando que a potência que controlar as periferias desta massa continental (Europa ocidental; Extremo Oriente e o Sul Asiático) conquistará enormes recursos humanos, militares e econômicos. Além disso, a potência que realizasse tal intento, teria acesso aos estreitos e corredores geoestratégicos marítimos e terrestres (BRZEZINSKI, 1989, p. 31).

Do outro lado, nos anos 1950, a União Soviética projetava sua influência política, militar e ideológica como resposta à estratégia de contenção norte-americana sobre a zona costeira (*Rimland*). Para Dugin, a estratégia soviética é evidenciada pelo ativo papel da União Soviética durante as guerras do Vietnã e da Coreia e na Revolução Chinesa. No Oriente Médio e no mundo islâmico, a União Soviética apoiou movimentos e líderes de tendências socialistas derivados do “Socialismo Árabe” (DUGIN, 2015, n.p.). Posteriormente, avançou de forma intensiva sobre o Terceiro Mundo, em países como: Camboja; Vietnã do Sul; Laos; Etiópia; Angola; Moçambique; Iêmen do Sul; Afeganistão; Nicarágua etc (BRZEZINSKI, 1989, p. 36).

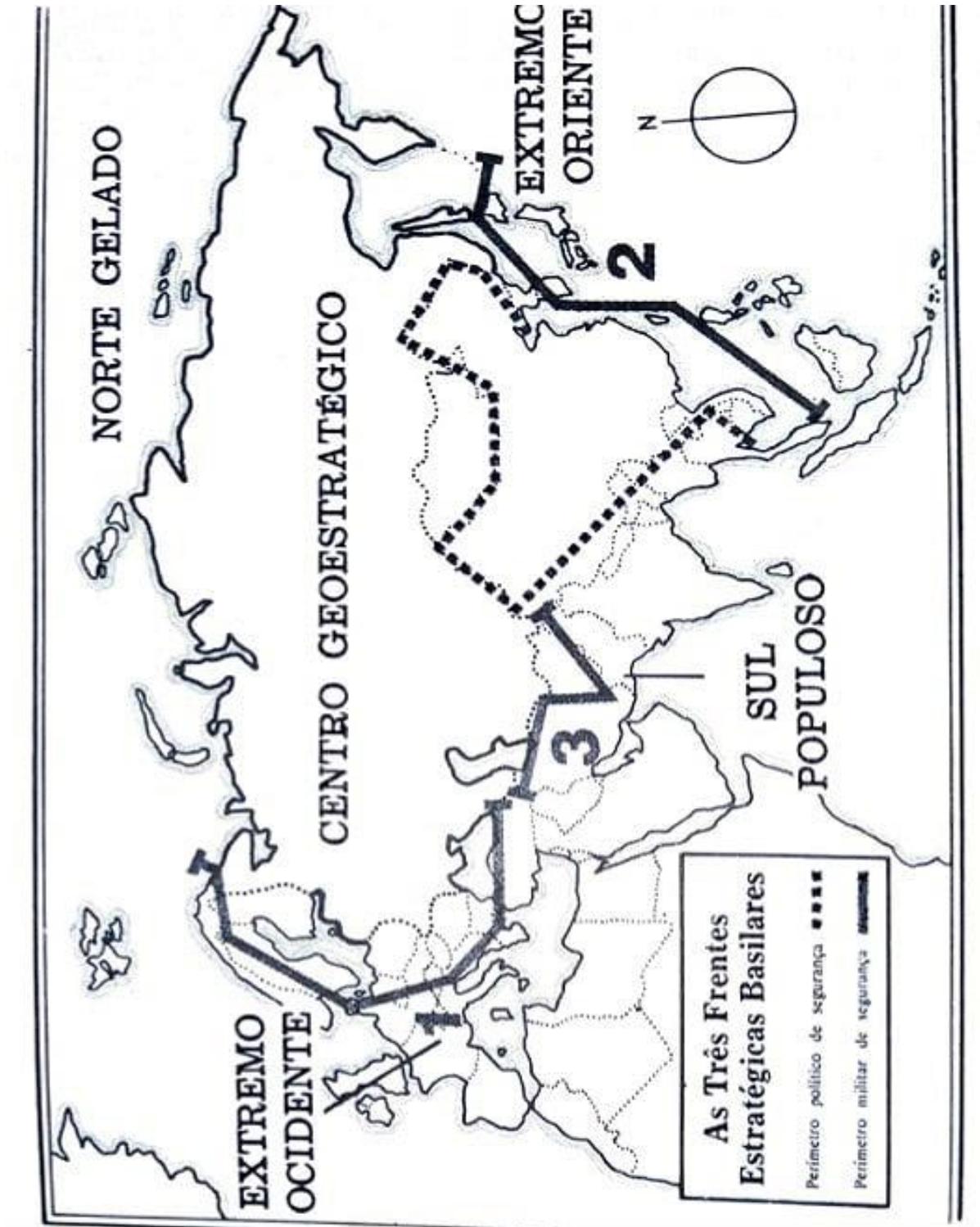
Para Brzezinski, não há dúvidas, o conflito soviético-americano tem como objetivo final a Eurásia, o prêmio geopolítico em disputa. Samir Amin, vai mais além, o economista egípcio acredita que os estadunidenses buscam, desde 1945, “estender a doutrina Monroe para todo o planeta” e não

apenas a Eurásia. A estratégia global americana visa cinco objetivos:

- (i) minimizar a capacidade dos Estados de agir por fora da influência americana;
- (ii) estabelecer o controle militar da OTAN e “latinoamericanizar” as antigas partes da União Soviética;
- (iii) controlar sem partilhas o Oriente Médio e seus recursos petrolíferos;
- (iv) dismantelar a China, assegurar-se da subordinação dos outros Estados (Índia, Brasil) e impedir a constituição de blocos regionais que possam vir a negociar os termos da globalização;
- (v) marginalizar as regiões do sul que não representam interesse estratégico (AMIN, 2005, p. 91-92).

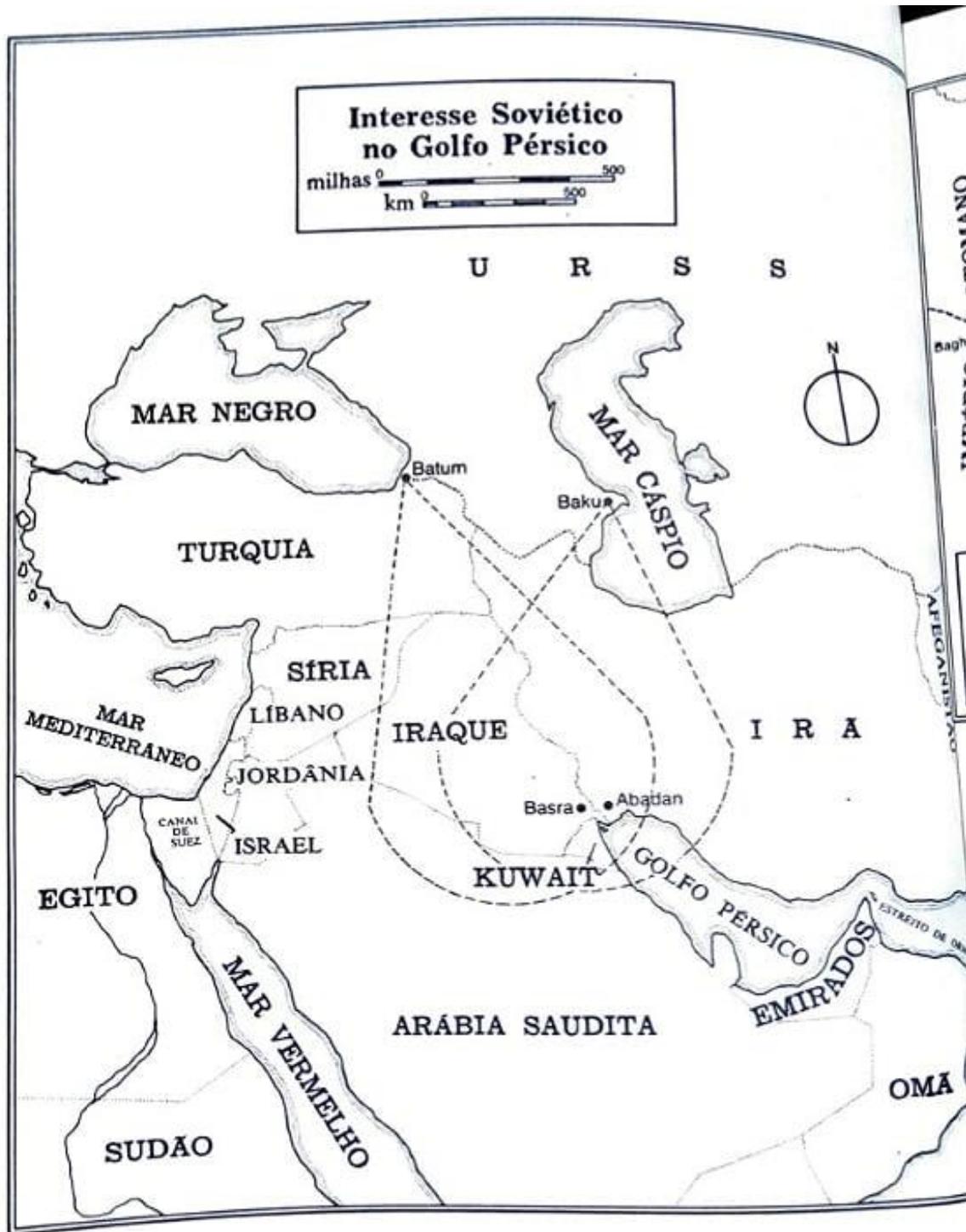
A disputa pela Eurásia foi e ainda é conduzida em três frentes estratégicas basilares, como pode-se observar na figura 4: O extremo ocidente, o extremo oriente e o Sudoeste (BRZEZINSKI, 1989, p. 39).

Figura 4 - Mapa Das Três Frentes Estratégicas Basilares



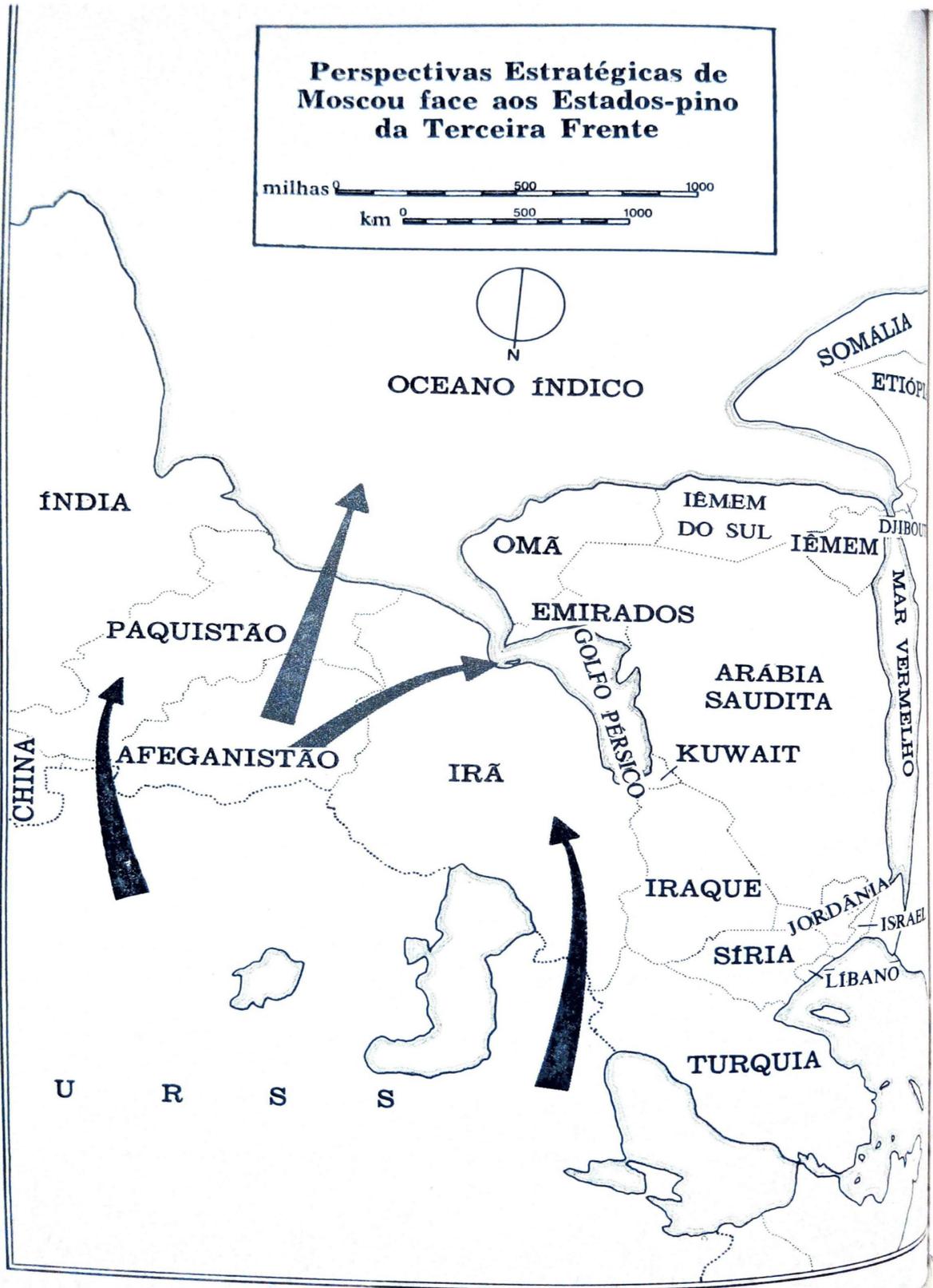
Fonte: BRZEZINSKI (1989, p. 52).

Figura 5- Mapa do Interesse Soviético no Golfo Pérsico



Fonte: BRZEZINSKI (1989, p. 56).

Figura 6 - Mapa Das Perspectivas Estratégicas de Moscou Face aos Estados-pino da Terceira Frente



Fonte: BRZEZINSKI (1989, p ?).

Como pode-se observar nos mapas, a terceira e mais importante frente basilar, para este trabalho, ao sudoeste, emergiu mais tardiamente. A calma terminou nos anos de 1970 com a retirada dos britânicos da região leste do Suez na década de 1960, criando um vácuo de poder no Golfo Pérsico. Visto isso, os EUA fortalecem seus pilares na região (especialmente Arábia Saudita e Irã) com o objetivo de ocupar este vácuo, enquanto os soviéticos projetaram influência no Iraque; na Síria; no Iêmen do Sul; na Etiópia e na Somália, países situados ao longo do estrangulamento que controla o acesso tanto ao Mar Vermelho como ao Canal de Suez. O colapso do governo aliado Iraniano em 1979 foi de uma perda geoestratégica difícil para os interesses Norte-americanos na região. O Irã fora eleito por Washington como a potência regional e pivô do cinturão de segurança da terceira frente. Neste cenário caótico, os soviéticos aproveitaram para avançar sobre o Afeganistão (BRZEZINSKI, 1989, p. 59).

Neste contexto, Washington declara o Golfo Pérsico como equivalente à Doutrina *Trumann* e aumenta rapidamente sua presença militar na região. As consequências de uma penetração soviética na terceira frente seriam profundamente ameaçadoras. As enormes reservas de petróleo dos países do Golfo Pérsico são de interesse capital para o Ocidente podendo ser utilizadas para chantagear os mesmos dada a dependência da Europa Ocidental e do Japão (BRZEZINSKI, 1989, p. 60).

Posteriormente, durante o governo de George W. Bush divulgou-se o “novo mapa do Oriente Médio”, um projeto que tem como objetivo redefinir as fronteiras dos estados árabes e dividi-los de modo a facilitar seu controle (processo de balcanização e finlandização do território), diversas ações políticas e militares foram promovidas com o intuito de desestabilizar a estabilidade por todo o Oriente Médio (NAZEMROAYA, 2006)

Samir Amin (2004) destaca a importância do Oriente Médio na geoestratégia e geopolítica do imperialismo, especialmente do projeto imperialista norte-americano. Para Amin, a notoriedade da região se deve a três fatores: 1) Sua riqueza em petróleo; 2) Sua localização no coração do Velho Mundo, mantendo a mesma distância de Pequim, Cingapura, Johannesburgo e Paris; 3) Constituir-se o ponto fraco do sistema mundial.

COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA

A teoria dos Complexos Regionais de Segurança (CRS) desenvolvida por Buzan e Waever, permite compreender e distinguir as interações entre o nível sistêmico das potências globais e as interações em nível de subsistemas de potências regionais. A ideia central de sua teoria é de que, como as ameaças deslocam-se de modo mais fácil em distâncias curtas, a interdependência de segurança padroniza-se em “*clusters*” baseados em regiões: complexos de segurança (BUZAN & WAEVER

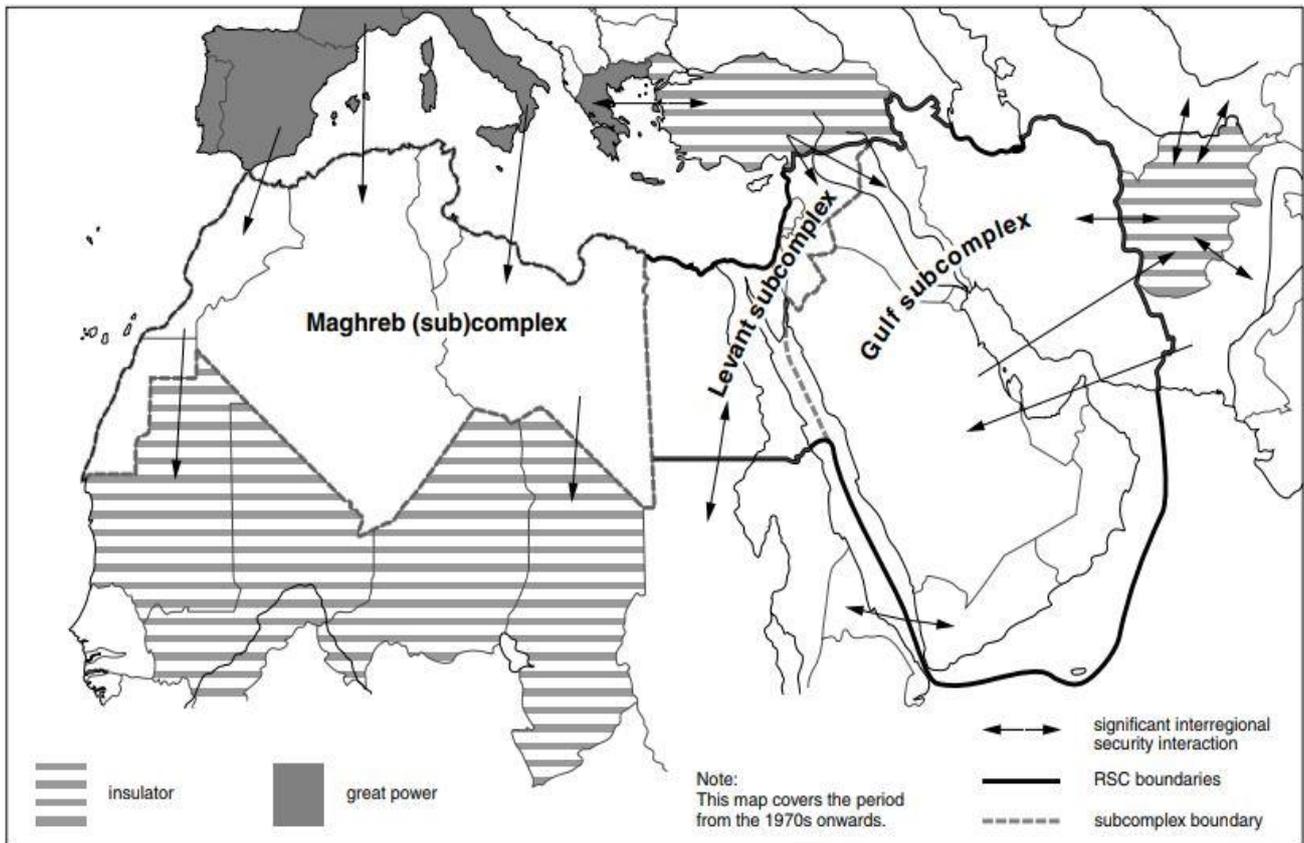
2003, p. 4).

Os complexos abrigam majoritariamente Estados pequenos de capacidades limitadas que restringem a projeção de seus interesses em seus vizinhos, fator que faz deles permanecerem confinados em seu próprio CRS. Neste cenário, apenas os Estados considerados superpotências² transcendem a lógica geográfica em suas relações securitárias pela sua demasiada capacidade operativa. Atores considerados superpotências podem e costumam transcender a lógica geográfica em suas relações de cunho securitário. Estas penetrações são resultantes de alianças de superpotências com Estados de determinado CRS. Estas alianças fazem parte de um esforço para equilíbrio ou desequilíbrio de poder da região. Desta forma, padrões de caráter global, tornam-se vinculados a padrões regionais, e vice-versa (BUZAN & WAEVER, 2003, p. 46).

O caráter de conflito permanente do Oriente Médio caracteriza-o como um exemplar caso de Complexo Regional de Segurança (CRS), centrado nos Estados e de comportamento político-militar. A mescla de sentimentos islâmicos, nacionalistas, antissionistas e antiocidentais geram a necessidade de operações de alta dificuldade e dinamismo para os Estados da região quanto para os Estados externos intervenientes (BUZAN & WAEVER, 2003, p. 218).

² Segundo Carvalho, o conceito de Superpotência é: “uma Superpotência será um grande país que disfruta da maior influência e da maior liberdade de ação no sistema internacional, e que transmite a impressão de poder assegurar autonomamente a sua defesa militar contra quaisquer outros poderes existentes, isolados ou associados” (CARVALHO, 1986, p. 23)

Figura 7 - Mapa Do Complexo Regional de Segurança do Oriente Médio



Fonte: BUZAN & WAEVER (2003, p. 189)

Neste contexto, a Liga Árabe, principal e mais importante organismo regional, tem função estratégica na região do Oriente Médio. A organização foi fundada em 1945 e tem como principais objetivos:

- Consolidar as relações entre os países árabes
- Salvaguardar a independência dos estados membros
- Coordenar os planos e políticas entre os estados membros
- Reforçar a cooperação nos domínios económico, cultural, social, sanitário e outros
- Visar os interesses e assuntos dos estados árabes em geral
- Cooperar com organismos internacionais para garantir a segurança e a paz e regular as relações económicas e sociais (BAHREIN, 2018).

Por outro lado, potências regionais como a Arábia Saudita e o Egito se utilizam da abrangência

da liga para projetarem seus interesses por todo o mundo árabe. Compreende-se nas “entrelinhas” que este organismo tem como objetivo oculto preservar politicamente o *status quo* do Complexo Regional de Segurança do Oriente Médio.

Em 2011, poucos meses após o início dos protestos Anti-Assad, a Liga Árabe decide por suspender a Síria do organismo em consequência da repressão do governo aos protestos. Este fato derivou-se do relevante grau de persuasão que países da península Arábica liderados pela Arábia Saudita possuem na instituição. Posteriormente, não agradados apenas com a suspensão do governo de Bashar, a oposição síria recebe formalmente a representação do país na Liga Árabe (THE GUARDIAN, 2013).

Subsequente à suspensão da Síria da Liga dos Estados Árabes, algumas sanções foram imediatamente aprovadas, entre elas:

- a) Paralisar transações com o Banco Central sírio;
- b) Interromper o financiamento dos governos árabes para projetos na Síria;
- c) Proibição de visitas de funcionários do governo sírio a outros países árabes;
- d) Congelamento de ativos relacionados ao governo do Presidente Bashar al-Assad (BBC, 2011).

Wael Merza, secretário do Conselho Nacional Sírio (CNS), organização que representa o movimento de oposição ao governo de Assad, comemorou tal fato: “Essa medida isola o regime em grande parte: econômica, diplomática e politicamente” (AL JAZEERA, 2011).

Ainda na escala regional, os países membros do Conselho de Cooperação do Golfo, instituição que reúne as monarquias que mais rivalizam com Assad regionalmente, liderados pela Arábia Saudita, chegaram a propor uma intervenção militar composta por militares árabes, porém, o plano não seguiu adiante devido ao forte posicionamento russo contrário a qualquer tipo de intervenção externa (2012, عمر الحسن).

O Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), fundado em 1981, é uma organização de natureza econômica composta por seis Estados localizados na Península Arábica: Arábia Saudita, Omã, Qatar, Emirados Árabes Unidos, Bahrein e Kuwait. Os Estados membros compartilham importantes características geográficas, como laços culturais e religiosos, criando assim, um pequeno complexo regional homogêneo propício para o desenvolvimento de projetos desenvolvimentistas entre seus estados e sociedades. Dentre os principais objetivos do CCG:

1. Efetuar coordenação, integração e interconexão entre os Estados membros;
2. Aprofundar e fortalecer as relações, os vínculos e as áreas de cooperação que prevalecem entre seus povos em vários campos.

3. Formular regulamentos equivalentes em diferentes campos: Assuntos econômicos e financeiros; Comércio, alfândega e comunicações; Educação e cultura; Assuntos sociais e de saúde; Assuntos legislativos e administrativos.
4. Estimular o progresso científico e tecnológico nos campos da indústria, mineração, agricultura, recursos hídricos e animais (GCC, 2019).

O conselho é conhecido pelo Oriente Médio por ser um grupo seletivo e dos “primos ricos”. O país com o menor produto interno bruto per capita é o Sultanato de Omã com US\$ 15663.90 (TRADING ECONOMICS, 2019), valor superior à de qualquer país sul americano.

Neste sentido, Parag Khanna, questiona a potencialidade e a serventia dos organismos regionais. O autor faz uma ligação direta do caos político-securitário na região do Oriente Médio com a ausência de uma organização de segurança regional forte: “Onde as organizações de segurança regional são fortes, há segurança; onde são fracas, reina o caos” (KHANNA, 2011). A segurança da região raramente é planejada e desenvolvida pelos próprios árabes, mas por potências estrangeiras como Grã-Bretanha, França e Turquia: “No Oriente Médio não há “resolução” de conflitos, só evolução. É justamente por isso que a região precisa de uma instituição própria para mediar disputas e não de constantes intervenções estrangeiras” (KHANNA, 2011). A região necessita desenvolver um mecanismo diplomático comum para solucionar controvérsias, aprofundar a cooperação econômica, debater a proliferação nuclear, questões energéticas como a reconstrução e auxílio de Estados árabes como o Iraque e a Palestina (KHANNA, 2011, n.p.).

Refletindo as palavras de Khanna, percebe-se que nem a Liga dos Estados Árabes, nem o Conselho de Cooperação do Golfo tem a real envergadura e até mesmo autonomia para debater os problemas regionais. Seja por as organizações sofrerem um forte lobby de potências regionais ou até internacionais, seja por não ter abrangência de atuação ou até mesmo de intenção de discutir pautas securitárias do Grande Oriente Médio.

GUERRA ECONÔMICA

A modalidade de Guerra Econômica tem o objetivo de corroer a economia do oponente, sucatear as instituições governamentais e suas entidades, incentivar a discórdia social contra o governante, atrofiar as capacidades militares e enfraquecer os laços entre a nação “inimiga” e as organizações internacionais. Dentre os diferentes métodos de guerra não convencional, a ofensiva econômica é considerada o elemento mais difícil de reverter quando realizado (TAIT, 2019).

Sanções econômicas e políticas foram promovidas por diferentes Estados, instituições e

organismos internacionais. O Embargo ao petróleo sírio promovido pela União Europeia devastou a economia do país árabe, reduzindo a produção do petróleo em 75% ainda em 2011. O óleo representava cerca de 90% das exportações sírias para o velho continente (THE NEW YORK TIMES, 2011). Ficou proibido a todos os Estados membros da União Europeia:

- a) Importar petróleo bruto ou produtos petrolíferos para a União se tais produtos: i) forem originários da Síria; ou ii) tiverem sido exportados da Síria;
- b) Comprar petróleo bruto ou produtos petrolíferos localizados ou originários da Síria;
- c) Transportar petróleo bruto ou produtos petrolíferos, se tais produtos forem originários da Síria ou estiverem a ser exportados da Síria para qualquer outro país (UNIÃO EUROPEIA, 2012).

Além do embargo ao petróleo sírio, a União Europeia impôs diversas medidas restritivas à Síria, dentre elas, a proibição de:

- a) Prestar assistência técnica relacionada com os produtos e tecnologias enumerados na Lista Militar Comum da União Europeia, ou com o seu fornecimento, fabrico, a sua manutenção e utilização.
- b) Prestar assistência técnica ou serviços de corretagem relacionados com o equipamento suscetível de ser utilizado para fins de repressão interna.
- c) Vender, fornecer, transferir ou exportar equipamento ou tecnologia a utilizar em qualquer projeto tendo em vista a construção ou a instalação na Síria de novas centrais de produção de eletricidade (UNIÃO EUROPEIA, 2012).

No âmbito do Banco Europeu de Investimentos:

- a) Fica proibido de efetuar qualquer pagamento no âmbito de acordos de empréstimo que tenha celebrado com o Estado sírio;
- b) Suspende todos os contratos de prestação de serviços de assistência técnica em vigor relativos a projetos financiados no âmbito dos acordos de empréstimo (UNIÃO EUROPEIA, 2012).

Historicamente, a Síria se posiciona contrária às políticas e medidas pretenciosas que reforçam a influência dos sauditas na região. Devido a seus posicionamentos, a Síria mostra-se como um ator perigoso para a manutenção e a predição do Complexo Regional de Segurança. Amin está de acordo com tal afirmação, pois para o autor, Síria, Irã e Iraque têm sido importantes opositores a projetos

político-econômicos regionais, instrumentados pelos norte-americanos. Devido às sucessivas confrontações deste trio, Washington vê como necessário a derrubada destes regimes para que os projetos regionais avançassem (AMIN, 2004). A mesma pena não atingiu outros países da região que também repreenderam protestos populares como o Catar; o Bahrein; o Kuwait e até a Arábia Saudita. No subcapítulo 1.3 serão detalhados os motivos por trás do posicionamento combativo árabe em relação ao governo sírio. Por fim, Barry Buzan reitera que para entender a “constelação” completa do Oriente Médio é preciso analisar a região como o resultado da interação de três níveis: doméstico, regional e global (2003, p. 218).

Os autores citados até aqui, influenciaram de modo direto ou indireto o tabuleiro geopolítico global, mas principalmente, o tabuleiro do Oriente Médio. Este debate teórico mostrou-se essencial para fundamentar os constrangimentos geopolíticos que ocorrem na *Rimland*, região onde localiza-se a República Árabe da Síria, país que será explorado em seguida neste trabalho.

1.2. CONSTRUÇÃO DO ESTADO SÍRIO

A história da Síria moderna inicia-se após a Primeira Guerra Mundial com o desmembramento do Império Turco-Otomano que dominava parte do Oriente Médio. Com o Colapso dos otomanos, o povo que ocupava a região da Síria era predominantemente árabe e preservava sua história de sediar o califado árabe-islâmico Omíada. Estes foram os ingredientes para consolidar uma identidade nacional. Esta nova identidade nacional promoveu uma identidade secular baseada na linguagem e no mito histórico, e não na religião. Este episódio foi possível devido à um movimento anti-otomano de uma coalizão pan-árabe de sírios, iraquianos, palestinos e uma classe média árabe que pretendia estabelecer um estado árabe na região de *Bilad Al-Sham* (a histórica Síria) (HINNEBUSCH, 2004, p.17).

A geografia e a história nos contam que a Síria continuará a ser o epicentro da turbulência no mundo árabe. A Síria, tanto nos tempos medievais quanto nos modernos, continua sendo um dos polos geográficos críticos do mundo árabe, apesar de perder parte de seu território, ainda representa o coração do Levante, o que significa um mundo de múltiplas identidades étnicas e religiosas unidas pelo comércio: “Durante a Guerra Fria e nos primeiros anos da Pós-Guerra Fria, o pan-arabismo fervoroso da Síria era um substituto para sua identidade fraca como Estado. Na verdade, reivindicou ser o coração palpitante do arabismo na época da Guerra Fria” (KAPLAN, 2012, p. 166-167).

Posteriormente, sob os termos do acordo de *Sykes-Picot*, a Grande Síria (termo geográfico que incluía o atual Líbano, Jordânia e Israel/Palestina) fora truncada com o Líbano, a Palestina e a

Jordânia. O Reino Unido e a França contribuíram diretamente na definição das fronteiras da região. As potências colonizadoras europeias encararam o início de movimentos independentistas e nacionalistas a partir da década de 1940 o que resultou em grandes manifestos contrários às suas administrações gerando um ambiente instável na região com a Síria conquistando sua independência no ano de 1946 (ZAHREDDINE & TEIXEIRA, 2015, p. 77).

Desde então, vários movimentos promovem identidade territorial “pan-síria” diferente do arabismo. Mas o arabismo acabou por preencher o vácuo por ser o elo mais convincente para competir em um estado heterogêneo. A grande parte daquela população seguia o islamismo sunita (69%), destes, a maioria ocupava as cidades e as planícies centrais. A população alauíta representava 12%, de drusos cerca de 3% e de ismailis por volta de 1,5%. Os cristãos representavam uma significativa população com cerca de 14,5% do país que em sua maioria falava o árabe e habitavam seus próprios bairros e aldeias (HINNEBUSCH, 2004, p.18-19). Naquele período, destaca-se que:

No nascimento do Estado sírio, essas minorias foram divididas entre identidades árabes e sectárias. Muitos árabes cristãos ortodoxos orientais estavam, no entanto, na vanguarda do movimento nacionalista árabe e o co-fundador do partido Ba'th, Michel Aflaq, era um membro desta comunidade (HINNEBUSCH, 2004, p. 19).

Como visto, o arabismo se apresentou como ambivalente para a construção de um estado sírio. Cerca de 80% dos não-árabes eram representados pelo povo curdo que representava uma minoria de 8% da população síria. Além de minoria, este povo vive até os dias de hoje na fronteira do nordeste síria. Logo, a identidade árabe era uma força integradora muito sólida. A estrutura e a base social deste novo estado foram estabelecidas pelos franceses e herdadas pela elite árabe em grande parte não alterada, a Síria tornava-se uma república oligárquica semi-liberal com uma base feudal (HINNEBUSCH, 2004, p. 20).

Politicamente, não se pode falar sobre a história da Síria moderna sem relatar o surgimento do partido político de maior impacto no Oriente Médio que promoveu grande líderes e políticos em diferentes países árabes, em destaque Síria e Iraque, o Baath.

O Partido do Renascimento Árabe, o Baath, foi criado na década dos anos de 1920, na Síria, e tinha como ideais a unidade do povo árabe, a laicidade e o reformismo. Divergências internas explodiram no partido e surge uma rivalidade entre seus líderes, principalmente entre os sírios e os iraquianos. Por este motivo, optou-se por criar o Partido Socialista Árabe Baath da Síria em 1947.

A ascensão do partido Baath ao poder trouxe importantes reformas ao setor agrícola, que até aquele momento, aproximava-se de um sistema feudal e marcado por um alto grau de desigualdade

na distribuição de terras. Cerca de 82% da população rural não possuía terras e subsistiam por meio de algum tipo de coparticipação ou até mesmo com trabalho assalariado. As relações de sujeição entre os grandes proprietários de terras e camponeses sem terra mudaram a favor dos camponeses com os senhores das terras perdendo influência política nos assuntos socioeconômicos locais (AZIZ-AL AHSAN, 1984, p. 302-320).

Nas regiões urbanas, o Estado sírio tornou-se mais presente no dia-a-dia das pessoas através de projetos habitacionais, sistemas estatais de saúde e escolas públicas além de expandir vastamente as oportunidades de emprego em indústrias recém nacionalizadas aumentando o bem-estar trabalhista e ganhando certo prestígio com as classes trabalhadoras industriais, tanto no setor público quanto no privado (AZIZ-AL AHSAN, 1984, p. 320).

A nacionalização do Canal de Suez, trecho chave de uma das mais importantes rotas marítimas do comércio internacional, principalmente em relação ao comércio do petróleo árabe, gerou um conflito conhecido como a Guerra do Canal de Suez (1956) entre o líder arabista e presidente egípcio Gamal Abdel Nasser, contra o Reino Unido, França e Israel. O posicionamento audacioso de Nasser em relação ao canal fez deste um episódio de grande orgulho para os pan-arabistas. Entre os mais notáveis desdobramentos deste episódio, destaca-se a criação da República Árabe Unida (R.A.U) entre o Egito e a Síria no ano de 1958 e o aumento da tensão entre árabes e israelenses (ZAHREDDINE & TEIXEIRA, 2015, p. 78).

Após a criação da R.A.U, foram promulgadas um conjunto de reformas nacionalizantes conhecidas como "Decretos do Presidente Nasser de julho de 1961". Decretos resultaram na nacionalização de bancos, companhias de seguros e três empresas industriais, além de nacionalizar parcialmente vinte e quatro indústrias (AZIZ-AL AHSAN, 1984, p. 304). Após divergências políticas entre o governo egípcio e a elite política síria, findou-se a união no mesmo ano (1961).

Figura 8 - *Abdel Nasser E Shukri Al-Kuwatli* Assinam A Proclamação Oficial Que Une Suas Nações Na República Árabe Unida



Fonte: GETTYIMAGES, 2019.

No começo da década de 1970, o general Hafez Al-Assad, um dos mais importantes nomes do partido, assume a presidência do país, ficando no cargo até o ano de 2000 (VIZENTINI, 2012, p. 32). A figura de Al-Assad, pai, foi de grande importância para o estreitamento das relações entre a Síria e a União Soviética durante a Guerra Fria. Além do fato de que o partido Baath simpatizava com a ideologia socialista, o militar sírio morou por vários anos na União Soviética durante a sua formação militar e ideológica o que acabou gerando uma simpatia pessoal com aquele país (ZAHREDDINE, 2013, p. 17).

Com a morte de Hafez Al-Assad, seu filho, Bashar, assume o posto mais alto do governo sírio em junho do ano de 2000. Na ocasião, Bashar projetava a imagem de uma figura carismática com perfil de liderança. A opinião pública entendia que o herdeiro do posto mostrava maturidade, experiência e autoconfiança para assumi-lo, diferentemente de alguns generais do alto escalão, que não se mostravam confortáveis com uma “criança” no poder. Ele figurava como única opção viável, para a felicidade de seu pai, que planejou o cenário, fragilizando possíveis concorrentes, para que fosse uma transferência de trono sem grandes problemas (ZISSER, 2003). Para Kaplan: “A minoria alauita manteve a paz na Síria; parece improvável que os jihadistas sunitas possam fazer o mesmo. Eles podem ser igualmente brutais, mas sem o conhecimento sofisticado de governança que os alauítas adquiriram durante quarenta anos no poder” (2012, p. 167).

A possibilidade de uma maior abertura democrática no país afundou-se com a subida de Bashar ao poder. Este episódio fortaleceu um movimento de oposição que havia surgido contra o governo autocrático de seu pai.

Segundo Samir Amin, pode-se perceber algumas mudanças nas diretrizes do partido Baath se comparado ao início do regime: tornou-se mais autoritário, fortaleceu a polícia, e, gradativamente fez concessões ao liberalismo econômico (AMIN, 2011). A partir destes dados, entende-se alguns constrangimentos internos que Bashar Al-Assad lida/lidava. Assim, como variável interna importante, pode-se destacar o governo longo da família Al-Assad, que está no poder desde o ano de 1971.

1.3. A RELEVÂNCIA DA SÍRIA PARA A GEOPOLÍTICA DO ORIENTE MÉDIO

A geografia pode oferecer algum sentido para o caos políticos e revoltas que se acumulam não só no Oriente Médio, mas por todo o mundo. Para Kaplan (2012): “A posição de um estado no mapa é a primeira coisa que o define, mais do que sua filosofia de governo”. O pano de fundo da história da humanidade está relacionado à geografia, que se bem interpretada, pode ser muito reveladora sobre intenções e políticas adotadas por um governo:

Os mapas são uma repreensão às próprias noções de igualdade e unidade da humanidade, uma vez que nos lembram de todos os diferentes ambientes da Terra que tornam os homens profundamente desiguais e desunidos de muitas maneiras, levando a conflitos, sobre os quais o realismo é quase exclusivamente habita (KAPLAN, 2012, p. 21).

A topografia esparramada e montanhosa do núcleo demográfico da Península Arábica empenha-se em enfraquecer os governos centrais e elevar a importância de grupos tribais, religiosos e separatistas. No caso sírio, o mapa apresenta uma forma “mutilada” baseado na divisão étnica e na identidade sectária. Cada seita e grupo religioso estão associados especificamente a uma localização geográfica. O coração sunita está entre Aleppo e Damasco, os drusos estão entre Damasco e a fronteira com a Jordânia, já na fronteira montanhosa com o Líbano, se encontram os vilarejos alauitas, remanescentes do xiismo pérsico. A geografia atesta que alguns países árabes são mais coesos naturalmente como é o caso do Egito e da Tunísia, estes países necessitam de formas relativamente moderadas de autocracia para administrar a união do território, por outro lado, países como Síria,

Líbia e Iêmen, que são naturalmente menos coesos, apresentam uma paisagem rachada por montanhas e desertos, necessitam de um regime com variedades mais extremas (KAPLAN, 2012, p. 167).

A significância do território mudou consideravelmente durante o Século XX. Esta mudança ocorreu em grande parte devido a duas novas variáveis: a) O progresso tecnológico b) Democratização do poder soberano (GOTTMANN, 1973, p. 3). Variáveis como tecnologias, novas demandas econômicas e ideologias políticas injetam na arena política forças que modificam a estrutura operacional dos Estados e exigem periodicamente a revisão de conceitos e princípios (GOTTMANN, 1973, p. 154). Para melhor compreensão do cenário caótico da região do rio Eufrates, mais precisamente, do cenário sírio, será necessário, a seguir, apresentar as variáveis internas e externas que rondavam a região antes da conflagração da desordem e dissecar o choque de interesses sobre o conflito, interesses multilaterais que transcendem a fronteira síria e até mesmo o Oriente Médio. A significância do território sírio para inúmeros atores internos e externos está relacionado à diversos fatores que constroem o Complexo Regional de Segurança do Oriente Médio:

1 - Política internacional e diplomacia (choque de ideologias e alianças)

Nas últimas décadas, duas alianças políticas do governo sírio têm gerado grande desconforto tanto no ocidente quanto no próprio Oriente Médio. Na escala regional, a aliança política da Síria com o Irã é um dos casos de maior sucesso de cooperação da história do Oriente Médio moderno. A relação iniciou-se em 1979, logo após a Revolução Iraniana e se mantém sólida quarenta anos depois (GOODARZI, 2013, p. 33).

A revolução Xiita no Irã causou constrangimentos por todo o mundo islâmico, principalmente aos seus vizinhos árabes do golfo pérsico, este fato foi crucial para as transformações políticas na região e ao realinhamento dos arabismo-sunita com os Estados Unidos com o objetivo de criar um muro de contenção às influências persas-xiitas. Como resposta à aliança com os Estados Unidos, desenvolveu-se um eixo anti-estadunidense na região, inicialmente representado pela aliança Síria-Líbia com o Irã assumindo o papel protagonista neste eixo posteriormente (ZAHREDDINE & TEIXEIRA, 2015, p. 79-80).

Em uma escala internacional, a aproximação da Síria com a Federação Russa gera repugnância não só na península arábica, mas principalmente para a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) liderada pelos Estados Unidos. A Síria é o país árabe que tem a relação mais longa com a Rússia de modo ininterrupto desde a década de 1950. A relação que era amigável tornou-se estratégica desde o começo das manifestações em 2011. A Rússia teve e ainda tem um papel chave na resistência do Governo de Bashar Al-Assad ante o conflito armado interno e a pressão diplomática sistêmica gerada por seus inimigos políticos externos (TRENIN, 2016, p. 3). Aleksandr Dugin, um dos grandes

influenciadores do governo Putin, evidência a aliança sírio-russa:

Com Putin retornando ao poder, a Rússia está em uma posição muito melhor. Pelo menos ele é consistente em seu apoio ao presidente al-Assad. Talvez isso não seja suficiente para impedir a intervenção ocidental na Síria. Sugiro que a Rússia ajude nossos aliados de maneira mais eficaz, fornecendo armas, financiando e assim por diante. A queda da Líbia foi uma derrota para a Rússia. A queda da Síria será mais um fracasso (DUGIN, 2014, n.p.).

O histórico de conflitos armados entre Síria e Israel é outra variável importante. O sentimento e propaganda nacionalista árabe, propagado por Bashar, prega o combate à existência de um Estado judeu na região.

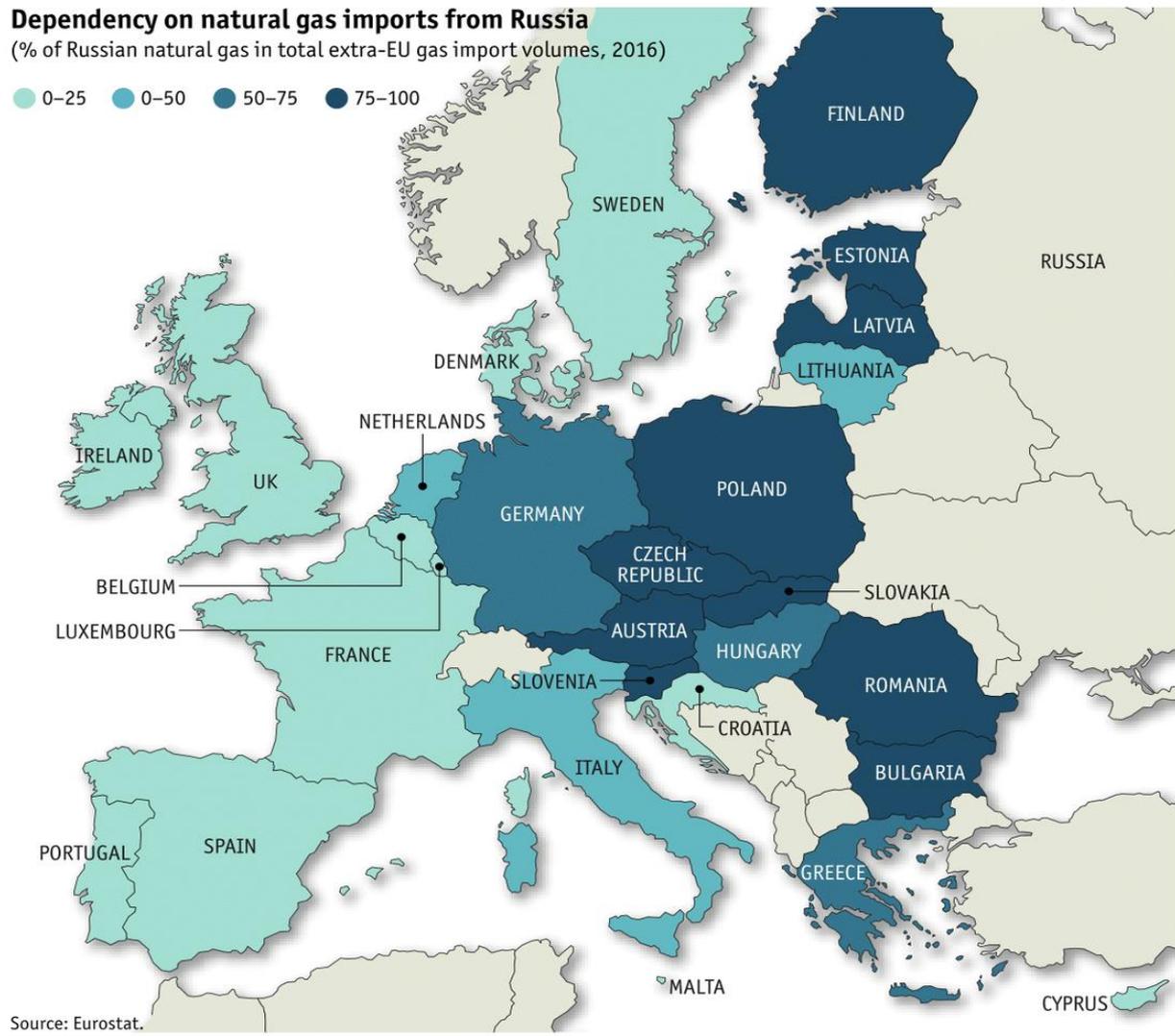
2- Corredor energético e logístico: a geopolítica dos oleodutos

A sólida aliança desenvolvida por Teerã e Moscou com Damasco não se resume a uma genuína solidariedade política. Ambos os países têm importantes interesses estratégicos envolvidos.

O gás natural é a fonte de energia limpa preferida do século XXI. A União Europeia caracteriza-se por ser o maior mercado de gás natural do mundo e a Rússia o maior fornecedor para a região. Washington vê a dependência de seus aliados europeus quanto à Gazprom³ uma ameaça ao seu bloco de influência.

³ A Gazprom é uma empresa global russa de energia focada em exploração, produção, transporte, armazenamento, processamento e venda de gás, condensado e óleo, vendas de gás como combustível para veículos, além de geração e comercialização de energia térmica e elétrica. Considerada a maior exportadora de gás natural do mundo (GAZPROM, 2019).

Figura 9 - Nível De Dependência Dos Países Europeus Em Relação Ao Gás Natural Russo



Fonte: THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT (2018)

A maior reserva de gás natural comprovada localiza-se no meio do Golfo Pérsico, nas águas territoriais do Irã (*North Pars*) e do Catar (*North Field*). No ano de 2011, Síria, Iraque e Irã firmaram um acordo histórico de construção de um gasoduto ligando o porto iraniano de Assalouyeh a Dasmaco, passando por território iraquiano. Como visto anteriormente, este projeto solidificaria um eixo “do mal” temido pelos árabes. Consolidando-se este projeto, o Irã terá total condição de fornecer gás ao maior consumidor de gás natural do mundo, a União Européia. Além do mais, pouco tempo após a assinatura do gasoduto com os iranianos, o governo sírio anuncia o descobrimento de gás

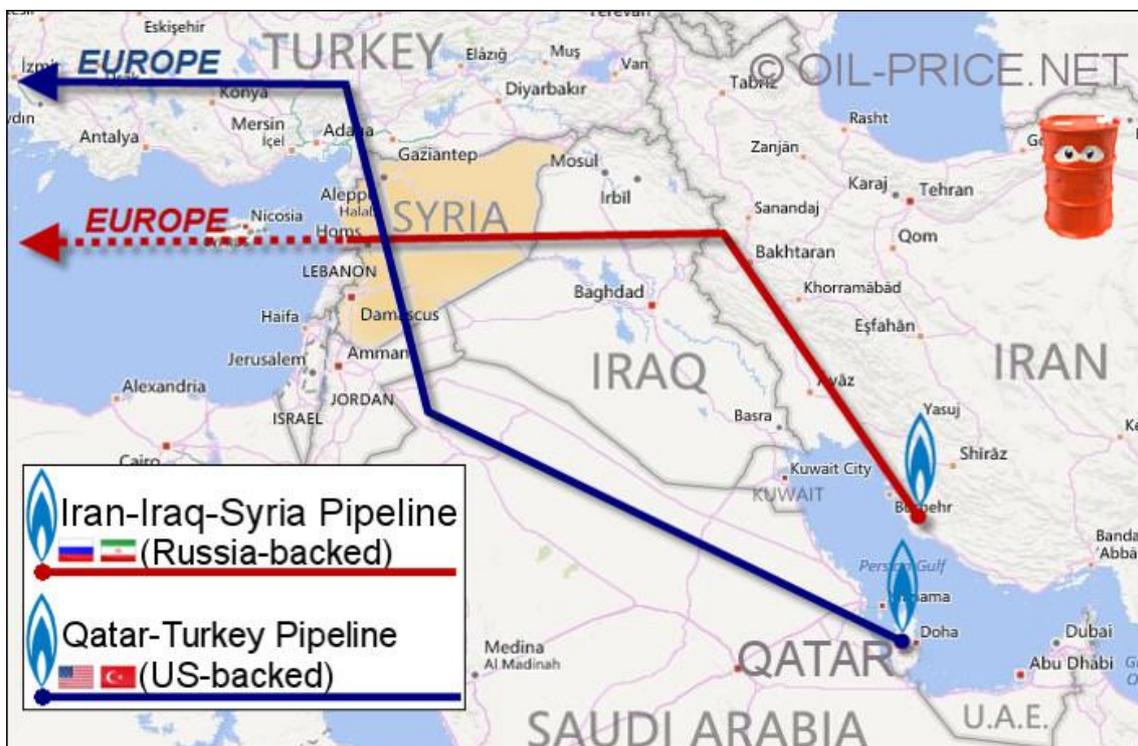
natural na região central do país. Prontamente, os russos da Gazprom mostraram interesse em investir e operar tais poços (ENGD AHL, 2014).

A península Arábica, mas principalmente o Catar, maior exportador de gás natural do mundo, também tem a pretensão de penetrar o mercado europeu. Assim, os projetos desenvolvidos pelo eixo Irã-Síria-Rússia representavam uma importante ameaça aos interesses árabes:

An Iran-Iraq-Syria pipeline is unacceptable in the Beltway not only because US vassals lose, but most of all because in currency war terms it would bypass the petrodollar. Iranian gas from South Pars would be traded in an alternative basket of currencies (ESCOBAR, 2015).

No ano de 2009, o Catar propôs à Bashar a construção de um gasoduto que ligaria os poços catarianos com a União Europeia, passando por território sírio. A proposta foi recusada pelo governo sírio gerando um grande constrangimento político entre a Síria com os países do Golfo Árabe (ENGD AHL, 2014).

Figura 10 - Centralidade Da Síria Para A Logística Do Gasoduto Árabe E Persa



Fonte: MIDDLE EAST OBSERVER (2016)

Quando questionado sobre o protagonismo sírio na integração energética regional, o embaixador da República Árabe da Síria no Brasil, Mohamad Khafif, discorreu:

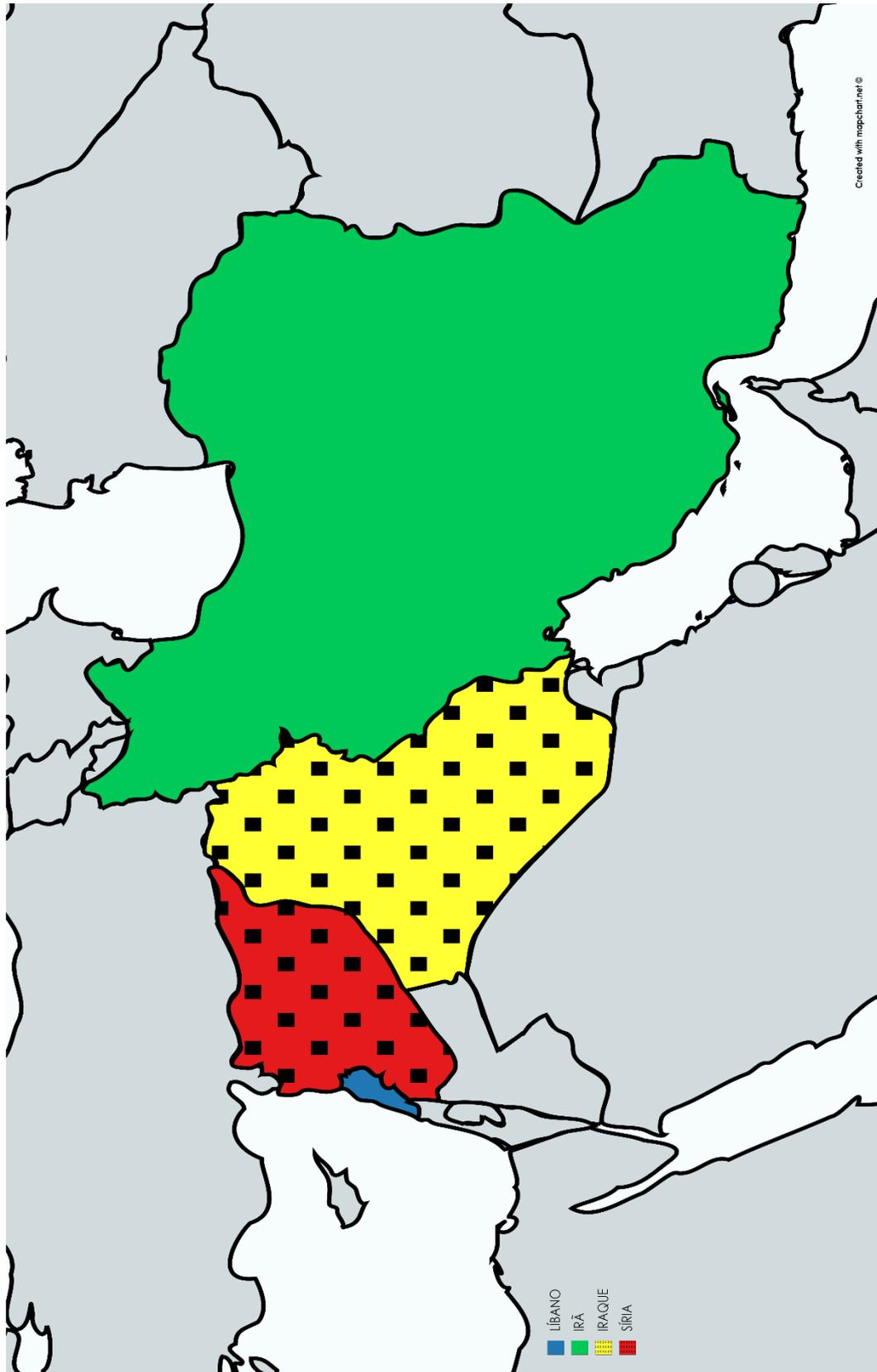
A Síria tem o fator geográfico muito importante por sua localização estratégica. Historicamente, destaca-se seu papel na antiga Rota da Seda e de realizar a ligação não só do comércio, mas de qualquer fluxo entre o ocidente e o Oriente. É por isso que acaba ganhando protagonismo nos projetos de estruturas deste tipo (energéticas). As questões econômicas sempre acabam influenciando questões internas dos países (KHAFIF, 2019).

3 - Corredor bélico, geopolítica e logística dos conflitos no Oriente Médio

Em termos regionais, a localização da região que vai do litoral do Mediterrâneo na Síria e do Líbano, até o Iraque e Kuwait, incluindo até as fronteiras com o Irã, incluindo a maior parte da Mesopotâmia, pode ser considerada central para compreender as dinâmicas de segurança e conflito, assim como de fluxos de comércio, bens e serviços, no sentido leste-oeste. Ao mesmo tempo, a Síria está no centro das dinâmicas de segurança e fluxos no sentido norte-sul, entre a região que inclui Israel e as planícies do Egito (ao Sul) e a região do planalto da Anatólia, na Turquia, e o Cáucaso, ao Norte.

Acrescenta-se que, devido às dinâmicas de segurança desenvolvidas no pós Segunda Guerra Mundial, a Síria adquiriu outras funções geopoliticamente estratégicas para o contexto regional. Por sua localização estratégica, entre o Irã e o Líbano, o território sírio acaba exercendo o papel de um corredor logístico ligando artefatos militares persas e o grupo paramilitar libanês, Hezbollah.

Figura 11 - Corredor Bélico Entre Irã E Líbano



Fonte: Elaborado pelo autor

Desde o fim do conflito entre o grupo libanês e Israel em 2006, Teerã, com auxílio de Damasco, construiu um poderoso arsenal composto por milhares de foguetes e mísseis no sul do Líbano. A perda da aliança síria seria um pesadelo para os persas (GOODARZI, 2013, p. 52).

4 - Religião

O fator religioso, que muitas vezes é subestimado por geopolitólogos, revela-se junto aos três fatores anteriores essencial para uma razoável compreensão do conflito. A população síria é majoritariamente muçulmana (87%). O fato a ser destacado é de que 74% dos 87% de muçulmanos, seguem a tradição Sunita do Islamismo, os outros 13% são formados por grupos minoritários seguidores do Ismaelismo, Alauwismo e Xiismo (CIA, 2018).

A alta cúpula do estado Sírio é dominada há muito tempo por membros da seita Alawita, da qual Assad é membro. Este fato desenvolveu um importante mal-estar na região principalmente ante os países de maioria sunita, como Turquia, Qatar e Arábia Saudita, por todo o peso histórico que o território sírio representa para o mundo muçulmano. É inaceitável um líder de uma grande nação sunita flertar religiosamente com o Xiismo. Este dado é um dos pilares que cimentam a aproximação estratégica do governo de Assad com a República Islâmica do Irã. Os persas, como já lembrado, são vistos como os grandes inimigos e adversário dos países da península Arábica no Oriente Médio.

1.4. A GUERRA NA SÍRIA

As variáveis citadas anteriormente, são de grande amparo para sustentar a exposição da conjuntura do conflito sírio. No ano de 2011, despertaram-se movimentos populares, pacíficos ou violentos, por todo o Grande Oriente Médio, desde a Tunísia até o Golfo Árabe. Esta onda de revoltas iniciada ficou conhecida por “Primavera Árabe” e foi responsável por sacudir a região, de um modo geral, questionando a legitimidade de certas oligarquias e até mesmo derrubando algumas delas (VISENTINI, 2012, p. 57-58).

Em território sírio, as maiores cidades do país como Aleppo, Damasco e Idlib registravam atos semelhantes. As manifestações demandavam a queda de Bashar, a legalização dos partidos políticos e o expurgo de oficiais corruptos. Conforme as manifestações foram alastrando-se pelo país, o governo utilizou seu aparato bélico para conte-las. Neste momento, são registrados os primeiros embates bélicos entre o exército sírio e grupos de oposição armados. É dado o início a uma guerra que perdurará a década de 2010-2020 (VISENTINI, 2016, p. 147).

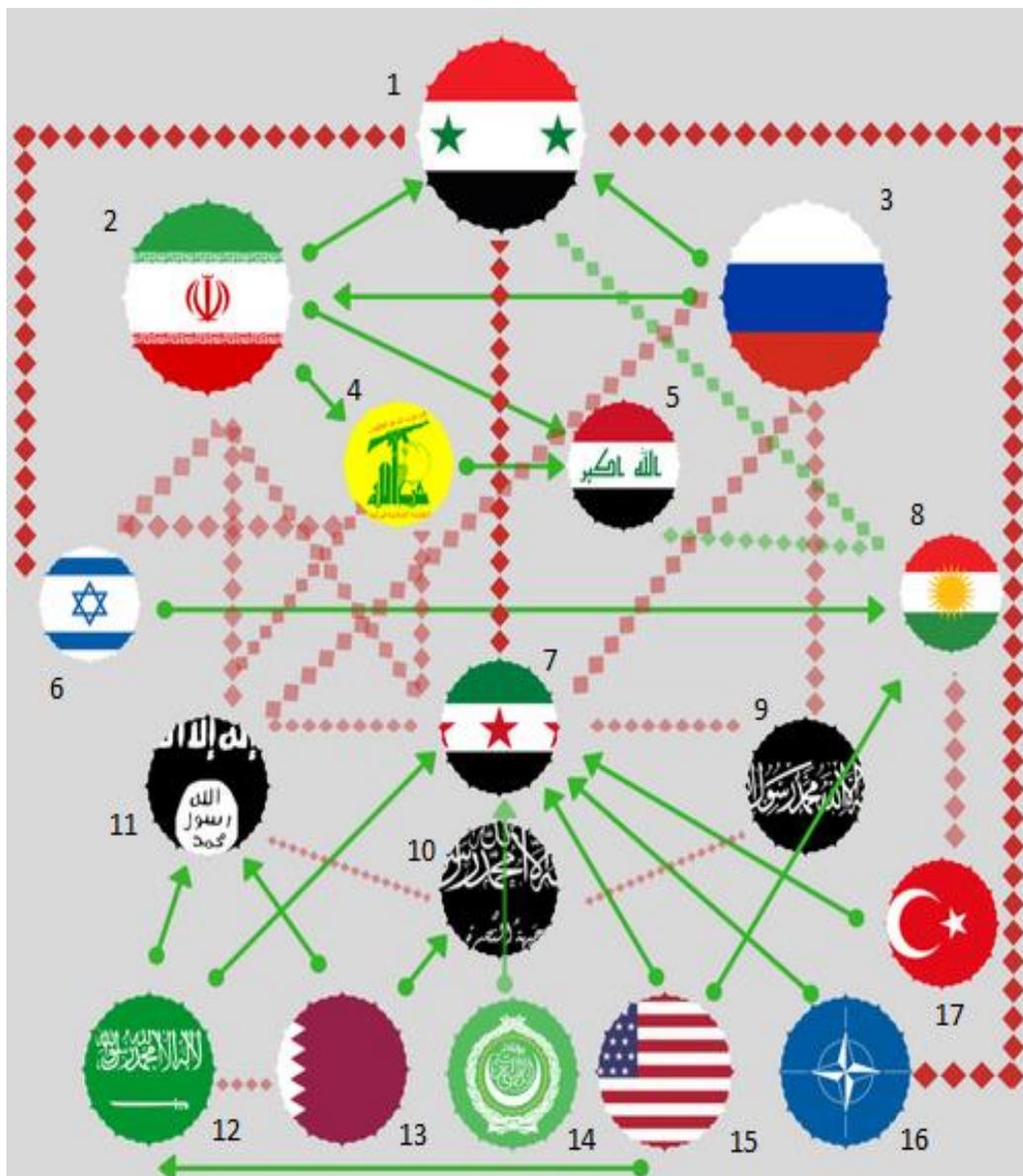
Dentre os maiores interessados pela queda do governo de Assad, destacam-se as monarquias da Península Arábica, países que divergem ideologicamente das alianças promovidas pelo governo sírio. Arábia Saudita e Catar promoveram esforços financeiros, políticos e midiáticos contra o governo de Assad. De acordo com estimativas do Financial Times, as cifras da ajuda do Catar à rebelião síria variam entre US\$ 1 bilhão e US\$ 3 bilhões nos primeiros dois anos (HOKAYEM, 2015, p. 65).

Parte destes recursos eram canalizados para nutrir a estratégia de Revoluções Coloridas. Esta estratégia apresenta-se de maneira muito eficaz, reúne a população em um “enxame” e faz com que eles sobrecarregam as instituições públicas que representam o governo, criando um “caos criativo” a um valor inferior a qualquer investida bélica (AL-BAZ, 2019).

Pode-se afirmar que a “Primavera Árabe” se mostrou um movimento não só fracassado, mas também desastroso para a região, tendo apenas um caso de sucesso (Tunísia), em contrapartida, numerosos conflitos sangrentos que rebocaram a prosperidade de várias nações (Líbia, Egito, Iêmen, Síria e etc.).

Na imagem 12, a seguir, reproduziu-se uma tentativa de leitura do campo de batalha em seu auge, com as respectivas alianças e inimizades:

Figura 12 - Principais Atores Do Conflito Sírio



Fonte: Elaborado pelo autor.

Atores retratados na imagem 12:

1= Governo Sírio (liderado por Bashar Al-Assad)

2= República Islâmica do Irã

3= Federação Russa

4= Hezbollah

5= República do Iraque

6= Estado de Israel

7= Oposição ao governo sírio de

Bashar Al-Assad

8= Governo Regional do

Curdistão

9= Al-Qaeda

10= Al-Nusrah	13= Estado do Catar	16= Organização do Tratado do
11= DESH/ISIS	14= Liga Árabe	Atlântico Norte- OTAN
12= Reino da Arábia Saudita	15= Estados Unidos da América	17= República da Turquia
Setas Verdes= Alinhamento	Linhas Vermelhas= Rivalidade	

Na figura 12, é possível reconhecer mais de quinze atores relevantes, interessados e atuantes no conflito, diretamente ou indiretamente. Estados nacionais; grupos paramilitares; organizações terroristas; organismos supranacionais; partidos políticos; empresas multinacionais; empresários do petróleo e movimentos religiosos projetam seus interesses no território sírio.

Não é obra da aleatoriedade a catástrofe socioeconômica que a Síria vive desde o ano de 2011. Países fronteiriços facilitaram a logística de centenas de milhares de combatentes e terroristas estrangeiros (cerca de 360.000) que tinham como objetivo se incorporarem ao Daesh e outros grupos fundamentalistas/terroristas na Síria e no Iraque. Grupos que promoviam o enfrentamento bélico ao governo de Assad foram gratificados com armas de grosso calibre e comandados por salas de operações invisíveis implantadas em países vizinhos (2018, حديد).

Estes *proxies* foram alimentados periodicamente de grandes quantidades de armas e munições canalizados por um comércio não regulamentado de armas. A triangulação envolvia uma grande potência econômica como os Estados Unidos, traficantes de armas (geralmente armamentos produzidos no leste europeu), e grupos fundamentalistas como o Daesh e Al Nusrah. Abu Al Ezz, comandante de unidade da Al Nusrah, confirmou que recebeu armamento financiado pelos Estados Unidos através de “países terceiros”. Em ocasiões de dificuldade, estes grupos chegavam a receber especialistas de diferentes países para auxiliar no uso de satélites, foguetes e câmeras de reconhecimento e de segurança térmica (CHOSSUDOVSKY, 2016).

Em contrapartida, a Rússia promoveu o uso maciço de mercenários ex-combatentes de suas forças armadas vinculados a organizações paramilitares como o Wagner Group e a "Legião Eslava" da "Turan Group". A utilização de *proxies* se sobressai por diversos motivos, dentre eles:

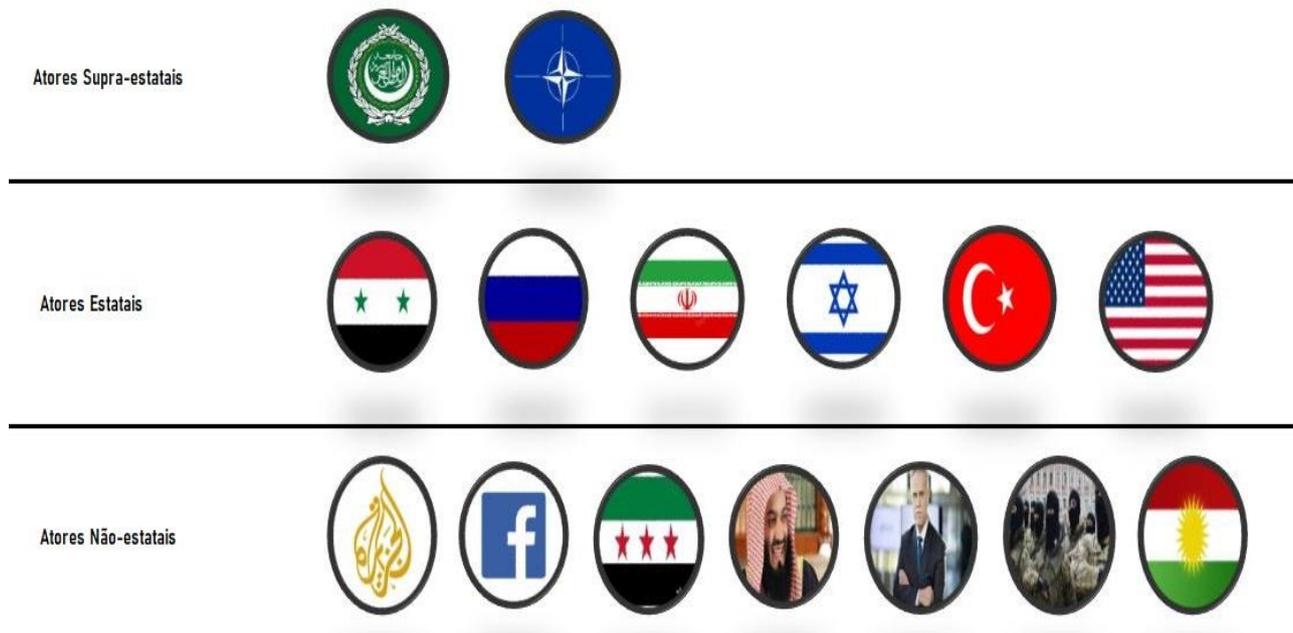
1. Garantir que não haja rejeição interna, considerando que os combatentes não são afiliados com as forças armadas do país.

2. Exportar a ideia de que o exército está se esforçando para evitar conflitos e não recorrer à força militar em todos os momentos.

3. Promoção da propaganda de que o número de mortes de militares é muito baixo, já que as mortes de mercenários não estão incluídas nas listas de forças armadas (AL-BAZ, 2019).

Na figura 13, ilustrou-se de forma clara, os diferentes níveis de **alguns** dos atores envolvidos no conflito sírio:

Figura 13 - Atores De Diferentes Níveis No Conflito Sírios



Fonte: Elaborado pelo autor

Os atores supraestatais representados acima são: Liga dos Estados Árabes e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Como atores estatais, foram retratados o governo sírio, Rússia, Irã, Israel, Turquia e Estados Unidos. No nível mais baixo, o de atores não-estatais foram ilustrados: Al-Jazeera (representando as redes televisivas), *Facebook* (Representando as Redes sociais digitais), Oposição síria (Representando a Coalizão Nacional das Forças Revolucionárias e Oposição Sírias), Clérigos e Sheiks, Empresários, Organizações paramilitares como Grupos terroristas, e finaliza-se a ilustração com o movimento curdo e suas milícias.

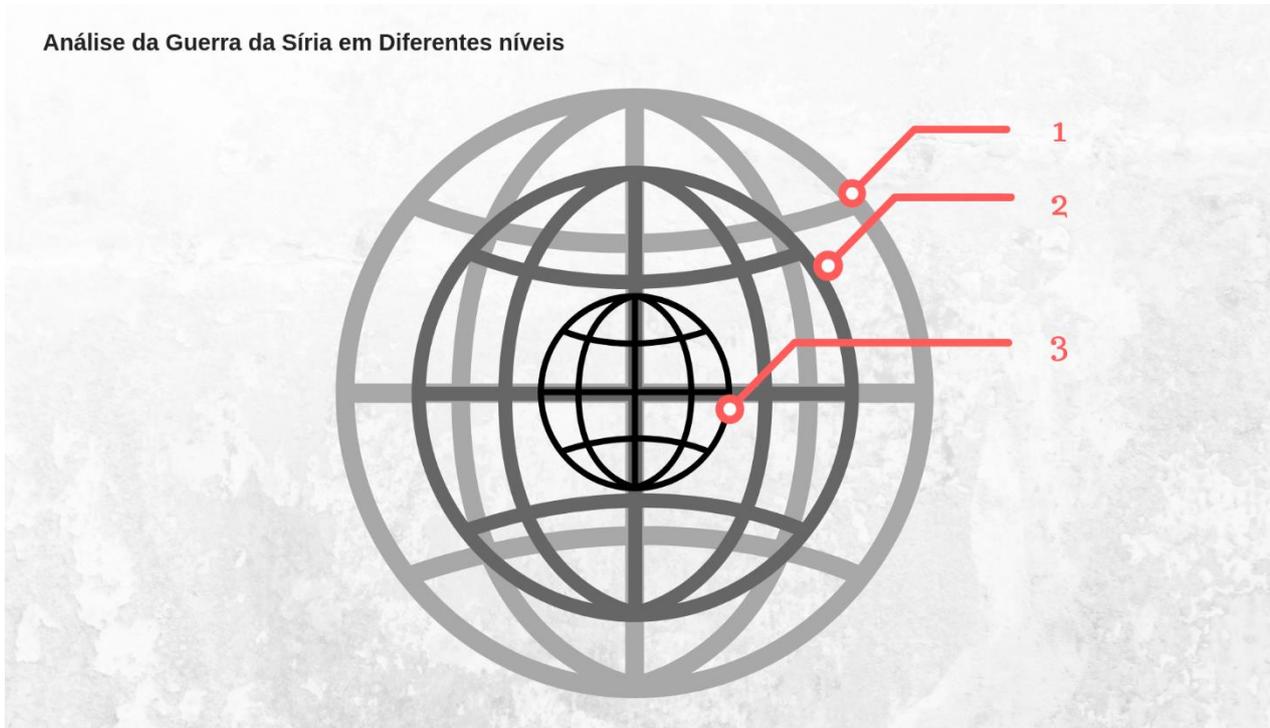
Figura 14 - Interação Dos Conflitos Em Diferentes Camadas



Elabora pelo autor
 Fonte: (MENEM, 2020).

Muito se questiona o caráter do conflito que hoje ocorre na Síria, se por um lado defende-se o conceito de uma guerra civil, por outro lado, analistas e pesquisadores caracterizam o conflito como uma guerra de maiores proporções, pelo grande número de atores internos e principalmente externos atuantes de forma direta ou indireta no país. Para melhor compreensão deste imbróglio, se faz necessária a análise do conflito através de óticas em diferentes escalas/níveis.

Figura 15 - Análise Da Guerra Da Síria Em Diferentes Níveis



Elaborado pelo autor
 Fonte: (MENEM, 2020).

Como observado na figura 15, é preciso entender que o conflito sírio é o resultado de uma interação de três diferentes níveis: global (1), regional (2) e doméstico (3). Qualquer análise que omitir um dos níveis não terá resultados satisfatórios.

Para uma melhor compreensão deste imbróglio e a participação de numerosos atores de diferentes escalas da sociedade, é crucial compreender os novos modelos de guerra, dentre eles: o de Guerra de 4ª geração e o da Guerra Híbrida, modalidades diferentes, mas que compartilham muitas estratégias.

Para William Lind, o Estado divide o protagonismo com atores não estatais nas guerras da quarta geração. Esta geração é marcada pelo retorno a um mundo de essências culturais, não meramente Estados. A descentralização e a iniciativa são as características mais marcantes na transição da terceira para a quarta geração. Em sua essência, reside uma crise de legitimidade do Estado (LIND, 2004, p. 13-14).

Thomas Hammes (2005, p. 190), um dos mais notáveis teóricos que estudam as guerras de

quarta geração, expõem que o objetivo desta nova geração de guerra é de “enviar mensagens para diferentes públicos-alvo” da sociedade do país inimigo. Estas mensagens têm três objetivos: 1) Quebrar gama do inimigo; 2) Manter a vontade de seu próprio povo; 3) Garantir que os neutros continuem neutros ou forneçam apoio à causa. Estas mensagens são enviadas de diferentes formas:

4GW uses all available networks – political, economic, social and military – to convince the enemy’s political decision-makers that their strategic goals are either unachievable or too costly for the perceived benefit. It is rooted in the fundamental precept that superior political will, when properly employed, can defeat greater economic and military power. 4GW does not attempt to win by defeating the enemy’s military forces. Instead, combining guerrilla tactics or civil disobedience with the soft networks of social, cultural and economic ties, disinformation campaigns and innovative political activity, it directly attacks the enemy’s political will (HAMMES, 2005, p. 193).

Quadro 2 - Principais Características Das Quatro Gerações Da Guerra.

Geração da Guerra	Início	Característica Principal	Conflito(s) Emblemático(s)
1ª	1648: Tratado de Vestefália	Exércitos maciços	Guerras Napoleónicas
2ª	1861/1865: Guerra Civil Americana	Poder de fogo maciço	I Grande Guerra
3ª	1939: Blitzkrieg (II Guerra Mundial)	Manobra	II Grande Guerra
4ª	11 de Setembro de 2001: Ataque terrorista aos EUA	Insurreição	Guerra do Afeganistão ou Guerra ao Terror

Fonte: MONTEIRO (2017, p. 7).

Elaborado pelo autor.

Travar uma guerra convencional tradicional contra um inimigo parelho pode gerar constrangimentos políticos e custos físicos e econômicos nada atrativos. Por este motivo, a guerra indireta ganhou um importante valor no planejamento estratégico de diversos países. A guerra como conhecemos (convencional), é marcada por bombardeiros e tanques, em uma guerra indireta, bombardeiros e tanques podem ser alterados por manifestantes e insurgentes, agentes secretos, sabotadores e atores não-estatais que se comportarão como civis.

No início deste ano (2019), Bashar Al-Assad, em seu discurso durante a conferência com líderes dos conselhos provinciais sírios, mostrou ciência de estar enfrentando um novo tipo de guerra:

Estamos diante de uma guerra conhecida como Guerra de Quarta Geração, que promove a guerra cibernética, onde muitas páginas de internet se passam por nacionais para difundir informações falsas, mas na realidade são páginas estrangeiras que tem como intuito transmitir uma perspectiva popular-nacional falsa. Podemos dizer que existem quatro diferentes guerras na síria. A primeira guerra é a militar; a segunda, é a guerra ao cerco econômico; a terceira, é a guerra cibernética “guerra da internet e das redes sociais”; e a quarta, é a guerra interna contra os corruptos (SÍRIA, 2019, 41:10-42:50min).

Neste tipo de guerra, a mídia, pode substituir as munições e mísseis, as salas de bate-papo e páginas do Facebook, serão a sede dos militantes. Guerras indiretas são politicamente menos sensíveis e mais rentáveis (KORYBKO, 2015, p. 9).

Dentro do movimento de oposição à Assad existem dezenas ou até centenas de grupos, desde civis que não simpatizam com o governo de Bashar até grupos terroristas altamente organizados. Durante o conflito, mídias sociais como *Facebook*, o *Twitter* e o *Youtube* eram bombardeados diariamente por *bots* (robôs) com imagens e vídeos horrendos, se não por civis mortos, por execuções e decapitações promovidos pelo Daesh, apoiados por uma produção audiovisual de invejar obras “hollywoodianas” (2018, حديد).

Meios não militares podem ser mais eficientes que o uso das armas. O pensamento militar russo caracterizou episódios de mudança de regime precedentes de protestos em repúblicas da extinta União Soviética de “revoluções coloridas” ou “*New Generation Warfare*”. Recentemente, presenciou-se novamente este modelo de guerra sendo utilizado na Geórgia em 2003, e na Ucrânia em 2004 (LEAL, 2016, p. 11).

Para Korybko, uma guerra não convencional é definida como qualquer tipo de força não convencional envolvida em um conflito assimétrico. A guerra não convencional juntamente com as Revoluções Coloridas representa os dois componentes que formam a teoria da Guerra Híbrida, o novo método de guerra indireta das grandes potências, principalmente pelos Estados Unidos da América (KORYBKO, 2015, p. 10).

Figura 16 - Representação Do Conceito De Guerra Híbrida



Fonte: LEAL (2016).

Este tipo de guerra não-convencional apresenta-se como uma estratégia muito atrativa tanto por questões econômicas quanto por questões relacionadas a ações que infringem tratados internacionais e Direitos Humanos. A estratégia de guerra *Proxy* constitui-se de um relacionamento entre um benfeitor externo (estatal ou não-estatal) e seus *proxies*, que geralmente estão atuando em uma zona conflituosa de interesse. Estes atores *proxies* receberão financiamentos, treinamentos e armamentos, com o objetivo de projetar os interesses do benfeitor no conflito (MUMFORD, 2013, p. 11).

Figura 17- Métodos Convencionais e Não-Convencionais Utilizados contra o Governo de Bashar Al Assad

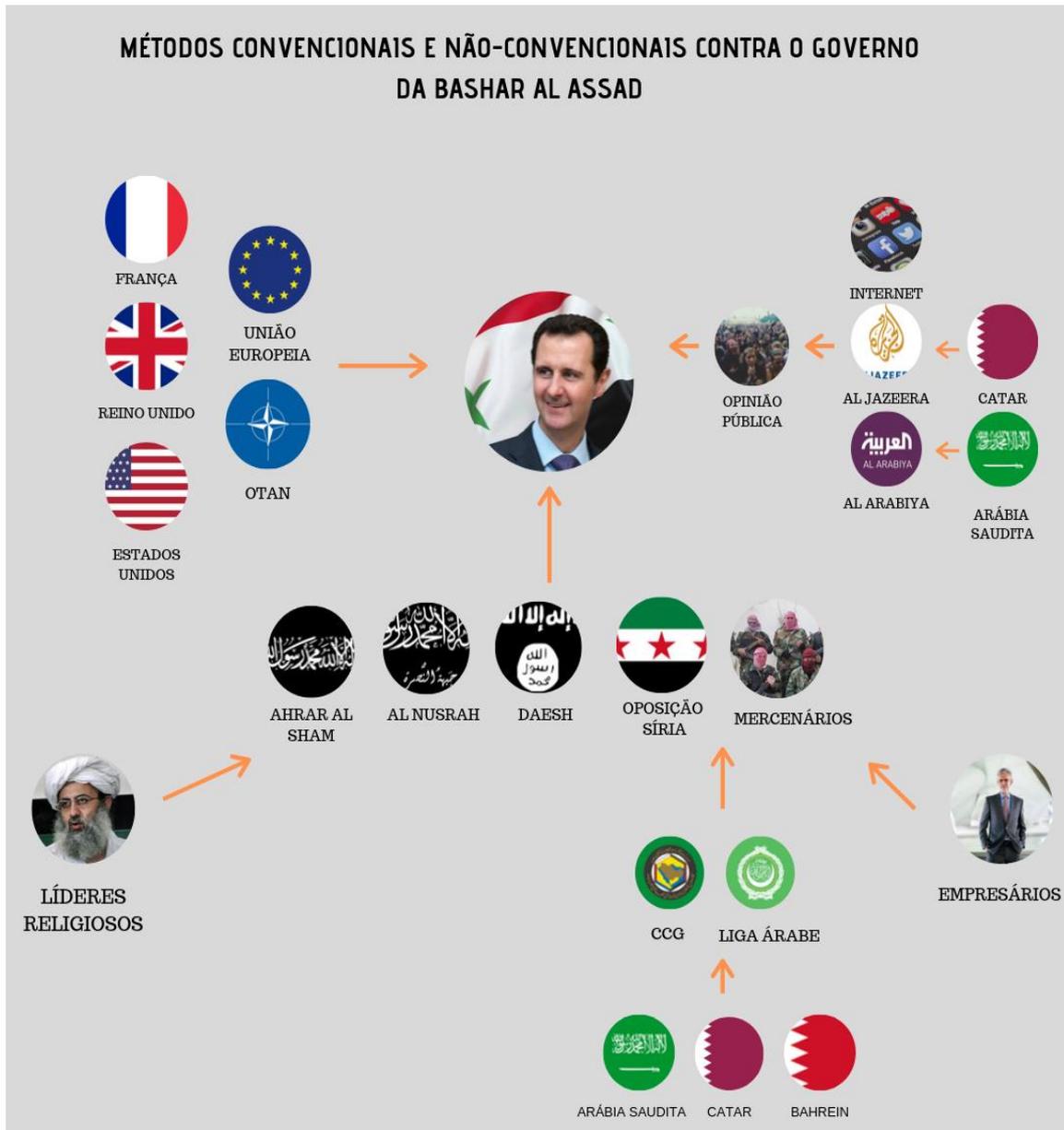


Imagem elaborada pelo autor

Fonte: (MENEM, 2020)

Como verificado anteriormente, constata-se que a estratégia *proxy* foi amplamente utilizada

no conflito sírio pelo abundante número de grupos armados suportados por atores externos. Países da Península Arábica, como o Catar e Arábia Saudita apoiaram a atuação de grupos radicais na Síria como a Al-Nusrah e a Al-Qaeda, além da contratação de mercenários líbios, tunisianos e chechenos. Países de fora da região, principalmente membros da OTAN, liderados pelos Estados Unidos, apoiaram formalmente, economicamente e belicamente os rebeldes sírios (KERR-OLIVEIRA, BRITES & REIS, 2013). Do outro lado, destaca-se o papel iraniano e russo apoiando grupos a favor do governo de Assad. Pepe Escobar afirma que os Estados Unidos tentaram injetar a lógica do “Império do Caos” na Síria: “alimentando as chamas do caos interno com uma operação pré-planejada pela CIA, Arábia Saudita e Qatar, com o fim do jogo sendo uma mudança de regime em Damasco” (ESCOBAR, 2015).

1.5. A EVOLUÇÃO RECENTE DO CONFLITO: UMA ANÁLISE DE CONJUNTURA

O conflito mais famoso no território daquele país, entre o governo, grupos armados da oposição e o Daesh (ISIS) está desgastado e respirando por aparelhos, o êxito de Bashar é explícito. Indícios assinalam que o Sistema Internacional e principalmente a Península Arábica reconheceram a vitória do presidente Bashar Al-Assad.

Em entrevista para a rede libanesa Al Mayadeen, o embaixador britânico para a Síria e o Bahrein, Peter Ford, declarou que: “É hora de reestabelecer as relações com a Síria”, e continuou, “O Catar também mudará sua posição sobre a Síria em um futuro próximo”, e finalizou “O Catar não conseguiu remover o governo sírio financiando grupos armados e mobilizando mídia e propaganda. Quanto à Arábia Saudita, tomou recentemente a decisão de normalizar as relações com a Síria gradualmente”. Ford vê o retorno das relações europeias com a Síria como uma questão de tempo. “Veremos o retorno dos embaixadores britânico e francês para Damasco no próximo ano (2019), o retorno europeu à Síria será realizado incondicionalmente” (AL-MAYADEEN, 2018).

Depois de sete anos, os Emirados Árabes Unidos reataram oficialmente as relações diplomáticas e comerciais com o governo sírio com a reabertura da embaixada do país do golfo em Damasco. Seguidamente, o Ministério das Relações Exteriores do Bahrein anunciou a intenção de reabrir sua embaixada na capital síria. Este movimento dos países do Golfo Pérsico faz parte de uma

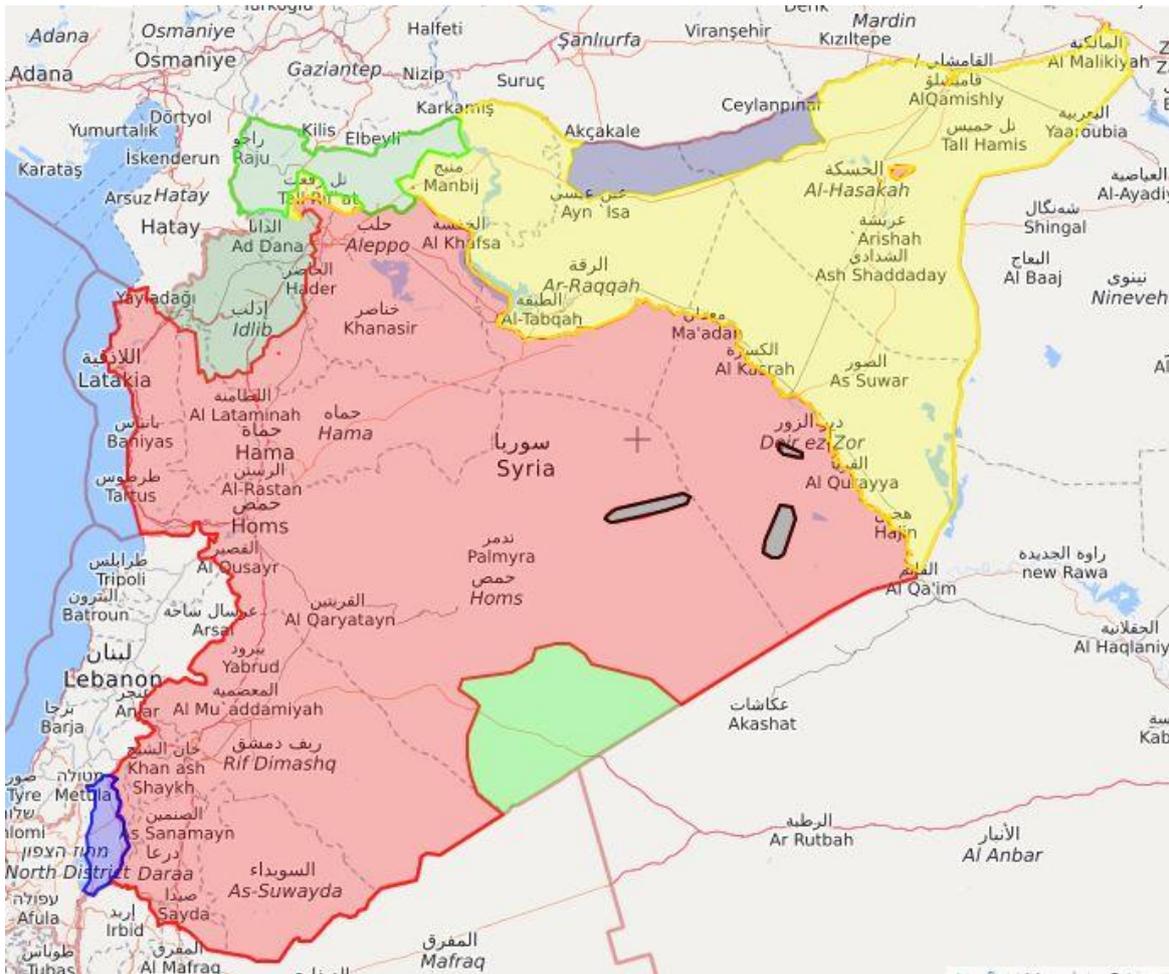
política que busca compensar a crescente influência iraniana e turca na Síria (THE NATIONAL, 2018).

Para o general Dominique Trinquand: "Essa mudança marca o início do pós-crise na Síria, significando que os países sunitas, como Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita, perceberam que haviam perdido o jogo e que tinham interesse em ter uma Síria estável" (FRANCE24, 2019). Do outro lado do globo, o comunicado de Trump de retirada das tropas estadunidenses da Síria é outro episódio importante deste final de seriado, mesmo com todo o constrangimento interno que a declaração causou, o presidente deve seguir sua determinação mesmo que vagarosamente.

Para finalizar, o jornal egípcio, Al-Ahram, revelou o plano de diversos países árabes, incluindo países do Golfo, de abrir as portas da Liga Árabe para Damasco, como já declarado publicamente pelo ex-presidente sudanês, Omar Al Bashir (antes de ser deposto), em visita à Síria. Segundo a Jornalista Maryam Othman, esta pauta será apresentada ao Conselho de Delegados da Liga Árabe (AL-AHRAM, 2019).

O mapa a seguir, representa como está atualmente, a divisão e ocupação do território sírio entre diferentes atores, dentre eles, o governo de Bashar Al-Assad, milícias Curdas, Grupos armados da oposição ao governo de Assad e o ISIS/DAESH:

Figura 18 - Situação do Território Sírio atualmente



Fonte: Live Universal Awareness Map (2020)

Figura 19 - Legenda da Figura 17



Fonte: Live Universal Awareness Map (2020)

Como pode-se observar no mapa da figura 17, o Governo liderado por Bashar domina os centros econômicos e urbanos mais importantes do país como a capital Damasco e a cidade de Aleppo. Em seguida, destacam-se os Curdos e suas milícias, que aproveitando o enfraquecimento do ISIS, conquistaram quase todo o território que era dominado pelo grupo terrorista (ISIS). Grande parte do território, que um dia foi dominado e ocupado pelo ISIS, são regiões interioranas e desérticas, salvo alguns casos. Com a derrota e o enfraquecimento do grupo, criou-se um grande vácuo de poder nestas regiões, principalmente a região nordeste do país, que fora ocupado pelos Curdos.

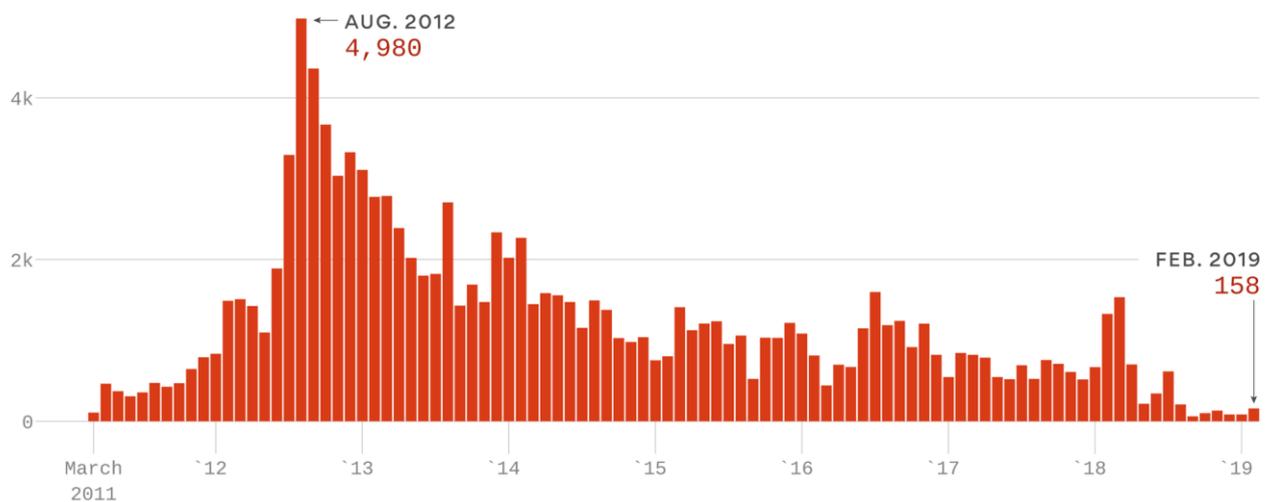
Os grupos armados que representam a oposição ao governo de Assad, que um dia tiveram certo apoio popular internamente e apoio militar e econômico externamente, parecem estar nas cordas. Atualmente, estes grupos dominam a província de Idlib, na região no norte do país e uma pequena parte da província de Aleppo, na fronteira com a Turquia. O apoio militar e financeiro turco explica a resistência destes grupos.

Por fim, o ISIS, perdeu quase que totalmente seu território, sobrevive ainda em alguns vilarejos em meio ao deserto e tem algumas células que vez ou outra realizam algum ataque ou atentado em grandes centros ou bases militares.

Figura 20 - Número de Mortes por ano na Síria

Civilian deaths in the Syrian Civil War

Monthly, March 2011 to Feb. 2019



Fonte: COUNTABLE US, 2019.

No segundo semestre de 2019, o governo sírio revelou ter reabilitado o funcionamento de sete mil escolas que acolhem cerca de quatro milhões de estudantes. Em novembro do mesmo ano, publicou-se que 4,5 milhões de sírios deslocados internamente retornaram à suas cidades de origem e 300 mil refugiados foram repatriados (SANA, 2019).

1.6. RECONSTRUÇÃO DA SÍRIA

Antes mesmo do conflito armado findar, a pauta de reconstrução da Síria já era discutida e acompanhada de perto por diferentes governos e empresários. Assim, o governo sírio e seus parceiros internacionais promovem iniciativas e eventos regionais e internacionais para os interessados, há pelos menos três anos. Estes eventos, como a Feira internacional de Damasco (Expo-Damasco), que neste ano (2019) reuniu cerca de 1.500 empresas e 40 países, incluindo o Brasil, com o objetivo de difundir as oportunidades no país além de oferecer importantes plataformas econômicas para fortalecer e agilizar as atividades de reconstrução como apresentar novas tecnologias para respectivos setores. A Expo-Damasco é organizada em três pequenas feiras especializadas em diferentes campos voltados à reconstrução: a Feira de Tecnologias de Informação e Comunicação; a Feira de Aquecimento, Atmosfera, Água e Energias Renováveis e, finalmente, a Feira de Construção de Infraestrutura e revestimento (AMMAR & MAROUF, 2019).

Diferentes países já expressaram publicamente a vontade de participar do projeto de reconstrução do país árabe, dentre estes países, destaca-se os três grandes parceiros estratégicos que já atuam no projeto há alguns anos, Rússia, China e Irã, e países que não participaram no conflito como a Índia, a República Tcheca e a Jordânia.

Fora os três grandes aliados, a Índia é o país que vem se apresentando mais ativo neste projeto. O Ministério das Relações Exteriores indiano afirmou que o país já assumiu a construção da Usina Termelétrica de Tishreen, a modernização do Centro Sírio-Indiano de Tecnologia da Informação e a instalação de um campo protético para apoiar feridos e mutilados, sob uma linha de crédito indiana. Nessa aproximação com a Síria, a Índia enfatizou que seu país espera cooperar com a Síria e prestar assistência total no processo de reconstrução de: infraestrutura; energia; cidades inteligentes; saneamento e outros (SANA, 2019).

E O BRASIL?

Em entrevista com o Embaixador sírio para o Brasil, Mohamad Khafif, o excelentíssimo destacou a não interferência brasileira no conflito sírio e abriu as portas para o Brasil e sua sociedade participarem do projeto de reconstrução de seu país:

A Síria avalia uma possível ajuda brasileira como “Bem-vinda”, em todas as áreas, principalmente na reconstrução do país. Nós, da Síria, pedimos ajuda dos países parceiros e amigos, como o Brasil, tanto no âmbito governamental como no âmbito privado. Países amigos, como o Brasil, não interferiram em nossos assuntos internos, por outro lado, dos inimigos, países que patrocinaram grupos terroristas em nossos países, jamais aceitaremos qualquer tipo de ajuda. Com certeza aceitaremos qualquer tipo de contribuição brasileira desde que seja proveitosa para ambos (KHAFIF, 2019).

Quando questionado sobre as áreas de maior carência, o embaixador enfatizou as áreas consideradas estratégicas para o governo: “necessitamos a reconstrução de quase tudo, principalmente em áreas estratégicas como a de: terminais energéticos; exploração de gás e petróleo; ferrovias; rodovias e aeroportos; hospitais e indústria farmacêutica e no incentivo ao turismo” (KHAFIF, 2019).

Neste sentido, destaco a resposta do excelentíssimo Embaixador da Liga dos Estados Árabes para o Brasil, Qais Shqair, quando fora convidado a refletir sobre uma possível contribuição brasileira para o projeto de reconstrução sírio:

É importante que a Síria volte a recuperar suas políticas e iniciar o grande projeto de reconstrução, todos estamos preocupados com a questão da reconstrução, os países da região acreditam ter prioridade neste processo, porém o que países como a Jordânia e o Líbano podem contribuir, provavelmente seja diferente com o que o Brasil tenha a sua disposição para contribuir. O Brasil, com suas instituições consolidadas e empresas multinacionais tem um grande poder de investimento, e em relação à Síria, é um assunto que envolve centenas de bilhões de dólares. Existem muitas oportunidades para o Brasil no Mundo árabe (SHQAIR, 2019).

As oportunidades na Síria são diversas, no setor agrícola, o país importa inúmeras máquinas agrícolas (tratores, caminhões basculantes, caminhões tanque, carregadeiras de rodas e caminhões compressores de lixo) para retomar o cultivo nos campos.

No setor de habitação e infraestrutura, existem muitas oportunidades para empresas brasileiras na construção de estradas, reabilitação e pavimentação, reparo da infraestrutura de pontes e tubulações de drenagem, reabilitação de calçadas e redes elétricas. Recentemente, o governo sírio importou uma grande quantidade de veículos de transporte urbano (ônibus) chineses, setor que a indústria brasileira pode explorar de forma competitiva.

O setor de energia elétrica é outro que apresenta muitas oportunidades, redes elétricas e usinas foram alvos de grupos terroristas, a maior parte das linhas de transmissão elétrica ficaram fora de

operação por alguns anos e parte desta estrutura está sendo recuperada em cooperação com alguns países (SANA, 2018).

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A Guerra na Síria, que se estende desde o ano de 2011, pode ser considerada central para compreender a dinâmica de guerras não-convencionais, visto que envolve grande quantidade de atores internos e, principalmente, grupos que atuam como procuradores das grandes potências e/ou de potências regionais, influenciando e até criando novos conflitos de forma direta ou indireta no país.

Neste contexto, a análise do confronto armado sírio envolveu identificar os diferentes grupos de Estados nacionais envolvidos (grandes potências, potências regionais e outros); a atuação de grupos *proxies* paramilitares e organizações terroristas apoiados por esses Estados; os organismos e organizações internacionais; corporações multinacionais, especialmente do setor petrolífero, bélico e midiático; e uma grande variedade de grupos locais como, partidos, grupos e facções políticas e religiosas que projetam seus interesses na disputa ainda em andamento no território sírio.

Deste modo, verificou-se que diferentes métodos não-convencionais têm sido empregados e fomentados em conjunto desde o início do conflito sírio, obrigando o governo de Bashar Al Assad a responder diferentes frentes de ataque.

Neste primeiro capítulo se explorou conceitos, modelos explicativos e teorias geopolíticas que contribuem para explicar as causas, os processos e as consequências da guerra na Síria. Em seguida, se ostentou as perspectivas e limitadores que condicionam ou abrem novas possibilidades para a continuidade ou a resolução para o conflito na Síria.

2 GEOPOLÍTICA DAS RELAÇÕES BRASIL-ORIENTE MÉDIO NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES SUL-SUL

Este capítulo tem como objetivos: ligar historicamente o Brasil com o Oriente Médio em diferentes âmbitos: politicamente e culturalmente; em seguida, se abordará o movimento político de países do Terceiro Mundo denominados de países não-alinhados, que incentivava, entre outras coisas, a cooperação horizontal entre as nações do sul global. Posteriormente, se demonstrará uma experiência importante de cooperação técnica e econômica entre o Brasil e o Iraque na década de 1970 e 1980. Para concluir o capítulo, se analisará a aproximação que o Brasil teve com a região a partir dos anos 2000 até 2010 com ênfase na Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA).

2.1 HISTÓRICO BRASIL - ORIENTE MÉDIO

O primeiro contato entre sul-americanos e árabes, antecedeu o importante processo migratório dos árabes à região no final do século XIX. A colonização, principalmente a portuguesa, foi responsável pelo primeiro elo entre árabes e América do Sul. Este contato ocorreu indiretamente de diversas formas: pela língua, arquitetura, culinária, técnicas de agricultura como na medicina.

A grave crise socioeconômica resultante da decadência do Império Otomano no início dos anos de 1900, foi a principal variável que acarretou uma grande migração da região do Oriente Médio, principalmente de libaneses, sírios e palestinos para a América do Sul. As visitas de Dom Pedro II à Palestina, Líbano, Síria e Egito nos anos de 1871 e 1877, foi outro elemento importante que influenciou a escolha do destino da migração dos árabes. A viagem do imperador foi estratégica com o objetivo de incentivar a ocupação e a povoação do território brasileiro mostrando as vantagens e oportunidades que sua terra oferecia. A partir dos anos de 1900, de forma progressiva, os árabes se juntaram ao conglomerado de imigrantes italianos, alemães, japoneses, espanhóis, entre outros, em território tupiniquim (ICARABE, 2017).

O perfil liberal destes imigrantes e uma impressionante capacidade de adaptação, favoreceram uma inserção bem-sucedida deste povo nas respectivas sociedades, em diferentes camadas sociais, seja nos grandes centros ou nas regiões interioranas. Os árabes prosperaram não só no comércio, mas também na vida política de suas comunidades, os exemplos são muitos, desde lideranças comunitárias até presidências de governos, como Carlos Menem na Argentina, Julio Turbay na Colômbia, Bucaran no Equador e Michel Temer no Brasil (TRUZZI, 2007, p. 360-364).

Em entrevista realizada durante a pesquisa de campo, o embaixador da Liga dos Estados Árabes, Qais Marouf Kheiro Shqair, destaca o histórico de bom relacionamento entre o mundo árabe e o Brasil:

O Brasil é um país muito querido para nós do mundo árabe e islâmico. Historicamente, o posicionamento de sua Política Externa sempre foi cordial ao mundo árabe e principalmente em relação ao conflito Palestino, inclusive reconhecendo o Estado da Palestina no ano de 2010. Nosso relacionamento com o Brasil é um relacionamento com um país amigo (SHQAIR, 2019).

Apesar da relação histórica e cultural dos imigrantes árabes, até os anos de 1970, o Brasil pouco se manifestava ou empenhava-se de modo apropriado sobre temas relacionados ao Oriente Médio (salvo a participação do brasileiro Osvaldo Aranha presidindo a assembleia geral da ONU no episódio da criação do Estado de Israel), ou temas que transcendiam a América Latina. Este cenário se modifica com o importante episódio da Crise do Petróleo de 1973, quando, estrategicamente, o Brasil amplia suas relações diplomáticas e comerciais com o mundo árabe estimulado pela grande dependência do país em relação ao petróleo árabe, uma solução imediata para a demanda energética brasileira (AMORIM, 2015, p. 106-107).

Entretanto, é nítida a falta de uma grande estratégia brasileira para o Oriente Médio. Ao longo dos últimos anos, o Brasil mostrou um padrão muitas vezes dúbio, contraditório, e incoerente dos seus princípios lógicos frente aos numerosos conflitos e litígios no mundo árabe. A ausência de uma grande estratégia condena Estados a desenvolverem políticas ineficientes e contraditórias diante dos desafios internacionais (KALOUT & DEGAUT, 2017, p. 18).

No âmbito econômico, a relação comercial de Brasil e Síria não empolga. Diferentemente de outros mercados árabes e islâmicos, a Síria apresenta-se como um mercado quase que insignificante para a indústria brasileira. Como pode-se observar na Tabela 1, os valores referentes a transações comerciais que já eram baixos, reduziram-se pela metade nos últimos cinco anos.

Tabela 1- Principais Exportações do Brasil para a República Árabe da Síria

Product label	Brazil's exports to Syrian Arab Republic				
	Value in 2014	Value in 2015	Value in 2016	Value in 2017	Value in 2018
All products	112392	69665	105826	74565	59570
Coffee, tea, maté and spices	44212	41688	33355	39760	34271
Sugars and sugar confectionery	66376	26339	70404	31371	23185
Meat and edible meat offal	181	232	0	493	534
Footwear, gaiters and the like; parts of such articles	114	30	20	407	293
Salt; sulphur; earths and stone; plastering materials, lime and cement	249	163	179	366	225
Miscellaneous chemical products	0	0	46	109	147
Rubber and articles thereof	4	12	140	40	145
Paper and paperboard; articles of paper pulp, of paper or of paperboard	478	0	0	79	122
Optical, photographic, cinematographic, measuring, checking, precision, medical or surgical ...	59	74	86	82	100
Miscellaneous edible preparations	190	412	317	26	91
Unit : US Dollar thousand					

Fonte: International Trade Centre (2019)
Tabela elaborada pelo autor

Dentre as exportações brasileiras para o país árabe, cabe destacar alguns produtos que representam mais de 95% das exportações, dentre eles: café, chá e açúcar. Pelo lado Sírio, os números conseguem ser mais insignificantes ainda, o total de exportação daquele país para o Brasil equivaleu no último ano (2018) a míseros US\$1,796 (INTERNATIONAL TRADE CENTRE, 2019). Se por um lado as cifras não empolgam, por outro, a reconstrução da Síria poderá favorecer o surgimento de um novo e próspero mercado para produtos brasileiros, principalmente para a indústria agropecuária que ostenta importantes clientes árabes e islâmicos.

2.2 O ESPÍRITO DE BANDUNG: COOPERAÇÃO SUL-SUL ENTRE OS PAÍSES NÃO-ALINHADOS, TERCEIRO-MUNDISMO, NACIONALISMO DO TERCEIRO MUNDO E SOLIDARIEDADE SUL-SUL

O termo “terceiro mundo” surge por volta de 1950 e logo se populariza tornando-se sinônimo de um grupo de países “subdesenvolvidos”, este grupo, em grande parte compartilha alguns traços como: pobreza; subdesenvolvimento; ex-colônias; população não-branca; economia desarticulada; fraco capital produtivo; predomínio da agricultura; instrução de nível deficiente e etc. (WOLKMER, 1994, p. 12).

As economias deste grupo de países são economias de dependência pois são reguladas e controladas pelo interesse do capital central dominante. De modo geral, os países terceiro-mundistas atuam no mercado internacional como meros exportadores de matéria prima e importadores de tecnologia e capital. Assim, os países “desenvolvidos” praticam uma dominância econômica que aparece sob forma de uma moeda-padrão rodeada de organizações financeiras como, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (WOLKMER, 1994, p. 20).

Dado este cenário, pós-Segunda Guerra Mundial, surge o Movimento dos Não-alinhados. Países periféricos do sistema, agora, conhecidos como terceiro-mundistas, reuniram-se na cidade de Bandung na Indonésia no ano de 1955 para criar uma “terceira posição” em relação a posição estadunidense e a posição soviética (BRENER, 1987, p. 79).

Em um mundo bipolar, o sistema internacional é determinado pela qualidade da relação entre as duas grandes potências. Neste cenário, as potências médias e países “subdesenvolvidos” tem à sua frente duas opções, alinhar-se a uma das duas potências ou optar por manter-se neutro e distante do conflito. O grupo que opta por não se alinhar tem a perspectiva de exercer um papel mais ativo na pauta internacional e na mediação em situação de hostilidade (LEITE, 2011, p. 43).

A Conferência de Bandung caracterizou-se como um marco histórico para as Relações Sul-Sul; combate a dominação colonial e aos laços de dependência. O maior fruto da conferência foi uma declaração de dez pontos, são eles:

1. Respeito aos direitos fundamentais;
2. Respeito à soberania e integridade territorial de todas as nações;
3. Reconhecimento da igualdade de todas as raças e nações, grandes e pequenas;
4. Não-intervenção e não-ingerência nos assuntos internos de outro país - (Autodeterminação dos povos);

5. Respeito pelo direito de cada nação defender-se, individual e coletivamente;
6. Recusa na participação dos preparativos da defesa coletiva destinada para servir aos interesses particulares das superpotências;
7. Abstenção de todo ato ou ameaça de agressão, ou do emprego da força, contra a integridade territorial ou a independência política de outro país;
8. Solução de todos os conflitos internacionais por meios pacíficos (negociações e conciliações, arbitradas por tribunais internacionais);
9. Estímulo aos interesses mútuos de cooperação;
10. Respeito pela justiça e obrigações internacionais (ÍNDIA, 2012).

Na segunda conferência, no ano de 1964, no Cairo, o número de participantes duplica. Neste momento, pode-se destacar três grandes líderes a frente do movimento, Nasser, Tito e Nehru (BRENER, 1987, p. 79). Jovens países africanos e asiáticos passavam por um momento de formação de identidade nacional e da manutenção de suas soberanias em meio à guerra fria. A partir da criação deste novo “fórum de discussão”, estes novos atores trataram entre si de problemas que lhe diziam respeito no sistema internacional (KOCHER, 2004, p. 2). Sobre o resultado do movimento, Brener destaca: “Embora a importância do seu simbolismo no campo diplomático, o movimento não conseguiu articular medidas concretas e efetivas. A heterogeneidade política do grupo mostrou ser uma barreira importante para o progresso do movimento” (1987, p. 80).

Este período é marcado pelo início da instrumentalização das relações sul-sul e a de cooperação técnica no âmbito das Nações Unidas (PEREIRA & MEDEIROS, 2015, p. 130). Provido da resolução 58/220, o comitê de Cooperação Sul-Sul solicita a intensificação da cooperação entre os países em desenvolvimento com o objetivo de fortalecer as diferentes formas de cooperação internacional para o desenvolvimento, sendo elas Sul-Sul, Norte-Sul, multilateral e triangular (CEPAL, 2020).

2.3 A COOPERAÇÃO AMÉRICA DO SUL-ORIENTE MÉDIO: O CASO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL ENTRE BRASIL E IRAQUE NOS ANOS 1980

Brasil e Iraque já foram muito mais próximos, economicamente e politicamente. O Iraque se caracteriza por ser um dos mais importantes parceiros internacionais que o Brasil já teve em sua

história. A experiência com o país árabe nas décadas de 1970 e 1980 destacou-se por diversos fatores, mas principalmente por ostentar a importante capacidade e diversidade da indústria brasileira. Nesta relação, ocorreram diversos tipos intercâmbios, desde: *know-how* técnico; venda de produtos industrializados como carros, armas e blindados; exploração de petróleo, até parcerias em áreas polêmicas como na de cooperação nuclear (ROCHA, 2006, p. 64).

Passada a Guerra de Yom Kippur (1973) e o primeiro choque do petróleo (1973), os grandes produtores de petróleo, como o Iraque, passaram a faturar mais que o habitual. Saddam Hussein voltou este capital para a modernização da infraestrutura do país e o fortalecimento do exército nacional. Entre os projetos de infraestrutura, destacaram-se a construção de estradas, ferrovias, projetos de irrigação, eletrificação e implantação de fábricas. É neste momento que surgem sedutoras oportunidades tanto para o governo brasileiro que visava solucionar sua crise energética e ao mesmo tempo elevar o status do Brasil no sistema internacional, como para as empresas brasileiras (MENEM, 2016, p. 26).

Entre as empresas brasileiras que atuaram no Iraque, destaca-se a empreiteira Mendes Junior, que naquele momento, era uma extensão da Política Externa brasileira no mundo. Os projetos desenvolvidos em território iraquiano fizeram com que a Mendes Junior se apresentasse como uma das “15 maiores multinacionais de engenharia do globo entre 1979 e 1982, chegando à 13ª posição em 1980, tendo 50% de seu faturamento oriundo de obras realizadas fora do país” (CAMPOS, 2017, p. 9). Infelizmente nem todos os projetos puderam ser concluídos em decorrência de embargos econômicos ao Iraque, mas principalmente pela invasão do Kuwait (CAMPOS, 2017, p. 9). Dentre os projetos de maior expressão estão:

- Ferrovia Bagdá- Al Qaim - Akshat,
- Rodovia Expressway,
- Ferrovia De Heet
- Projeto Sifão (estação de bombeamento de água do rio Eufrates)

A atuação brasileira no Iraque nas décadas de 1970 e 1980 não fora esquecida tão cedo. No ano de 2018, na Conferência Internacional do Kuwait Para a Reconstrução do Iraque, determinou-se que o Iraque deverá receber cerca de US\$ 30 bilhões para seu programa de reconstrução. Jalal Chaya, vice-presidente da Câmara Brasil-Iraque destaca a credibilidade que o Brasil ainda goza com os árabes: “O Brasil tem a vantagem de ser um parceiro de confiança do Iraque e ter em sua pauta de exportação diversos itens ligados à reconstrução e empresas com larga experiência em realizar obras em território iraquiano” (CCIBI, 2018).

2.4A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA O ORIENTE MÉDIO

Guiado pela intitulada “Política Externa Independente” (1961-1964), o governo brasileiro promoveu de forma inédita relações com países denominados do “Terceiro Mundo”, especialmente com países do continente africano. Porém, foi no início dos anos de 1970 que as relações com os países árabes se fortaleceram, principalmente por questões energéticas. O país sul-americano vivia um momento sem igual de sua economia conhecido por “Milagre Econômico”, o Produto Interno Bruto brasileiro crescia por volta de 10% entre 1968 e 1974. Entretanto, cerca de 80% do petróleo que subsidiava a indústria brasileira era importado, principalmente do Oriente Médio.

A aproximação com os árabes era crucial para proteger a vulnerabilidade e a sensibilidade da economia brasileira. Foi na primeira grande crise do petróleo (1973) que os governantes brasileiros deram atenção especial para a região. Posteriormente, os países árabes deixam de ser apenas vendedores de petróleo e passam a ser os grandes clientes da indústria brasileira como forma de pagamento do óleo árabe. Arábia Saudita e Iraque por exemplo, representaram entre 1976 e 1984 dois dos três maiores importadores de produtos brasileiros (BRUN, 2012, p. 73-74).

O relacionamento do Brasil com os árabes se deteriora na década de 1980 quando a economia brasileira encarou uma grave crise de dívidas que alcançou cerca de 40% de seu PIB provocando uma suspensão dos pagamentos de contratos internacionais. Este episódio refletiu negativamente nos laços internacionais que o país vinha construindo nas últimas décadas, e junto a outros fatores políticos, o Brasil perdeu o *status* que tinha junto aos árabes tanto como parceiro econômico quanto político (BRUN, 2012, p. 77).

2.5 RELAÇÕES AMÉRICA DO SUL – ORIENTE MÉDIO NOS ANOS 2000-2010: ASPA

América do Sul e Oriente médio sempre foram regiões muito distantes, geograficamente e politicamente. O Brasil foi o país que assumiu a frente latino-americana a procurar e fomentar um diálogo com os árabes. O grande protagonista da inserção do Oriente Médio na agenda da Política Externa contemporânea, não só do Brasil, mas de outros países sul-americanos, foi a figura do ex-presidente Lula da Silva ao realizar uma estratégica turnê por cinco países da região, sendo eles: Síria, Líbano, Emirados Árabes Unidos, Líbia e Egito. O objetivo da turnê era claro: elevar o nível de relacionamento econômico, político e comercial com o mundo árabe. Para isso, o presidente foi

acompanhado de uma centena de empresários de diferentes ramos (VAGNI, 2009, p. 3). Foi nesta viagem, que a Cúpula América do Sul - Países Árabes (ASPA) começou a tomar forma.

Proposta em 2003 e realizada pela primeira vez em 2005, a Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA) é considerado um mecanismo de cooperação Sul-Sul e de coordenação política multilaterais. Realizada em Brasília, a primeira edição da cúpula destacou-se na mídia internacional como um potencial novo “eixo Sul-Sul”. Jornais como *El País* e *Le Monde* utilizaram termos como “histórico” e “inédito” para o encontro. Além de ter sido a primeira viagem oficial de diferentes líderes árabes ao Brasil, foi um dos raros momentos em que se reuniram tantos líderes árabes em um mesmo ambiente. O ex-ministro de Relações Exteriores afirma que a cúpula ASPA representou um grande triunfo da política externa “ativa e altiva” brasileira (AMORIM, 2015, p. 173-174). Integram a cúpula 34 países entre sul-americanos e árabes, São eles:

Sul-Americanos: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Árabes: Arábia Saudita, Argélia, Bahrein, Catar, Comores, Djibouti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Jordânia, Kuaite, Líbano, Líbia, Marrocos, Mauritânia, Omã, Palestina, Síria, Somália, Sudão e Tunísia.

Foram estabelecidos cinco comitês principais para implementar ações de cooperação Sul-Sul, são eles:

- Ciência e Tecnologia (com dois Subcomitês, a saber: Cooperação Agrícola Energia);
- Assuntos Ambientais (com um Subcomitê de Combate à Desertificação);
- Cultura e Educação;
- Economia; e
- Assuntos Sociais.

Temas muito relevantes foram discutidos na quarta edição da cúpula, que foi realizada em Riade, capital da Arábia Saudita. Dentre estes temas, se destacaram o incremento das possibilidades de cooperação, desenvolvimento, redução da pobreza, inovação e intercâmbio técnico e cultural entre os membros. Além de questões econômicas e sociais, temas políticos foram dialogados, como a ocupação e a excessiva agressão militar Israelense ao povo palestino como o conflito armado sírio e todas suas consequências negativas, gerando uma situação humanitária crítica e uma das maiores ondas de refúgio desde a última grande guerra (ITAMARATY, 2017).

Dentre estes frutos, deve-se destacar um dos projetos mais consolidados, a BibliASPA, biblioteca e centro de pesquisa para difundir a cultura árabe e muçulmana. Instituição que atualmente se destaca no Brasil por apoiar refugiados recém-chegados com aulas de português, assistência

jurídica e psicológica, alimentação, transporte etc. (BIBLIASPA, 2018).

Apesar da Cúpula abordar e discutir vários assuntos de cunho social e político, na prática, o comitê de maior sucesso da cúpula foi o econômico, apresentando um aumento considerável no intercâmbio comercial, que aumentou cerca de 140% de 2005 (primeira edição da Cúpula ASPA) a 2009. Neste intercâmbio, os sul-americanos venderam (e ainda vendem) basicamente carne, leite, soja, milho, trigo e aço, e do outro lado, os árabes restringem-se a exportar petróleo e seus derivados. O cenário político e econômico internacional favoreceu este relacionamento, ressaltando a alta do preço do petróleo que aumentou o poder de compra dos árabes, as missões comerciais sul-americanas, problemas geopolíticos e o boicote à produtos norte-americanos no Oriente Médio (VAGNI, 2009, p. 5).

Durante o debate sobre possibilidades de cooperação entre árabes e sul-americanos, o embaixador da Liga dos Estados Árabes ressalta com muito entusiasmo a potencialidade da relação do Brasil com o mundo árabe e islâmico:

O Brasil é uma potência, tem uma população que gira em torno de 220 milhões, sexta ou sétima economia do mundo, existe muitas oportunidades que podem se abrir entre ambos. O mundo árabe é formado por 22 países e o mundo islâmico é formado por cerca de 57 países, dentre eles, importantes nações como a Indonésia, Malásia, Turquia e Egito, não queremos que esse relacionamento com o Brasil seja apenas no âmbito comercial, existe muito espaço para desenvolver projetos de cooperação estratégica entre nós (SHQAIR, 2019).

Em seguida, o embaixador revelou uma antiga proposta árabe de desenvolver um projeto ousado que tinha como objetivo integrar logisticamente as indústrias brasileiras e o mercado árabe:

Há algum tempo atrás, durante a visita do presidente da Liga Árabe ao Brasil, foi oferecido um acordo para o Brasil para desenvolver uma obra logística em três ou quatro portos estratégicos podendo ser um em Rabat no Marrocos e outros no mar mediterrâneo, como na Argélia e outro em Alexandria para diminuir os custos logísticos dos produtos brasileiros ou até para as grandes empresas brasileiras de frango ou do ramo automobilístico estruturarem plantas industriais nestas cidades integrando logisticamente as duas regiões ou até desenvolverem *joint ventures* entre empresas brasileiras e árabes (SHQAIR, 2019).

Apesar do interesse em dar continuidade nesta parceria, logo ao assumir a presidência, a ex-presidente Dilma Rousseff se deparou com o Oriente Médio borbulhando em revoltas. Além do cenário instável do Oriente Médio, batia na porta da América Latina uma grave crise econômica que levou complicações financeiras aos países da região. Internamente, Dilma lidava com manifestações

populares e a queda de sua popularidade, além de ter a responsabilidade de sediar dois megaeventos esportivos, a Copa do Mundo de futebol masculino de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, uma vez que tais fenômenos políticos nacionais podem ter provocado maior atenção do governo ao âmbito interno. Esta conjuntura provocou mudanças na política externa, reduzindo a margem de atuação da política externa do Brasil no Oriente Médio e em negociações de ordem multilateral. Estas variáveis internas e externas levaram a política externa brasileira a ser menos proativa não só com o Oriente Médio, mas com o sistema internacional de um modo geral (CORNETET, 2014, p. 136-141).

Em abril de 2019, o governo do brasileiro formaliza a saída da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) junto a outros governos sul-americanos (Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru) (AGÊNCIA BRASIL, 2019). O descredenciamento da Unasul por parte das maiores economias da região é fator agravante do declínio da integração árabe-Sul-americana já que a Unasul é a instituição representativa dos países sul-americanos perante a Cúpula ASPA.

Neste segundo capítulo, se apresentou as principais considerações que se pode depreender a partir da história e da geopolítica das relações do Brasil com o Oriente Médio.

3. POTENCIALIDADES E DIFICULDADES PARA CONTRIBUIÇÃO BRASILEIRA

3.1. POTENCIALIDADES E PERSPECTIVAS

No momento em que este trabalho é escrito (09/2019), a conjuntura aponta mais um ano decepcionante para a economia brasileira. A estimativa de crescimento que no início do ano era de 2,5%, agora, é um frustrante 0,8% (EXAME, 2019). O Brasil se recupera de forma vagarosa de alguns dos piores anos de sua história econômica republicana. Um cenário regado à uma grave crise política doméstica, políticas econômicas equivocadas, queda no preço das *commodities* e uma crise de liquidez, constituíram, para muitos, uma segunda década perdida (2011-20) em alusão à década de 1980 (EXAME, 2019).

Entretanto, apesar do cenário econômico não favorecer uma agenda ampla de políticas voltadas à Cooperação Sul-Sul, se demonstrará neste capítulo, que o cenário econômico não enclausurou a vocação natural brasileira de promover o bem-estar social em países em desenvolvimento.

Orientado por uma política externa multilateralista, historicamente, a bandeira brasileira tremulou em inúmeras missões colaborativas ou solidárias em diferentes regiões do globo, especialmente na América Latina, África e Ásia. Dentre o largo histórico brasileiro de cooperação internacional, os países receptores compartilham um índice de desenvolvimento humano baixo e economias débeis (ALMINO & LIMA, 2017, p. 37).

Apesar de grande parte de sua população desconhecer ou até mesmo questionar o conceito e a qualificação de suas instituições, o Brasil desenvolveu uma rica experiência no campo do desenvolvimento onde possui um valioso capital de recurso humano e conhecimento técnico prontos para treinar e qualificar técnicos locais em diferentes áreas, especialmente no campo da Energia, Saúde e Agricultura. Geralmente, este intercâmbio de conhecimento técnico não possui um fim lucrativo, mas sim o fortalecimento institucional de nações amigas (ALMINO & LIMA, 2017, p. 37).

Recentemente, o embaixador brasileiro para a Síria, Fabio Vaz Pitaluga, declarou à Agência de Notícias Árabe Síria (SANA) que existe “um grande espaço para ampliar a cooperação entre o Brasil e a Síria, e que o país tem interesse em participar da reconstrução da nação árabe” (ANBA, 2019). Pitaluga revelou à Comissão de Relações Exteriores do Senado uma informação que pode colocar em prática o cenário proposto desta dissertação, o embaixador afirmou que recebeu a informação de que o Brasil e suas empresas “são vistas como prioritárias no processo de reconstrução da infraestrutura da Síria” (SENADO NOTÍCIAS, 2018), além do mais, acrescenta:

A Síria está no final dessa guerra trágica e nos próximos anos inicia-se um grande processo de reconstrução. E nesse processo é crucial que o Brasil saiba se posicionar. Calcula-se que a reconstrução demandará US\$ 400 bilhões. Vejo oportunidades na área de indústrias, agronegócio em geral e petróleo, por exemplo. O setor de petróleo sírio foi muito afetado, eles precisam de um grande apoio em máquinas, equipamentos e novas tecnologias. Nós temos muito a oferecer neste campo, assim como na parte de xisto. Além dessas áreas, Pitaluga também avaliou que serão abertas oportunidades nas áreas de **mineração, energia elétrica, saúde, construção civil, turismo, pecuária e indústria de laticínios** (PITALUGA, 2018).

A participação do Brasil no processo de reconstrução da Síria provou ser um cenário não muito distante ou improvável como muitos acreditavam, nos parágrafos anteriores, citou-se fontes políticas primárias, tanto brasileiras como sírias que não só veem com bons olhos, como apoiam a possibilidade de uma investida brasileira na região.

3.1.1 A Estratégia Brasileira Para A Cooperação Sul-Sul E A Promoção Da Paz: Discurso E Prática Na Política Externa Brasileira

Dentre os diferentes conceitos de Cooperação Internacional, consideramos que seja “qualquer relação entre atores internacionais orientados para a satisfação mútua de interesses e demandas através de uso de seus respectivos poderes no desenvolvimento de ações coordenadas” (AYLLÓN, 2007, p. 26). Estas relações de cooperação em âmbito internacional são construídas conforme a finalidade do projeto e sua natureza (política, econômica e técnica), identifica-se tradicionalmente três principais modalidades de cooperação: a Bilateral (entre dois Estados), Multilateral (entre diversos países, normalmente o projeto é liderado por uma Organização Internacional) e a Triangular (Neste tipo de cooperação, existem três Estados envolvidos com diferentes papéis: o financiador, o executante e o beneficiário) (p. 2).

Diversas notáveis instituições brasileiras são resultantes de políticas de cooperação internacional. Dentre os diversos casos de sucesso, o polo tecnológico de São José dos Campos, o Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA), o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), a Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Instituto Butantã e Fundação Oswaldo Cruz. Este tipo de cooperação permitiu o compartilhamento de conhecimento, padrões e técnicas que favorecem benefícios sociais e qualidade

de vida por diferentes sociedades em larga medida (SATO, 2010, p. 53).

Além do fortalecimento das relações institucionais, a Cooperação Sul-Sul apresenta-se para os países em desenvolvimento como uma efetiva estratégia de inserção internacional em regiões de interesse. Neste caso, o Brasil pode beneficiar-se da aproximação com países do sul global para projetar tanto influência política como influência econômica e comercial (MILANI & CARVALHO, 2013, p. 20)

3.1.2 Agência Brasileira de Cooperação (ABC)

Criada há pouco mais de 30 anos (1987), resultante da fusão da Divisão de Cooperação Técnica do Itamaraty e a Sub-Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (SUBIN), a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), tem como objetivo coordenar, negociar e avaliar programas e ações de cooperação técnica e humanitária internacionais do Brasil em dois segmentos: multilateral e bilateral, na vertente Brasil-exterior e exterior-Brasil. Norteada pelo princípio da “cooperação entre povos para o progresso da humanidade” a agência desenvolveu nestas três décadas mais de sete mil projetos em 108 países da América Latina, Ásia, África, Oceania e Europa. Destaca-se neste processo, a participação de mais de 120 empresas brasileiras de diferentes ramos (ABC, 2019).

Figura 21 - Identidade Visual Da Agência Brasileira De Cooperação



Fonte: Agência Brasileira de Cooperação (abc.gov.br)

No ano de 2017, a agência desenvolveu cerca de 610 ações de cooperação técnica (bilateral e trilateral). As áreas em que se desenvolveu grande parte destes projetos são: administração pública, ciência e tecnologia, agricultura familiar, energia, cultura, desenvolvimento social, educação, pesca, indústria e comércio, pecuária, saúde, segurança pública e emprego.

A estrutura operacional da agência é formada por seis coordenações:

- Coordenação-Geral de Cooperação Técnica - África, Ásia e Oceania
- Coordenação-Geral de Cooperação Técnica - América Latina, Caribe e Europa
- Coordenação-Geral de Cooperação Técnica Multilateral
- Coordenação-Geral de Cooperação Técnica e Parcerias com Países Desenvolvidos
- Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária
- Coordenação-Geral de Planejamento, Administração, Orçamento e Comunicação.

Dentre as ações trilaterais promovidas em 2017, destaca-se a cooperação da ABC com diversos Organismos Internacionais, dentre eles: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), Centro de Assentamentos Humanos das Nações Unidas (ONUHABITAT), Entidade da ONU para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres (ONU-MULHERES), Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Programa Mundial de Alimentos (PMA), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), Banco Mundial (BM) e Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA).

Quadro 3- Ações Realizadas pela ABC em 2017 Por País

América Latina	
PAÍS	AÇÃO
<i>Argentina</i>	<i>sete projetos de cooperação, baseados nos objetivos de desenvolvimento sustentável, nos seguintes eixos prioritários para os países: políticas sociais e populações vulneráveis; meio ambiente e agroindústria.</i>
<i>Bolívia</i>	<i>10 projetos, sendo dois em execução na área de meio ambiente (recursos hídricos e fauna silvestre), e oito projetos em processo de assinatura, nas áreas de agricultura (agricultura familiar, agropecuária e florestal), cultura (política museológica), metrologia e segurança pública (gestão migratória, luta contra o narcotráfico e tráfico de pessoas).</i>
<i>Colômbia</i>	<i>assinados quatro projetos elaborados por ocasião da Reunião do Grupo de Trabalho: Projeto de Transferência do Modelo da Rede Colombiana Contra o Trabalho Infantil e Intercâmbio de Experiências de Diálogo Social no Marco dos Direitos Fundamentais do Trabalho, com o Ministério do Trabalho;</i>

	<i>Fortalecimento de Capacidades dos Sistemas Nacionais de Áreas Protegidas de Brasil e Colômbia para o manejo efetivo de áreas protegidas com impacto regional, em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio); Fortalecimento da capacidade dos bombeiros da Colômbia frente a incêndios florestais, em parceria com o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal; e Fortalecimento na formulação e atualização de protocolos de avaliação agrônômica para cultivos de pastos e soja, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).</i>
El Salvador	<i>foram elaborados três novos projetos, sendo dois na área de saúde (doenças crônicas e banco de leite) e um na área de desenvolvimento social (erradicação da pobreza), bem como foi reformulado um projeto na área de agricultura (feijão vermelho).</i>
Equador	<i>Cabe sublinhar a conclusão com êxito, em 2017, de três iniciativas da pauta bilateral. Destaca-se o projeto sobre televisão digital, cujo seminário final foi realizado na cidade de Quito, no período de 16 a 20 de outubro. A abertura do evento contou com a participação do Ministro das Telecomunicações do Equador (MINTEL) e com mais de 120 representantes equatorianos. Na ocasião, foram realizadas também capacitações em conceitos básicos de televisão digital, sistemas de multiplexação, sistemas de modulação, sistema de transmissão, planejamento e dimensionamento e compartilhamento de canais. No que se refere à saúde, pode-se ressaltar a atividade realizada em junho de 2017, no âmbito do projeto Fortalecimento e Consolidação das Capacidades Técnicas para a Gestão da Rede Equatoriana de Bancos do Leite Humano (BHL). Como resultado da atividade, técnicos equatorianos foram treinados em gerenciamento de informações, adaptação e implementação do sistema de informação e gerenciamento em todos os BLH no país.</i>
Guatemala	<i>Entre os dias 22 e 26 de agosto de 2016, realizou-se a III Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Guatemala, na cidade da Guatemala. Naquela ocasião, além da avaliação dos projetos que compunham o programa, foram elaborados os novos projetos que integram a pauta de cooperação bilateral com o país. Ao final de 2017, o programa era composto de cinco projetos em negociação. As iniciativas abrangem as áreas de agricultura, saúde e trabalho.</i>
Guiana	<i>foram elaborados e aprovados três projetos nas áreas de agricultura e meio ambiente.</i>
Haiti	<i>No âmbito da cooperação em saúde, a ABC e o Ministério da Saúde do Brasil encerraram em 2017 o projeto de fortalecimento da Autoridade Sanitária do Haiti. Em continuidade a essa iniciativa, o projeto Reforço da Gestão dos Serviços e do Sistema de Saúde no Haiti, financiado com recursos do Fundo de Reconstrução do Haiti (FRH). O projeto visa a apoiar a gestão e a manutenção de três hospitais comunitários de referência e do Instituto Haitiano de Reabilitação, construídos no âmbito da cooperação tripartite, e implementar um plano sustentável de transferência progressiva destes hospitais, além de fortalecer a gestão e a governança na saúde pública ao apoiar a organização dos serviços de urgência e emergência. Cabe destacar, também, o projeto Centro de Formação Profissional, com orçamento de US\$ 17 milhões, também financiado</i>

	<i>com recursos do FRH. O projeto é uma parceria entre a ABC, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o PNUD e o Instituto Nacional para a Formação Profissional do Haiti (INFP). A iniciativa, que visa a contribuir para o aumento da qualificação da força de trabalho haitiana. Ademais, em missão de prospecção realizada em outubro de 2017, a ABC elaborou, em conjunto com entidades parceiras haitianas, três minutas de projetos de cooperação técnica, em temas de gestão prisional, metrologia e recursos hídricos.</i>
Honduras	<i>Foi avaliado projeto em matéria de saúde mental que permitiu a capacitação de 60 técnicos e a elaboração do diagnóstico sobre doença mental de Honduras. A iniciativa teve grande êxito, o que acarretou a elaboração de um novo projeto no tema. Com relação ao banco de leite, foram doados os equipamentos pelo governo brasileiro para a implantação de dois novos bancos de leite, atendendo a 30 mil mulheres lactantes e beneficiando 733 recém-nascidos. Em decorrência do êxito do projeto, também foi elaborada uma nova iniciativa para dar continuidade à implantação de mais três bancos de leite. o Programa Brasil-Honduras contava com seis projetos em execução e três em processo de assinatura.</i>
México	<i>O programa bilateral totalizava onze projetos, sendo três em negociação, três em execução e cinco concluído nas áreas de agricultura, trabalho e emprego, meio ambiente, recursos hídricos e saúde.</i>
Nicarágua	<i>Sete projetos em execução e dois em processo de assinatura. As principais áreas de cooperação entre os dois países eram saúde, meio ambiente, habitação e energia.</i>
Paraguai	<i>Foram alcançados os objetivos de negociar seis novos projetos nas áreas de agricultura, metrologia, silvicultura e segurança fronteiriça, com vistas à ampliação e diversificação da agenda bilateral de cooperação.</i>
Peru	<i>Reuniu-se mais de 150 profissionais da área da saúde de todos os territórios peruanos com o objetivo de trocar experiências na matéria e discutir o fortalecimento e a ampliação da Rede de Bancos de Leite local. Quanto à cooperação em matéria agrícola, cabe ressaltar a realização de capacitação em produção in vitro de espécies florestais madeireiras e não madeireiras. Sobre recursos hídricos, sublinha-se a realização de atividade que consistiu em avaliar a rede hidrológica peruana.</i>
República Dominicana	<i>O Programa Bilateral de Cooperação com a República Dominicana encerrou o ano de 2017 com nove projetos em execução e um em processo de assinatura nas áreas de meio ambiente, saúde, direitos humanos, segurança, educação e previdência social.</i>
Suriname	<i>O programa era composto, em 2017, por seis projetos em execução, que abrangem as áreas de agricultura, mineração, administração pública (finanças) e saúde, além de cinco projetos em negociação, nas áreas de saúde, agricultura, geologia e meio ambiente</i>
Uruguai	<i>A ABC, em parceria com a ANA e a Direção Nacional de Água e Saneamento (DINAGUA), executam dois projetos na área de recursos hídricos nas bacias</i>

	<i>hidrográficas transfronteiriças do Rio Quaraí e da Lagoa Mirim, que visam à caracterização da disponibilidade hídrica, o monitoramento hidrológico conjunto e a prevenção de eventos críticos de enchentes e secas.</i>
<i>Leste Europeu</i>	
Albânia	<i>O texto da proposta do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e Governo da República da Albânia encontra-se em análise pelo governo albanês.</i>
Armênia	<i>Foi assinado o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, por ocasião da visita do presidente armênio ao Brasil, em 2016.</i>
Azerbaijão	<i>O texto da minuta do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e Governo da República do Azerbaijão encontra-se em análise no governo daquele país.</i>
Geórgia	<i>Em 26 de agosto de 2011, foi celebrado o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Geórgia. O ato internacional entrou em vigor em julho de 2017.</i>
Ucrânia	<i>Nova minuta do Acordo Básico de Cooperação Técnica estava sendo analisada pelos setores competentes do Itamaraty ao final de 2017, a fim de ser apresentada ao governo ucraniano para aprovação.</i>
<i>África e Ásia</i>	
Angola	<i>a pauta de cooperação com o país é prioritariamente focada no setor de saúde, a saber: (i) um projeto em execução, recém-assinado, intitulado "Projeto piloto de implantação e implementação de Banco de Leite Humano em Angola"; (ii) um projeto em negociação na área de combate ao câncer, intitulado "Apoio à implementação e à gestão de medidas para a prevenção e o controle do câncer no Instituto Angolano de Controlo do Câncer (IACC)" e (iii) um projeto em negociação referente à segunda fase da iniciativa em anemia falciforme.</i>
Argélia	<i>Transferência de conhecimento para produção de gemas lapidadas, joias e artesanato mineral</i>
Benim	<i>Fortalecimento Institucional da Educação Profissional e Tecnológica do Benin nas Áreas de Agroecologia e Cooperativismo</i>
Cabo Verde	<i>As iniciativas em execução são: (i) "Apoio à promoção do artesanato local e à reciclagem de lixo na cidade da Praia – Cabo Verde"; (ii) "Reforço Institucional do Banco de Cabo Verde – Fase 2"; (iii) "Fortalecimento da Atenção Primária a Saúde de Cabo Verde – Fase 2"; e (iv) "Escola de Todos – Fase II". Em 2017 foi concluído um projeto: (i) "Qualidade da Educação Superior - criação de um Sistema de Avaliação em Cabo Verde"; e duas atividades isoladas: (i) Prospecção para estabelecimento de projeto de cooperação técnica para o reforço das capacidades da ARFA em matéria de segurança alimentar e (ii) Prospecção para estabelecimento de nova fase do projeto "Banco de Leite</i>

	<i>Humano em Cabo Verde”.</i>
Guiné Bissau	<i>A cooperação técnica Sul-Sul bilateral desenvolvida com a Guiné-Bissau conta com uma pauta de três projetos em execução, a saber: (i) “v”, desenvolvido em parceria com a EMBRAPA (Implantação e implementação da unidade de Processamento do Pedúnculo do Caju e Outras Frutas Tropicais na Guiné-Bissau); (ii) “Projeto na área de diagnóstico laboratorial do HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis”, desenvolvido em parceria com o Ministério da Saúde (Apoio na Área de Diagnóstico Laboratorial do HIV e Outras Doenças Infecciosas em Guiné-Bissau); e (iii) “Projeto na área de formação profissional”, desenvolvido em parceria com o SENAI (Centro de Formação Profissional Brasil – Guiné-Bissau – Fase III – Consolidação e Transferência de Gestão).</i>
Guiné Equatorial	<i>Em 2017, a minuta do projeto “Fortalecimento Institucional e Operacional do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil da Guiné Equatorial” foi finalizada pela parte brasileira e será validada junto à contraparte equato-guineense</i>
Moçambique	<i>Além dos projetos trilaterais com organismos internacionais e com países desenvolvidos (só com estes são 16), o programa de cooperação bilateral com Moçambique contou, de janeiro a dezembro de 2017, com a execução de 13 projetos de cooperação e de 3 ações simplificadas. Destacam-se no período, o projeto que viabiliza a implantação da unidade de banco de leite humano no Hospital Central de Maputo e a finalização das atividades dos projetos (i) modernização da previdência social de Moçambique, (ii) inspeção do trabalho e, (iii) fortalecimento das ações de combate ao câncer. Destaca-se igualmente a Ação Simplificada que viabilizou a prospecção do projeto em negociação na área de segurança alimentar e nutricional e realizou a primeira etapa de capacitação dos formadores moçambicanos naquela área.</i>
São Tomé e Príncipe	<i>O programa atual é composto por três projetos em execução, sete projetos em negociação, um projeto e duas atividades isoladas concluídas. Prevê-se para o próximo ano o início de pelo menos três novos projetos, entre eles a nova fase do projeto do Centro de Formação Profissional Brasil – São Tomé e Príncipe, que, de forma inovadora entre os projetos desenvolvidos com o SENAI, contará com a oferta de dois cursos de nível superior.</i>
Sudão	<i>Missão de Validação do Projeto de Apoio ao Setor Suco energético do Sudão e Melhoria da Produção de Cana-de-Açúcar no Sudão</i>
Timor-Leste	<i>A carteira de projetos de cooperação técnica em 2017 foi composta por cinco iniciativas bilaterais, sendo duas em execução, uma em negociação e duas concluídas durante o ano. Dentre as iniciativas em curso, encontram-se os projetos "Apoio ao Fortalecimento do Setor da Justiça de Timor-Leste - Sétima Etapa", implementado pela Defensoria Pública da União (DPU) e Defensoria Pública do Rio Grande do Sul; e "Apoio ao Fortalecimento do Serviço de Inteligência de Timor-Leste – Fase II", implementado pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Em negociação, encontra-se o projeto "Apoio ao Fortalecimento do Parlamento Nacional de Timor-Leste", cujo objetivo é aumentar a eficiência e a transparência da produção de leis pelo Parlamento Nacional timorense. Dentre as iniciativas concluídas em 2017, encontram-se os projetos "Apoio à Implementação de Sistema Nacional de Arquivos Nacional de</i>

	<i>Timor-Leste", implementado pelo Arquivo Nacional do Brasil, e o "Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração Pública de Timor-Leste: Consolidação do uso do Português na Gestão Estatal"</i>
Tunísia	<i>Desenvolvimento e Valorização das Plantações de Eucalipto na Tunísia</i>
Burkina Faso	<i>Apoio a Coordenação de Projetos e Atividades de Cooperação Técnica na Área de Algodão:</i> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Projeto Regional de Fortalecimento do Setor Algodoeiro nas Bacias do Baixo Shire e Zambeze: Cotton Shire Zambeze</i> • <i>Fortalecimento Tecnológico e Difusão de Boas Práticas Agrícolas para o Algodão em Países do Cotton-4 e no Togo: Cotton-4+Togo</i> • <i>Projeto Regional para o Aperfeiçoamento de Técnicos Africanos em Cotonicultura</i> • <i>Projeto Regional de Fortalecimento do Setor Algodoeiro na Bacia do Lago Victoria: Projeto Cotton-Victoria</i>
Costa do Marfim	
Chade	
Malawi	
Quênia	
Senegal	
Tanzânia	
Togo	
Zimbábue	

Fonte: Quadro desenvolvido pelo autor com base no Relatório de Atividades da Agência Brasileira de Cooperação – 2017. (ABC, 2019).

Neste quadro (3) podemos perceber que em meio a uma das mais importantes crises políticas e econômicas da história brasileira, o país executou no âmbito internacional mais de 600 de projetos de cooperação com Estados parceiros, propiciando diretamente ou indiretamente uma maior qualidade de vida para as sociedades receptoras.

Quadro 4 - Principais Projetos De Cooperação Entre Brasil e o Levante Árabe+Egito

PAÍS	PROJETOS/MISSÕES	TIPO DE COOPERAÇÃO
EGITO	Missão de Prospecção para Desenvolvimento de Projeto de Cooperação Técnica na Área de Semi-Árido e Recursos Hídricos entre o Brasil e Países Árabes (2007)	Cooperação Sul-Sul
	Visita técnica de representantes dos Ministérios do Meio Ambiente do Egito para intercâmbio de conhecimentos na área de preservação ambiental (2007)	
	II Semana do Etanol - Compartilhando a Experiência Brasileira (2009)	Cooperação Trilateral

	Missão Diagnóstica de Técnicos do Governo Brasileiro nas Áreas de Agricultura e Saúde do Egito (2010)	
	Treinamento internacional em tecnologias de convivência em regiões áridas e semiáridas (2011)	Cooperação Sul-Sul
IRAQUE	Treinamento internacional em tecnologias de convivência em regiões áridas e semiáridas (2011)	Cooperação Sul-Sul
LÍBANO	Missão de Prospecção para Identificação de possibilidades de Cooperação Técnica para Apoiar os Esforços de Reconstrução do Líbano (2006)	Cooperação Sul-Sul
	Missão de Prospecção para Identificação de Possibilidades de Cooperação Técnica na Área da Agricultura (2006)	
	Missão de Prospecção para Identificação de Possibilidade de Cooperação Técnica na Área da Saúde no Líbano (2006)	
	Capacitação de técnicos Libaneses em Atividades Agropecuárias (2006)	
	Capacitação Técnica para resposta rápida no controle de surtos e epidemias (2007)	
	Revisão do Protocolo de Patologias (2007)	
	Missão Prospectiva na Área de Medicamentos Genéricos (2009)	
	Treinamento internacional em tecnologias de convivência em regiões áridas e semiáridas (2011)	
PALESTINA	Apoio ao Centro Palestino de Mídia (2009)	Cooperação Sul-Sul
	Treinamento de técnicos palestinos na área de Desenvolvimento Urbano (2009)	
	Capacitação em Técnicas de Fisioterapia para Profissionais da Saúde Palestinos (2010)	
	Capacitação para Diplomata da Palestina (2010)	
	Missão Cooperação Técnica em Saúde, Saneamento e Gestão de Fundos Públicos na Palestina (2010)	
	Capacitação em Técnicas de Fisioterapia para Profissionais da Saúde Palestinos - II Edição do Workshop de Fisioterapia em Ramalah (2010)	
	Capacitação técnica em Gestão de Resíduos Sólidos e Gestão de Fundos de Financiamento Público na Palestina (2011)	
SÍRIA	Capacitação Técnica Em Transplante De Fígado (2011)	Cooperação Sul-Sul
	Treinamento internacional em tecnologias de convivência em regiões áridas e semiáridas (2011)	

Fonte: Quadro desenvolvido pelo autor com base no acervo digital da Agência Brasileira de Cooperação. (ABC, 2019).

No quadro 4, pode-se enfatizar os projetos desenvolvidos junto à República do Líbano logo após o conflito com Israel (2006) onde o país árabe sofreu importantes ataques à sua infraestrutura afetando todos os setores de sua sociedade. Este episódio em especial, pode ser levado como uma experiência-modelo para entender proposta deste trabalho. De um lado, um país árabe destruído que compartilha importantes laços migratórios e culturais, e do outro, uma potência econômica com importantes instituições e uma política externa longeva de apoio a “cooperação entre os povos para o progresso da humanidade”. A Palestina por outro lado, país que vive um cenário contínuo de conflito, recebeu importantes projetos relacionados à área da saúde, desenvolvimento urbano e administração pública.

3.1.3 Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária (CGCH)

Criada no ano de 2017, a Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária (CGCH) da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) tem como principais responsabilidades: a coordenação de ações emergenciais de caráter humanitário, desde doação de alimentos e medicamentos até acompanhar iniciativas de cooperação em temas humanitários junto a atores governamentais e não governamentais (ABC, 2019).

Neste contexto, destaca-se o artigo 11 da Lei nº 13.684 que estabelece:

A União poderá prestar cooperação humanitária, sob a coordenação do Ministério das Relações Exteriores, a fim de apoiar países ou populações que se encontrem em estado de conflito armado, de desastre natural, de calamidade pública, de insegurança alimentar e nutricional ou em outra situação de emergência ou de vulnerabilidade, inclusive grave ameaça à vida, à saúde e aos direitos humanos ou humanitários de sua população (BRASIL, 2018).

A esmagadora maioria das ações promovidas pela CGCH são no continente americano, mais precisamente na América Latina, porém, quando se analisa o relatório dos três anos de funcionamento da coordenação, uma notável surpresa é revelada, a CGCH agraciou com doações três países árabes: Líbano, Palestina e **Síria** (quadro 5).

Quadro 5 - Ações Da CGCH Com Países Árabes

ANO	PAÍS	MOTIVO	AÇÃO
2016	Palestina	Segurança Alimentar	O governo brasileiro contribuiu à organização das nações unidas para alimentação e agricultura (FAO), por meio do escritório da FAO no Brasil, US\$ 200.000,00 destinados a ações emergenciais em apoio à produção agrícola familiar na Faixa de Gaza.
2017	Síria	Conflito Armado	Foram doadas 54.640 unidades de medicamentos necessários às operações de cooperação humanitária voltada para mitigar os efeitos do conflito.
2018	Líbano	Fluxo Migratório	Doação de 40 mil frascos de insulinas humana do tipo NHP e 4.000 insulinas humana tipo regular.

Fonte: Quadro adaptado pelo autor a partir de (ABC, 2018).

3.1.4 O Brasil e as operações de manutenção da paz da ONU

O conceito de operação de paz desenvolvido pelas Nações Unidas surge no pós-Segunda Guerra Mundial como uma ferramenta de promoção de um ambiente internacional estável e de segurança coletiva. Dentre os objetivos específicos, destaca-se: Proteção de civis; Prevenção de conflitos; Desenvolvimento de instituições de Direito e segurança; Promoção dos Direitos Humanos; e promoção de políticas de igualdade de gênero (UNITED NATIONS, 2019).

A participação do Brasil em missões de paz promovidas pelas Nações Unidas é baseada na Política de Defesa Nacional e no artigo 4º da Constituição Federal. Se por um lado, representa o compromisso internacional da Política Externa brasileira de promoção da Paz, por outro, é uma significativa oportunidade de acumular experiência operacional de tropas (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2017):

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: **I** - independência nacional; **II** - prevalência dos direitos humanos; **III** - autodeterminação dos povos; **IV** - não-intervenção; **V** - igualdade entre os Estados; **VI** - defesa da paz; **VII** - solução pacífica dos conflitos; **VIII** - repúdio ao terrorismo e ao racismo; **IX** - cooperação entre os

povos para o progresso da humanidade; X - concessão de asilo político (BRASIL, 2019).

O Brasil participa deste tipo de missão desde 1947 (UNSCOB- Comitê Especial das Nações Unidas para os Bálcãs) em missões individuais e a partir de 1956 (UNEF I- I Força de Emergência das Nações Unidas) com tropas. Desde então, o Brasil envolveu-se em mais de quarenta e cinco operações de paz da ONU e em outras cinco missões do tipo sob a liderança da Organização do Estados Americanos (OEA). Ente 1947 e 2017, o país contribuiu com mais de 57 mil colaboradores, entre militares, policiais e civis altamente qualificados (ANDRADE; HAMANN; SOARES, 2019, p.17).

Quadro 6 - Efetivo Militar Brasileiro Em Missões da ONU (2004-2017)

MISSÃO	PAÍS	EFETIVO TOTAL	EXÉRCITO	MARINHA	FAB
MINUSTAH	HAITÍ	981	1 Force Commander + 7 Estado-Maior da MINUSTAH – 639 BRABAT + 120 BRAENGCOY	1 Estado-Maior da ONU + 175 Gp Op + 6 EM/BRABAT	2 Estado-Maior da ONU + 26 do BRABAT + \$ Estado-Maior do BRABAT
UNIFIL	LÍBANO	270	7 Estado-Maior do Contingente Espanhol	3 Estado-Maior da ONU + 13 MTF + 247 tropa	0
MINUSCA	REPÚBLICA CENTRO AFRICANA	6	1 Estado-Maior da MINUSCA + 4 Observadores Militares	1 Estado-Maior da MINUSCA	0
MINURSO	SAARA OCIDENTAL	10	7 Observadores Militares	1 Observador Militar	2 Observadores Militares
MONUSCO	REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO	1	1 Estado-Maior da MONUSCO	0	0
UNFYCIP	CHIPRE	2	1 Estado-Maior da UNFYCIP + 1 Oficial da ligação da ARGBAT	0	0
UNMISS	SUDÃO DO SUL	11	4 Estado-Maior da UNMISS + 4 Oficiais de Ligação	1 Oficial de Ligação	2 Estado-Maior da ONU
UNISFA	SUDÃO/SUDÃO DO SUL	2	0	1 Observador Militar	1 Observador Militar
UNIOGBIS	GUINÉ-BISSAU	1	1 Oficial Sênior	0	0
TOTAL		1.284	798	449	37

Fonte: Quadro desenvolvido a partir do material físico disponibilizado pelo Exército Brasileiro denominado “Brasil no Haiti: um caso de sucesso (2004-2017). (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2017).

Desde o ano de 2001, o Brasil possui um centro de treinamento e orientação para militares e civis brasileiros designados a integrar missões de paz da ONU. O Então Centro de Preparação e Avaliação para Missões de Paz do Exército Brasileiro (CEPAEB) operava como divisão de Missão de Paz do Comando de Operações Terrestres (COTER). Devido a mobilização e o encorajamento das Nações Unidas para que seus Estados Membros desenvolvessem estruturas específicas para o pessoal empregado em missões de paz e a crescente responsabilidade internacional do contingente brasileiro na Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (2004-2017), criou-se no ano de 2005, o Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOpPaz) na cidade do Rio de Janeiro. Posteriormente (2010), alterou-se sua denominação para Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB).

Figura 22 - Centro Conjunto De Operações De Paz Do Brasil



Fonte: Brasil, 2019.

O CCOPAB tem como missão “apoiar a preparação de militares, policiais e civis brasileiros e de nações amigas para missões de paz e desminagem humanitária”. Além dos treinamentos, o centro oferece conferências, cursos, *workshops* e estágios para uma real inserção ao cenário de diferentes conflitos ao redor do mundo para variados públicos, desde militares até estudantes, pesquisadores e jornalistas (CCOPAB, 2019). Após a desmobilização do contingente brasileiro na MINUSTAH (2017), restam apenas 279 militares brasileiros atuando em missões de paz pelo globo. Atualmente, o maior contingente de soldados brasileiros encontra-se empregados na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) com 220 militares (UN, 2019).

A experiência brasileira neste tipo de missão aparece como uma importante oportunidade de acumular experiência em campo levando ao aprimoramento técnico e operacional da tropa. Institucionalmente, a MINUSTAH trouxe crescente prestígio tanto para as Forças Armadas como para

a Política Externa Brasileira no Sistema Internacional.

Figura 23 - Agradecimento Das Nações Unidas Ao Brasil



Fonte: United Nations Peacekeeping

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Partindo do princípio de um cenário em que grande parte do território sírio está pacificado, o autor desta dissertação entende que, baseado nos dados expostos anteriormente, que a República Federativa do Brasil pode participar do processo de reconstrução da Síria de três diferentes formas de cooperação, são elas:

- **Assistência Técnica:**

Entende-se por Assistência Técnica “Fortalecimento das habilidades técnicas presentes nos países, intercâmbio de experiências e conhecimentos entre os países” (AYLLÓN, 2007, p. 32).

- **Ação humanitária**

Entende-se por Ação Humanitária “Ajuda alimentar, assistência, proteção dos direitos humanos, apoio às vítimas, pressão política, denúncia, preparação, prevenção e mitigação de desastres naturais, epidemias, conflitos armados e guerras” (AYLLÓN, 2007, p. 32).

- **Cooperação científica e tecnológica**

Entende-se por Cooperação Científica e Tecnológica “Transferência e intercâmbio de tecnologias aplicadas aos serviços de educação básica, saúde e saneamento. Pesquisa compartilhada, bolsas de estudo” (AYLLÓN, 2007, p. 32).

Instituições brasileiras públicas ou público/privadas como o Sistema S (Sebrae, Senai, Senac, Senar), Embrapa, IPEA, SERPRO e FIOCRUZ historicamente participam de projetos internacionais de cunho Sul-Sul transferindo *know-how* técnico e humano além de auxiliarem no desenvolvimento de estratégias e políticas públicas efetivas para as respectivas regiões receptoras.

O setor privado não fica de fora, as oportunidades são inúmeras. A infraestrutura (energética, ferroviária, rodoviária e de comunicação) de um modo geral do país árabe está altamente afetada. Neste cenário, gigantes brasileiras como a Organização Odebrecht, Grupo OAS, Construtora Camargo Corrêa, Grupo Andrade Gutierrez e o Grupo Queiroz Galvão além de já apresentar uma vasta experiência internacional, ostentam um poder financeiro, pessoal e técnico para assumirem obras de grande porte.

No âmbito da saúde, a FIOCRUZ tem o potencial de exercer um papel de protagonismo junto a Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD). Com a destruição de um significativo número de hospitais, a escassez de profissionais da área da saúde e a falta de manutenção do conjunto de serviços que compõem o saneamento básicos das cidades e vilarejos, várias comunidades se encontram totalmente vulneráveis sem nenhum tipo de acompanhamento ou tratamento profissional.

Por sua vez, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) destaca-se por ser a instituição brasileira que promove o maior número de ações de cooperação técnica internacional. A EMBRAPA ostenta em seu currículo uma ampla experiência internacional com projetos voltados a transferência de tecnologia, capacitação de profissionais e o fortalecimento de instituições de tecnologia e pesquisa. A Síria é um país de clima semiárido e com recursos hídricos escassos, o setor

agrícola representa por volta de 20% do Produto Interno Bruto sírio e emprega cerca de 17% da população (CIA, 2019). Dentre os principais produtos de exportação, destacam-se o algodão, frutas e grãos. Existe um grande potencial de cooperação de cunho agrícola, principalmente para um país com uma economia devastada e com milhões de pessoas sem acesso à uma alimentação adequada.

Para Alem e Cavalcanti, a internacionalização de instituições privadas é benéfica não só para o aumento da competitividade das mesmas, mas também para interesses estratégicos do Estado. O apoio a estas multinacionais se justifica geralmente com o acesso a novas tecnologias, geração de divisas e aumento das exportações. No Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem atuação fundamental no processo de fomento a internacionalização de instituições brasileiras (ALEM & CAVALCANTI, 2005, p. 72). Em um artigo desenvolvido por pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), denominado de “Investimento Direto e Internacionalização de Empresas Brasileiras no Período Recente”, Hiratuka e Sarti chegam a conclusão que “além da geração de sinergias associadas à maior proximidade com os novos mercados consumidores, o acesso às novas fontes de recursos produtivos, financeiros e tecnológicos reforça a capacidade competitiva e de acumulação de capital” de setores estratégicos da economia brasileira (HIRATUKA & SARTI, 2010, p. 50)

3.4 DIFICULDADES E DESAFIOS

Passados doze meses do governo de Jair Messias Bolsonaro, a Política Externa Brasileira ainda não demonstra nenhum tipo de política estratégica para o Oriente Médio, mas sim um alinhamento automático aos aliados históricos estadunidenses na região. A recente aproximação do governo de Bolsonaro com os Árabes parece ser estritamente comercial. Desde sua posse em janeiro de 2019, o presidente brasileiro findou o tradicional posicionamento brasileiro neutro e multilateralista frente às crises no Oriente Médio e aplicou um alinhamento incondicional à Israel. Neste sentido, o embaixador da Liga dos Estados Árabes para o Brasil demonstra um certo pesar em relação a este alinhamento:

O mundo árabe e islâmico não é contra o Brasil fortalecer suas relações com Israel, ao contrário, nós poderemos usufruir deste relacionamento já que o Brasil é um país amigo dos árabes e assim, poderá ter um papel importante no debate na operação de paz no Oriente Médio, O Brasil poderia ser o país mediador em que ambos os lados depositam sua confiança durante as negociações (SHQAIR, 2019).

Ao mesmo tempo que o governo brasileiro questiona e denuncia governos ocidentais “autoritários” e não “democráticos” como os de Havana e Caracas, se aproxima de líderes déspotas e violadores de Direitos Humanos como o Príncipe saudita Mohamed Bin-Salman e seus vizinhos da Península Arábica.

A falta de uma Grande Estratégia nacional para a região do Oriente Médio junto à incoerência na conduta da Política Externa brasileira faz o atual governo contradizer-se repetidas vezes entre o discurso e a ação. Percebe-se que até este momento (01/2020), o alinhamento ideológico automático à Política Externa Estadunidense não rendeu benefícios econômicos concretos para o Brasil. (SCHUTTE; DA FONSECA; CARNEIRO, 2019, p. 107).

Em outubro de 2019, em visita a região, Bolsonaro visitou três países, Arábia Saudita, Catar e Emirados Árabes Unidos. Vários acordos foram assinados com estes três países, majoritariamente acordos comerciais relacionados ao agronegócio e a indústria de defesa brasileira além de uma promessa do Fundo Soberano Saudita de investir 10 bilhões de dólares em projetos de infraestrutura no Brasil (DW, 2019).

Por outro lado, o governo brasileiro sediará em fevereiro 2020 uma conferência denominada de “Processo de Varsóvia”, um evento com um objetivo claro: conter o Irã. A ação foi lançada pelo presidente norte-americano Donald Trump, oficialmente tem como finalidade debater questões ligadas à crise humanitária e refugiados, porém, empiricamente, é um evento estratégico entre os Estados Unidos e seus aliados externos para debater o Oriente Médio. Os persas condenam a realização da conferência e a consideram “um movimento hostil dos Estados Unidos contra a República Islâmica”. China, Rússia e França recusaram-se a participar da iniciativa (CHADE, 2019).

Fatos como os citados acima permitem perceber a falta de racionalidade da atual Política Externa Brasileira somada à descontinuação do tradicional pragmatismo econômico, sabendo que o Irã é um dos maiores e mais importantes clientes do agronegócio brasileiro.

No terceiro e último capítulo, se apresentou as experiências brasileiras mais relevantes no campo da cooperação internacional além de variáveis políticas e econômicas brasileiras internas que podem interferir negativamente na relação estratégica com o Oriente Médio, especialmente com a Síria.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região do Oriente Médio passa atualmente por uma das maiores crises de sua história recente, conflitos armados eclodiram em diferentes pontos da região. Viu-se no primeiro capítulo que por diferentes variáveis o Oriente Médio acabou ganhando protagonismo nos maiores debates geopolíticos, seja por fatores geográficos, políticos, energéticos, securitários ou econômicos. Teoricamente e conceitualmente, o trabalho sustentou-se em autores de importante relevância para os estudos de geopolítica internacional como Mackinder, Spykman, Brzezinski e Buzan. Estes autores evidenciaram como os árabes inseriram-se nas agendas das grandes potências internacionais e auxiliaram no entendimento da dinâmica de poder regional do Oriente Médio (Complexo Regional de Segurança).

Diferentes países lidam com cenários caóticos, Iêmen, Iraque, Palestina, Líbia, e principalmente a Síria enfrentam internamente conflitos assimétricos e não convencionais. Para compreender esta nova dinâmica de conflito, foi preciso aprofundar-se em conceitos modernos de guerra como o de Guerra Híbrida e a Guerra de quarta geração. Estes conceitos foram cruciais para elucidar o caos que alguns destes países vivem internamente. Apesar dos grandes meios de comunicação rotularem o conflito sírio como um caso de Guerra Civil, observou-se ao longo do trabalho que a situação é mais complexa.

Desde o início do conflito (2011), dezenas de atores não estatais (*proxies*) participam ou participaram ativamente no conflito por meio de procuração de atores externos mais poderosos que tem algum tipo de interesse no território sírio. O caos instaurado na Síria derivou-se de estratégias modernas de guerra aplicada por atores externos por meio de métodos não convencionais, sejam eles midiáticos, políticos, econômicos e principalmente, por *proxies*. Atualmente (2020), o conflito que a sociedade internacional assistiu despontar em 2011 mostra-se desgastado e encaminhando-se a um fim, com uma notória vitória do atual líder Bashar Al-Assad. Porém, com o enfraquecimento de alguns atores *proxies*, outros surgiram com mais intensidade, como é o caso da Turquia, ator que opera diretamente no conflito junto ao seu exército em regiões fronteiriças mudando o perfil do conflito sírio.

O capítulo seguinte, teve como principal objetivo demonstrar os laços históricos, culturais, políticos e econômicos de ambas as regiões, Brasil-Oriente Médio e Brasil-Síria. A relação que até então era apenas migratória e cultural, ganhou uma notoriedade política e econômica a partir da década de 1970. O Brasil aproximou-se de forma inédita e estratégica de países árabes como o Iraque, Arábia Saudita e Líbia para resguardar-se de uma importante vulnerabilidade energética. Porém, por

diferentes variáveis geopolíticas e principalmente econômicas (Crise da Dívida no Brasil), a relação com os árabes deteriorou-se a partir da metade dos anos de 1980. A aproximação de árabes e brasileiros ressurgiu na década de 2000 com o protagonismo do presidente Lula na criação da Cúpula América do Sul - Países Árabes (ASPA). Todavia, as relações políticas com os árabes voltam a se deteriorar ainda no primeiro governo da presidente Dilma Rousseff devido a uma profunda crise política e econômica assolou o Brasil.

No terceiro Capítulo, é desenvolvido um ensaio que teve como objetivo destacar principalmente a potencialidade das instituições brasileiras e os desafios que o Brasil apresenta para uma eventual contribuição para a resolução/diminuição da crise socioeconômica síria. As oportunidades de cooperação são enormes e em inúmeras áreas. No cenário internacional, o Brasil consolidou-se como um dos mais importantes atores que promove as ações de Cooperação Sul-Sul com países em desenvolvimento. Geralmente, são países com que lidam com graves problemas socioeconômicos. Por outro lado, no cenário interno, o Brasil passa por uma das mais profundas crises político/econômica de sua história.

Por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o governo brasileiro fomenta a participação de instituições público-privadas como a EMBRAPA, FIOCRUZ, SEBRAE, SENAI, SENAC, SENAR, IPEA, SERPRO entre outras na sua agenda de promoção da paz e o bem-estar social em países em desenvolvimento.

Cabe ao governo brasileiro explorar estrategicamente as oportunidades não só de promover projetos de cunho Sul-Sul mas de fomentar suas indústrias e empresas privadas a participarem desta nova etapa que o país árabe vive. O mercado sírio pode ser um importante destino do agronegócio brasileiro, mas principalmente da carne *Halal*. Empreiteiras brasileiras tem inúmeras oportunidades desde na construção, pavimentação e manutenção de estradas, rodovias, ferrovias, viadutos, túneis como na construção de hospitais, escolas, barragens e centros de distribuição de energia. Apesar da experiência brasileira junto a missões de paz promovidas pela ONU, os representantes sírios são absolutamente contra qualquer tipo de atividade securitária liderada por Organismos Internacionais.

O Brasil junto com suas instituições é bem-vindo para participar no processo de reconstrução do país árabe.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. Brasil formaliza saída da Unasul para integrar Prosul. Internacional. 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-04/brasil-formaliza-saida-da-unasul-para-integrar-prosul>>. Acesso em: 02/02/2020.
- AL-AHRAM. مصادر لـ«الأهرام العربي»: سوريا ستعود إلى الجامعة العربية فى نهاية المطاف . 5 de Janeiro, 2019. Disponível em: <<http://arabi.ahram.org.eg/News/146888.aspx>>. Acesso em: 25/01/2019.
- ALEM, Ana Claudia; CAVALCANTI, Carlos Eduardo de Siqueira. BNDES e o apoio a internacionalização das empresas brasileiras: algumas reflexões. 2005.
- AL-MAYADEEN. فورد للميادين: حان الوقت لإعادة العلاقات الطبيعية مع سوريا . 30 de Dezembro. 2018. Disponível em:<<http://mdn.tv/3sm1>>. Acesso em: 25/01/2019.
- AMIN, Samir. O imperialismo, passado e presente. Tempo, v. 9, n. 18, p. 77-123, 2005. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/tem/v9n18/v9n18a05>>. Acesso em: 09/06/2019.
- AMIN, Samir. Samir Amin «C'est Un Mouvement Qui Va Durer Des Mois Et Des Années». 2011. Disponível em:< <http://encurtador.com.br/fnrtz>>. Acesso em: 09/06/2019.
- AMIN, Samir. US imperialism, Europe, and the Middle East. Monthly Review, v. 56, n. 6, p. 13, 2004. Disponível em:< <https://monthlyreview.org/2004/11/01/u-s-imperialism-europe-and-the-middle-east/>>. Acesso em: 01/05/2019.
- ANDRADE, Israel de Oliveira; HAMANN, Eduarda Passarelli; SOARES, Matheus Augusto. A Participação do Brasil nas operações de paz das Nações Unidas: evolução, desafios e oportunidades. 2019.
- ARON, Raymond. Paz e Guerra Entre as Nações. 1962. Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
- AVILA, Carlos Federico Domínguez. O Brasil, a política nacional de exportação de material de emprego militar-PNEMEM-e o comércio internacional de armas: um estudo de caso. Tempo, v. 15, n. 30, 2011.

- AYLLÓN, Bruno. La Cooperación Internacional para el Desarrollo: fundamentos y justificaciones en la perspectiva de la Teoría de las Relaciones Internacionales. *Carta internacional*, v. 2, n. 2, p. 32-47, 2007.
- AYLLÓN, Bruno. O Sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento e seu estudo nas Relações Internacionais: a evolução histórica e as dimensões teóricas. *Revista de Economia e Relações Internacionais*, v. 5, n. 8, p. 5-23, 2006.
- AZIZ-AL AHSAN, Syed. Economic policy and class structure in Syria: 1958–1980. *International Journal of Middle East Studies*, v. 16, n. 3, p. 301-323, 1984.
- BATZAROV, Zdravko. *Geopolitical Systems*. 1999.
- BIBLIASPA. Integração ASPA. Disponível em: <<https://bibliasp.org/mecanismo-aspa/>> Acesso em: 15 de maio de 2018.
- BRENER, Jayme. Trinta anos de não-alinhados. *Lua Nova: revista de cultura e política*, v. 3, n. 3, p. 78-81, 1987.
- BRUN, Élodie. La diplomacia brasileña hacia el Medio Oriente: una estrategia oscilante. *Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*, v. 14, n. 28, p. 73-90, 2012. Disponível em:< <https://www.redalyc.org/pdf/282/28224469005.pdf>>. Acesso em: 06/01/2020.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. *EUA x URSS: o grande desafio*. Rio de Janeiro: Editorial Nórdica, 1989.
- BUZAN, Barry et al. *Regions and powers: the structure of international security*. Cambridge University Press, 2003.
- CAMPOS, P. H. P.. A trajetória da Mendes Júnior: um caso emblemático de uma das empreiteiras da ditadura. In: XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13a Conferência Internacional de História de Empresas, 2017, Niterói. *Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13a Conferência Internacional de História de Empresas*. Niterói: ABPHE, 2017. v. 12. p. 1-15. Disponível em:< <https://bit.ly/2XHIUtq>>. Acesso em: 11/06/2019.
- CARVALHO, Olavo de; DUGIN, Alexandre. *Os EUA e a Nova Ordem Mundial*. Tradução de Giuliano Moraes. Campinas, SP: VIDE Editorial, 2012.
- CCIBI. *Iraque vai receber US\$ 30 bilhões para reconstrução*. Câmara de Comércio e Indústria Brasil Iraque. 2018. Disponível em:< <http://www.brasiliraq.com.br/iraque-vai-receber-us-30-bilhoes-para-reconstrucao/>>. Acesso em: 10/06/2019.
- CENTRO CONJUNTO DE OPERAÇÕES DE PAZ DO BRASIL. *Sobre o CCOPAB*. Rio de Janeiro. Disponível em:< <http://www.ccopab.eb.mil.br/pt/sobre-o-ccopab>>. Acesso em: 12/09/2019.

- CHOSSUDOVSKY, Michel. U.S. “Military Aid” to Al Qaeda, ISIS-Daesh. Global Research, 2016. Disponível em:<<https://www.globalresearch.ca/u-s-military-aid-to-al-qaeda-isis-daesh/5548960>>. Acesso em: 16 out. 2019.
- CIA. The world FactBook. Syria. 2019. Disponível em: < <https://bit.ly/JZ2o63>>. Acesso em: 27/02/19.
- COLODA, Thiago Alberto; ANDRADE, Bianca. O pivô geográfico da História (Por Halford J. Mackinder). Revista de Geopolítica, v. 2, n. 2, p. 3-27, 2016.
- CONANT, Melvin; GOLD, Fern R. A geopolítica energética. Biblioteca do Exército, Biblioteca do Exército, 1 a. ed, 1981.
- CORNETET, João Marcelo Conte. A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade. Conjuntura Austral, v. 5, n. 24, p. 111-150, 2014.
- COUNTABLE. Civilians are still dying in Syria, 8 years after start of civil war. 2019. Disponível em:< <https://www.countable.us/articles/23645-civilians-dying-syria-8-years-start-civil-war>>. Acesso em: 22/03/2020.
- CORREIA, Pedro de Pezarat. Geopolítica e geoestratégia. Nação e Defesa, 2012.
- DE OLIVEIRA GOMES, Ivana et al. USOS DO CONCEITO GEOGRÁFICO “TERRITÓRIO” E SUA RELEVÂNCIA NA ANÁLISE DE CONFLITOS TERRITORIAIS E SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA. PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho, v. 17, n. 1, 2016.
- DUGIN, Alexander. Eurasian Mission: An Introduction to Neo-Eurasianism. Arktos, 2014.
- DUGIN, Alexander. Last war of the World-Island: the Geopolitics of contemporary Russia. Arktos, 2015.
- ECONOMIA & ENERGIA. Análise Energética Brasileira - período 1970 a 2002, v. 40, 2003.
- ENGDAHL, W. The Secret Stupid Saudi-US Deal on Syria. Oil Gas Pipeline War. The Kerry-Abdullah Secret Deal. Global Research, v. 26, 2014.
- ESCOBAR, Pepe. Syria: Ultimate Pipelineistan War. Global Research. 2015. Disponível em:< <https://www.globalresearch.ca/syria-ultimate-pipelineistan-war/5494866>>. Acesso em: 10/06/2019.
- EXAME. Da depressão à estagnação, economia brasileira vive década perdida. 2019. Disponível em:< <https://exame.abril.com.br/economia/da-depressao-a-estagnacao-economia-brasileira-vive-decada-perdida/>>. Acesso em: 28/09/2019.
- FARES, S. T. O Pragmatismo do Petróleo: as relações entre o Brasil e o Iraque. Revista Brasileira de Política Internacional, 2007. 129-145.
- FAY, C. M. A questão do petróleo e suas implicações na Guerra do Iraque. Indicadores Economicos

- FEE, Porto Alegre, v. 31, p. 59-74, 2003. ISSN 1.
- FIGLINO, B. Guerra Fria: Um Período, Três Olhares. 2016.
- FRANCE 24. Thaw in relations between Arab leaders and Syria's Assad. 2019. Disponível em:< <https://www.france24.com/en/20190104-syria-bashar-al-assad-diplomacy-uae-russia-iran-arab-league-saudi-arabia>>. Acesso em: 25/01/2019.
- FUSER, I. O petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945-2003), São Paulo, 2005.
- FUSER, Igor. O Petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico. 2005. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado.
- FURTADO, Gabriela; RODER, Henrique; AGUILAR, Sérgio LC. A guerra civil síria, o oriente médio e o sistema internacional. Série Conflitos Internacionais, v. 1, n. 6, p. 1-6, 2014.
- GETTYIMAGES. Abdel Nasser and Shukri al-Kuwatli Signing UAR Proclamation. Disponível em:< <https://www.gettyimages.com/detail/news-photo/cario-egypt-egyptian-president-gamal-abdel-nasser-and-news-photo/515303022>>. Acesso em: 28/03/2019.
- GOODARZI, Jubin M. Syria and Iran: Alliance cooperation in a changing regional environment. Ortadoğu Etütleri, v. 4, n. 2, 2013.
- GULF COOPERATION COUNCIL. Objectives. 2019. Disponível em:< <https://www.gcc-sg.org/en-us/AboutGCC/Pages/StartingPointsAndGoals.aspx>>. Acesso em: 21/09/2019.
- HAMMES, Thomas X. War evolves into the fourth generation. Contemporary Security Policy, v. 26, n. 2, p. 189-221, 2005
- HARVEY, David. Novo imperialismo (O). Edições Loyola, 2004.
- HINNEBUSCH, Raymond. Syria: Revolution from above. Routledge, 2004.
- HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. Investimento direto e internacionalização de empresas brasileiras no período recente. IPEA. 2011. Disponível em:< http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1571/1/td_1610.pdf>. Acesso em: 28/02/2020.
- HOKAYEM, Emile. Iran, the Gulf States and the Syrian civil war. Survival, v. 56, n. 6, p. 59-86, 2014.
- ICARABE. Livro destaca papel de D. Pedro II na imigração árabe. Instituto da Cultura Árabe. Disponível em:< <https://icarabe.org/literatura/livro-destaca-papel-de-d-pedro-ii-na-imigracao-arabe>>. Acesso em: 07/06/2019.
- ÍNDIA. History and Evolution of Non-Aligned Movement. Disponível em:< <http://mea.gov.in/in-focus-article.htm?20349/History+and+Evolution+of+NonAligned+Movement>> Acesso em: 17. Maio. 2018.

- INTERNATIONAL TRADE CENTRE. Bilateral trade between Brazil and Syrian Arab Republic. Trade Map. Disponível em: < <https://bit.ly/2ND1XEL>>. Acesso em: 07/07/2019.
- ITAMARATY. Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA). Disponível em:< <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3675-cupula-america-do-sul-paises-arabes-aspa>> Acesso em: 30. Out. 2017.
- KALOUT, Hussein; DEGAUT, Marcos. Brasil, um país em busca de uma grande estratégia. Relatório de Conjuntura, v. 1, 2017.
- KAPLAN, Robert D. The revenge of geography: What the map tells us about coming conflicts and the battle against fate. Random House, 2012.
- KEARNS, G. (2009). Geopolitics and empire: The legacy of Halford Mackinder. Oxford University Press on Demand.
- KERR OLIVEIRA, L., BRITES, P. V. P., REIS, J. A. da S. A guerra proxy na Síria e as disputas estratégicas russo-estadunidenses no Oriente Médio. Mundorama, 20 set. 2013. Disponível em:< <http://www.mundorama.net/?p=11595>>. Acesso em: 05/02/2019.
- KHAFIF, Mohamad. Embaixador da República Árabe da Síria para o Brasil. Entrevista concedida a Issam Rabih Menem. Brasília. 2019.
- KHANNA, Parag. Como governar o mundo: um roteiro para o próximo renascimento. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.
- KOCHER, Bernardo. DE BANDUNG A BAGDÁ: CINQUENTA ANOS DE HISTÓRIA E ECONOMIA POLÍTICA DO TERCEIRO MUNDO. Anais Eletrônicos do XI Encontro Regional de História. Rio de Janeiro, ANPUH-RJ, p. 1967-1976, 2004.
- KORYBKO, Andrew. Hybrid Wars: The Indirect Adaptive Approach To Regime Change. The People's Friendship University of Russia, 2015.
- LEAL, Paulo Cesar. A guerra híbrida. Doutrina Militar Terrestre em Revista, v. 4, n. 9, p. 6-17, 2016.
- LIND, William S. Understanding fourth generation war. Military Review, v. 84, n. 5, p. 12, 2004.
- LIVE UNIVERSAL AWARENESS MAP. Syria. Disponível em:< <https://syria.liveuamap.com/>>. Acesso em: 02/06/2019.
- MAAZ, Nisar. 5 GW and hybrid warfare its implications and response options. 2018. Disponível em:< <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/2827/1/MO%200023%20-%20MAAZ.pdf>>. Acesso em: 28/03/2020.
- MARSHALL, Tim. Prisoners of geography: Ten maps that tell you everything you need to know about global politics. London, 2015.
- MELLO, Leonel Itaussu Almeida. Quem tem medo da geopolítica?. Editora Hucitec, 1999.

- MELO, R. D. Indústria de Defesa e Desenvolvimento Estratégico: Estudo comparado França-Brasil. FUNAG, Brasília, 2015.
- MENEM, Issam Rabih. O petróleo e o material bélico nas relações Brasil-Iraque (1970-1989). 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. Unila.
- MILANI, Carlos RS; CARVALHO, Tassia CO. Cooperação Sul-Sul e política externa: Brasil e China no continente africano. Estudos Internacionais: Revista de Relações Internacionais, v. 1, n. 1, 2013.
- MILLER, J.; MYLROIE, L. Sadam Hussein E A Crise Do Golfo. [S.l.]: Scritta Oficina Editorial LTDA, 1990.
- MONTEIRO, Luís. Guerras de 4ª geração. Revista Militar N.º 2591, pp 1001 - 1014. Dezembro de 2017.
- MORAES, R. F. D. A Inserção Externa Da Indústria Brasileira De defesa: 1975-210. IPEA, Brasília, 2012.
- MORAES, R. F. D. Ascensão e queda das exportações brasileiras de equipamentos militares, 2010.
- MUMFORD, Andrew. Proxy warfare. John Wiley & Sons, 2013.
- NAZEMROAYA, Mahdi Darius. Plans for Redrawing the Middle East: The Project for a “New Middle East”. Global Research, v. 18, 2006. Disponível em:<<https://www.globalresearch.ca/plans-for-redrawing-the-middle-east-the-project-for-a-new-middle-east/3882>>. Acesso em: 10 Set. 2019.
- NETO, L. T. D. A. A Ampliação Da Matriz Energética Brasileira Entre 1970 e 2009. Recife, Dezembro. 2011.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. Manual do candidato: política internacional. Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
- PREISS, J. L. S. A Presença De Produtos Da Indústria Bélica Do Brasil E Da Argentina Na Guerra Irã-Iraque (1980-1988). RICRI, v. 2, p. 1-18, 2015.
- PUBLIC JOINT STOCK COMPANY GAZPROM. About Gazprom. Disponível em: <<http://www.gazprom.com/about/>>. Acesso em: 01/02/2019.
- PUENTE, Carlos Alfonso Iglesias. A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento-CTPD- no período 1995-2005. Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.
- REIS DA SILVA, ANDRÉ LUIZ; KUNRATH, Bruna. O Brasil como mediador da paz no Oriente Médio. Meridiano 47-Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais, n. 116, 2010. Disponível em:< <https://scholar.google.com/scholar?hl=pt->

[BR&as_sdt=0%2C5&q=orientem%C3%A9dio+kunrath+%E2%80%8E2010&btnG=>](#).

Acesso em: 05/05/2019.

SALDANHA, Eduardo. Teoria das relações internacionais. 2011.

SALEH, A. A. et al. Relações Brasil/Iraque: desenvolvimento nacional e projeto de potência (1973-1985). *Fronteira*, Belo Horizonte, v. 9, p. 7-25, 2010. ISSN 18.

SANA. Destacadas noticias de la fase de recuperación y reconstrucción de Siria. 2018. Disponível em: <<https://www.sana.sy/es/?p=82872>>. Acesso em: 25/09/2019.

SANA. La India reitera su voluntad de participar en la reconstrucción de Siria. 2019. Disponível em: <<https://www.sana.sy/es/?p=107318>>. Acesso em: 22/09/2019.

SANTANA, C. R. O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 2006. 157-177.

SANTOS, Roberta de Freitas; CERQUEIRA, Mateus Rodrigues. Cooperação Sul-Sul: experiências brasileiras na América do Sul e na África. *Hist Cienc Saude Manguinhos*, p. p. 23-47, 2015.

SATO, Eiiti et al. Cooperação Internacional: uma componente essencial das relações internacionais. 2010.

SCHUTTE, Giorgio Romano; DA FONSECA, Bruno Castro Dias; CARNEIRO, Gabriel Santos. Jogo de Dois Níveis Voltado ao Eleitorado: Uma Análise da Política Externa Bolsonaroista. *Conjuntura Global*, v. 8, n. 2, 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/69854/39896>>. Acesso em: 12/01/2020.

SENADO NOTÍCIAS. Reconstrução da Síria custará US\$ 400 bi e Brasil pode participar, aponta diplomata. *Redação*. 2018. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/12/05/reconstrucao-da-siria-custara-us-400-bi-e-brasil-pode-participar-aponta-diplomata>>. Acesso em: 02/12/2019.

SEQUEIRA, J. M. As Teorias Geopolíticas e Portugal. *Revista Militar*, n. 2547, 2014.

SHQAIR, Qais Marouf Kheiro. Embaixador da Liga dos Estados Árabes para a América do Sul. Entrevista concedida a Issam Rabih Menem. Brasília. 2019.

SÍRIA. Presidente. Discurso do Presidente Bashar Al-Assad durante seu encontro com os líderes dos conselhos locais de todas as províncias sírias. Damasco, 17 fev. 2019. Syrian Arab News Agency. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6-bIW-pxHA>>. Acesso em: 1 mar. 2019.

SPYKMAN, Nicholas John. *America's Strategy in World Politics: The US and the Balance of Power*. Harcourt, 1942.

STAFF. Meo. Is the Qatar gas behind the continuous war in Libya and Syria?. *Middle East Observer*.

2016. Disponível em: < <https://www.middleeastobserver.org/2016/10/26/is-the-qatar-gas-behind-the-continuous-war-in-libya-and-syria/>>. Acesso em: 05/06/2018.
- TAIT, Scott. Hybrid warfare: the new face of global competition. Financial Times. 2019. Disponível em:<<https://www.ft.com/content/ffe7771e-e5bb-11e9-9743-db5a370481bc>>. Acesso em: 20 out. 2019.
- THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. Dependency on Natural Gas Imports From Russia. 2018. Disponível em:< <https://twitter.com/theeu/status/974208584073363456>>. Acesso em: 05/02/2019.
- THE GUARDIAN. Syria suspended from Arab League. Disponível em:< <https://www.theguardian.com/world/2011/nov/12/syria-suspended-arab-league>>. Acesso em: 01/02/2019.
- THE NATIONAL. Bahrain says it will reopen embassy in Damascus, after UAE restores mission.2018. Disponível em:< <https://www.thenational.ae/world/mena/bahrain-says-it-will-reopen-embassy-in-damascus-after-uae-restores-mission-1.807082>>. Acessado em: 15/01/2019.
- TRAUMANN, A. P. No Meio Do Fogo Cruzado: A Participação Do Brasil No Conflito Irã-Iraque. Revista Litteris, Curitiba, 201.
- TRENIN, D. Russia in the Middle East: Moscow's Objectives, Priorities, and Policy Drivers. Carnegie Moscow Center, retrieved September 30, 2016. Disponível em:< https://carnegieendowment.org/files/03-25-16_Trenin_Middle_East_Moscow_clean.pdf>. Acesso em: 01/02/2019.
- TRUZZI, Oswaldo. Presença árabe na América do Sul. História Unisinos, v. 11, n. 3, p. 359-366, 2007.
- UFRN, Biblioteca Digital. Localização do Rimland segundo Nicholas Spykman. Disponível em: < <http://sedis.ufrn.br/bibliotecadigital/site/interativos/geopolitica/pgs/box-figu>>. Acessado em 28 de junho de 2018.
- UNIÃO EUROPEIA. REGULAMENTO (UE) N.o 36/2012 DO CONSELHO de 18 de janeiro de 2012 que impõe medidas restritivas tendo em conta a situação na Síria e que revoga o Regulamento (UE) n.o 442/2011. Jornal Oficial da União Europeia. 2012. Disponível em:<<https://bit.ly/33BJ8ol>>. Acesso em: 17 out. 2019.
- UNITED NATIONS PEACEKEEPING. Brazil. United Nations. Disponível em:< <https://peacekeeping.un.org/en/brazil>>. Acesso em: 12/09/2019.
- VAGNI, Juan José. La cumbre América del Sur-Países Árabes (ASPA): Balances de un acercamiento estratégico. Revista de Estudios Internacionales Mediterráneos, n. 8, 2009.

- VISENTINI, Paulo Fagundes et al. O Verão Árabe: guerra civil e intervenção internacional na Líbia, Síria e Iêmen. Ciências & Letras, n. 51, 2012.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. A primavera árabe: entre a democracia e a geopolítica do petróleo. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.
- VISENTINI, Paulo. O grande oriente médio: da descolonização à primavera árabe. Elsevier Brasil, 2014.
- WOLKMER, Antônio Carlos. O terceiro mundo e a nova ordem internacional. Editora Ática, 1989.
- ZAHREDDINE, Danny; TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. A ordem regional no Oriente Médio 15 anos após os atentados de 11 de Setembro. Revista de Sociologia e Política, v. 23, n. 53, p. 71-98, 2015.
- ZISSER, Eyal. Does Bashar al-Assad Rule Syria?. Middle East Quarterly, 2003.

محمد إسماعيل حديد. الحرب الهجينة إستراتيجية جديدة بالتأمل .. قراءة في العمق. 2018. متوفر في: <https://bit.ly/2IXu6BI>. الوصول في: 16 أكتوبر. 2019.

عمر الحسن. دول الخليج والأزمة السورية: مستويات التحرك وحصيلة المواقف. مركز الجزيرة للدراسات. 2012. متوفر في: <https://bit.ly/35v1zwh>. الوصول في: 2019.

APÊNDICE

Entrevista 1 - Embaixador Mohamad Khafif (República Árabe da Síria)

1. O governo sírio vê o Brasil como país parceiro?

هل تعتبر الحكومة السورية البرازيل دولة شريكة؟

Resposta: O Brasil é um país amigo. A relação com o Brasil é histórica, comercial, cultural e migratória. É uma relação de interesses comuns e respeito mútuo. O Brasil e a Síria compartilham princípios como o de respeito à liberdade e ambos são membros do Grupo dos 77 (coalizão de nações em desenvolvimento).

2. Como o governo sírio avalia uma possível participação de países não-alinhados em um cenário de reconstrução da síria? A síria aceitaria desenvolver projetos de cooperação técnica com o Brasil?

كيف تقيم الحكومة السورية مشاركة البرازيل في سيناريو إعادة إعمار سوريا؟ هل تقبل سوريا مشاريع التعاون الفني مع البرازيل؟

Resposta: A Síria avalia uma possível ajuda brasileira como “Bem-vinda”, em todas as áreas, principalmente na reconstrução do país. Nós, da Síria, pedimos ajuda dos países parceiros e amigos, como o Brasil, tanto no âmbito governamental como no âmbito privado. Países amigos, como o Brasil, não interferiram em nossos assuntos internos, por outro lado, dos inimigos, países que patrocinaram grupos terroristas em nossos país, jamais aceitaremos qualquer tipo de ajuda.

O Brasil participou nas duas últimas edições (2017 e 2018) da Feira Internacional de Damasco com diversas empresas e está convidado à participar com mais empresas na edição deste ano. Queremos o Brasil participando também da 5ª exposição intitulada "Reconstrução Síria 2019" que será realizada no Centro de Exposições de Damasco em setembro deste ano. Com certeza aceitaremos qualquer tipo de contribuição brasileira desde que seja proveitosa para ambos.

3. De que formas e em que áreas o Brasil pode contribuir para estabilizar a crise social-econômica na Síria?

في أي المجالات يمكن للبرازيل أن تساهم في استقرار الأزمة الاجتماعية والاقتصادية في سوريا؟

Resposta: Depois desta guerra terrorista que destruiu a infraestrutura do país, necessitamos a reconstrução de quase tudo, principalmente em áreas estratégicas como a de: terminais energéticos; exploração de gás e petróleo; ferrovias; rodovias e aeroportos; hospitais e indústria farmacêutica e no incentivo ao turismo.

4. E militarmente?

وعسكرياً؟

Resposta: A Síria está aberta para receber qualquer ajuda em material bélico-militar como equipamentos, armas, treinamentos e auxílio no serviço de inteligência militar. Não poderei entrar em mais detalhes por não ter uma qualificação militar para especificar em quais áreas pode-se desenvolver mais projetos.

5. Qual a possibilidade de o governo aceitar a criação ou implementação de uma missão das Nações Unidas para a estabilização do território?

ما هو احتمال قبول الحكومة السورية بتنفيذ مهمة الأمم المتحدة لتحقيق الاستقرار في المنطقة؟

Resposta: A Síria é um dos 51 países fundadores da ONU em 1945, respeita os tratados internacionais e a carta da ONU. A Síria aceitou o auxílio da ONU e acredita no seu papel importante no processo de paz deste conflito. Assim, o governo sírio aceitou desde o começo a nomeação de um enviado especial do secretário geral da ONU e cooperou com ele. A presidência recebeu diversas vezes o enviado especial para dialogar. Presamos pela não-interferência em questões internas e o respeito à nossa soberania. Estamos abertos a qualquer diálogo, no âmbito político, que tenha como objetivo a paz.

6. Qual a importância da Síria para a integração energética regional?

ما أهمية سوريا في الجغرافيا السياسية لخطوط للقنوات الغازية وخطوط أنابيب النفط؟

Resposta: A Síria tem o fator geográfico muito importante por sua localização estratégica. Historicamente, destaca-se seu papel na antiga Rota da Seda e de realizar a ligação não só do comércio, mas de qualquer fluxo entre o ocidente e o Oriente. É por isso que acaba ganhando protagonismo nos projetos de estruturas deste tipo (energéticas). As questões econômicas sempre acabam influenciando questões internas dos países.

7. Qual o papel da Rússia e da China no processo de paz na Síria?

ما هو دور روسيا والصين في عملية السلام في سوريا؟

Resposta: A Rússia e a China são países amigos e parceiros da Síria. Existem relações históricas entre os três e onde ambos respeitam as normas e as leis internas da Síria. O papel de ambos no processo de paz se destaca por serem membros do Conselho de Segurança da ONU, terem poder de veto, combaterem o terrorismo e buscarem a paz cooperando com o governo sírio. Por estes motivos, a presença militar da Rússia em território sírio é considerada de caráter legal. Sem esquecer o papel relevante do Irã na luta contra o terrorismo. Já outros países como os Estados Unidos e seus aliados como França e Reino Unido, de um lado, e a Turquia de outro, são forças coloniais, por este motivo a presença deles na Síria não tem caráter legal.

Entrevista 2 - Embaixador Qais Marouf Kheiro Shqair (Liga dos Estados Árabes)

“O Brasil é um país muito querido para nós, mundo árabe e islâmico. Historicamente, o posicionamento de sua Política Externa sempre foi cordial ao mundo árabe e principalmente em relação ao conflito Palestino, inclusive reconhecendo o Estado da Palestina no ano de 2010. Nosso relacionamento com o Brasil é um relacionamento com um país amigo”.

“Sobre as novas orientações políticas do novo governo Brasileiro, eu já respondi mais de uma vez para a mídia, se existe a possibilidade dos países árabes responderem qualquer medida relacionada à mudança da embaixada, não perguntem o que o Brasil pode perder, perguntem o que podemos fazer para que isso não aconteça. O Brasil é uma potência, tem uma população que gira em torno de 220 milhões, sexta ou sétima economia do mundo, existe muitas oportunidades que podem se abrir entre ambos. O mundo árabe é formado por 22 países e o mundo islâmico é formado por cerca de 57 países, dentre eles, importantes nações como a Indonésia, Malásia, Turquia e Egito, não queremos que esse relacionamento com o Brasil seja apenas no âmbito comercial, existe muito espaço para desenvolver projetos de cooperação estratégica entre nós. ”

“Há algum tempo atrás, durante a visita do presidente da Liga Árabe ao Brasil, foi oferecido um acordo para o Brasil para desenvolver uma obra logística em três ou quatro portos estratégicos podendo ser um em Rabat no Marrocos e outros no mar mediterrâneo, como na Argélia e outro em Alexandria para diminuir os custos logísticos dos produtos brasileiros ou até para as grandes empresas brasileiras de frango ou do ramo automobilístico estruturarem plantas industriais nestas cidades integrando logisticamente as duas regiões ou até desenvolver joint-ventures entre empresas brasileiras e árabes.”

“O nosso sentimento é de que o Brasil é um país que não podemos perder o contato e do outro lado, o Brasil também não deve perder o mundo árabe. Por estes motivos, a mudança da embaixada não faz sentido, você pode melhorar o relacionamento com Israel sem problema algum, mas a questão da embaixada é uma questão desnecessária. O Brasil é um país soberano, assim como os países árabes, e decide suas próprias decisões, porém a mudança da embaixada trará consequências políticas negativas para a questão palestina e para o relacionamento com o mundo árabe. Fazemos uma grande pergunta: O que faz o Brasil escolher descumprir o direito internacional? ”

“O mundo árabe e islâmico não é contra o Brasil fortalecer suas relações com Israel, ao contrário, nós

poderemos usufruir deste relacionamento já que o Brasil é um país amigo dos árabes e assim, poderá ter um papel importante no debate na operação de paz no Oriente Médio, O Brasil poderia ser o país mediador em que ambos os lados depositam sua confiança durante as negociações. O Brasil é um país muito querido por nós, por nossas relações históricas, pelos ídolos que o Brasil apresentou ao mundo como o Pelé e outros craques do futebol, por isso pedimos, para que não interfiram em questões controversas, em vez de lesar o direito internacional, porque não manter boas relações com ambos?”

“Em Relação à Síria, a Guerra parece ter um final próximo, existe apenas um pequeno litígio na região norte na fronteira com a Turquia e provável que tenha em breve um fim. A oposição externa levantou as mãos e os Estados Unidos começaram se retirar. Então é importante que a Síria volte a recuperar suas políticas e iniciar o grande projeto de reconstrução, todos estamos preocupados com a questão da reconstrução, os países da região acreditam ter prioridade neste processo, porém o que países como a Jordânia e o Líbano podem contribuir, provavelmente seja diferente com o que o Brasil tenha a sua disposição para contribuir. O Brasil, com suas instituições consolidadas e empresas multinacionais tem um grande poder de investimento, e em relação à Síria, é um assunto que envolve centenas de bilhões de dólares. Existem muitas oportunidades para o Brasil no Mundo árabe”